

Teresa Rodrigues Veiga



CEPESE

A População Portuguesa no século XIX

Economia e Sociedade 2



lições Afrontamento

Teresa Rodrigues Veiga

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XIX



Título: A População Portuguesa no Século XIX

Autor: Teresa Rodrigues Veiga

Edição: CEPESE e Edições Afrontamento Lda. / Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto

Colecção: Economia e Sociedade 2

N.º de edição: 893

ISBN: 972-36-0700-X

Depósito Legal: 207200/04

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
Julho de 2004

Índice

Introdução	7
1. O conhecimento dos factos demográficos	9
1.1. O estado da população	10
A qualidade dos dados	11
1.2. O movimento da população	15
2. A população portuguesa	19
2.1. O Reino e as Ilhas	20
O Reino	22
As Ilhas	30
Madeira	31
Açores	32
2.2. As tendências globais	34
2.3. A diversidade regional	41
3. O lento recuo do mundo rural e o crescimento urbano	49
3.1. O mundo rural	52
3.2. As cidades	57
Lisboa e Porto	61
4. As estruturas populacionais	69
4.1. A diversidade regional	79
5. Os comportamentos colectivos	93
5.1. A mortalidade	97
A mortalidade diferencial	99
Padrões regionais de mortalidade	105
Os períodos de sobremortalidade	108

5.2. Natalidade e Fecundidade	110
Os níveis da natalidade	112
Padrões regionais de fecundidade	118
A nupcialidade	119
5.3. Os movimentos migratórios	126
As migrações internas	128
A emigração	137
Conclusão	145

Introdução

A população portuguesa terá aumentado cerca de 75 por cento durante o século XIX, de acordo com as informações disponíveis e os estudos já efectuados para esse período. Tratou-se de um crescimento moderado, embora progressivamente dinâmico à medida que avançava a centúria. A variação do número de portugueses entre 1801 e 1851 terá sido de apenas 23.4 por cento, contra os cerca de 42 por cento registados entre essa última data e 1900. Na prática, passou-se de 2.9 para 3.5 milhões de residentes.

Depois de décadas marcadas por sucessivas conjunturas que, muito embora de índole não demográfica, travaram o ritmo de aumento populacional que parecera desenhar-se na segunda parte do século anterior, os anos 1850 e 1860 foram marcados por uma relativa indecisão quanto às tendências evolutivas da população portuguesa, após o que o ritmo de crescimento anual médio sofreu progressivas acelerações, que o final do século e da cronologia a que obedece a nossa observação impede de analisar até ao momento de inversão.

No entanto, tratou-se de um movimento tímido e pouco expressivo, quando o confrontamos com outras realidades políticas contemporâneas. Estas diferenças são facilmente explicáveis se tivermos em conta que em Portugal nunca ocorreu uma revolução demográfica, tal como ela é definida em termos tradicionais¹, mantendo-se vigente durante todos estes anos o chamado Antigo Regime demográfico, que só na última década do século XIX começará a dar alguns sinais de alteração, nomeadamente através da descida ténue dos níveis de mortalidade em certos grupos etários.

Até essa data, Portugal continuará a ser um local onde a natalidade e a mortalidade, ambas elevadas, mantinham uma relação próxima entre si,

1 Em concreto referimo-nos à descida dos níveis da mortalidade e à manutenção dos valores da fecundidade. Nesta primeira fase de transição demográfica o ritmo de crescimento populacional é francamente positivo.

pelo que o saldo assim obtido, embora de sentido positivo, assegurava apenas um crescimento lento do número de residentes. À diferença entre o total de nascimentos e óbitos haveria ainda que juntar as saídas migratórias com destinos diversos, as quais restringiam significativamente o crescimento demográfico, sobretudo através do fenómeno emigratório, que adquiriu ao longo da segunda metade da centúria, sobretudo a partir dos anos 1870 e 1880, uma intensidade inédita na história portuguesa. De acordo com o mecanismo subjacente à dinâmica demográfica da população global, a imigração, ou seja, a entrada de indivíduos no Reino, não teve qualquer significado palpável, tal como o não tiveram os movimentos migratórios internos, apesar de muito intensos, correspondendo em volume à desigual capacidade atractiva de certos locais em relação a outros e à oferta sazonal de mão-de-obra para determinados trabalhos agrícolas. Como veremos, eles foram causa e efeito dos futuros diversos que iremos encontrar a nível regional, alguns dos quais ainda hoje têm uma importância indiscutível.

Por seu turno, o conhecimento dos fenómenos demográficos relativamente ao século XIX esbarra com um entrave de enorme importância, que é o da quantidade e qualidade variável das informações estatísticas existentes. Com efeito, em relação a esse período, a questão não é tanto a falta de dados, barreira inevitável para quem se dedique a épocas anteriores à mesma, mas o seu grau de fiabilidade, sobretudo no que respeita à análise global do volume de população e respectiva distribuição no espaço. Mais grave é a situação relativa ao evoluir do número de nascimentos (baptismos), casamentos, óbitos e migrantes, que, mesmo quando existem, apresentam graves lacunas e graus diversos de má qualidade e sub-registo. No entanto, estas limitações não nos impedem de construir a realidade demográfica portuguesa entre 1800 e a entrada no século XX.

O conhecimento dos factos demográficos

No que respeita aos levantamentos quantitativos da população e seus comportamentos, haverá que esperar pelo século actual para que os possamos encontrar devidamente sistematizados. Mesmo quando se encontravam reunidas as condições indispensáveis para efectuar contagens da população estante em cada zona do Reino e respectivos totais de nascimentos (baptismos), casamentos e óbitos, os responsáveis políticos consideravam este tipo de informação não como um objecto em si mesmo, mas antes como um modo adicional de conhecer as suas gentes.

Também por esse facto, os apuramentos de que dispomos até à realização do primeiro recenseamento geral da população, a 1 de Janeiro de 1864, obedeciam a interesses vários, pelo que apresentavam graus de qualidade variável, o que dificulta a sua comparação. Continuam sem resposta algumas grandes questões sobre a época proto-estatística e mesmo sobre os primeiros anos da era estatística moderna, não tanto pela escassez das fontes, mas antes pela necessidade de criticar e corrigir os dados divulgados, por forma a colmatar as lacunas que alguns deles claramente possuem.

Desta multiplicidade de aspectos decorre uma conclusão imediata: a análise do século XIX do ponto de vista demográfico implica duas formas distintas de abordagem, cujo momento de clivagem coincide com a transição de uma era proto-estatística, que culmina com a realização dos levantamentos de 1801 e 1802, para a fase da estatística moderna, com início na década de 1860.

Efectivamente, e apesar da proximidade cronológica, no que respeita à análise crítica das fontes disponíveis para conhecer a evolução das gentes portuguesas e dos seus respectivos comportamentos colectivos face à fecundidade, nupcialidade, mortalidade e movimentos migratórios, há ainda um longo caminho a percorrer. Citam-se ordens de grandeza, muitas vezes valores obtidos em segunda mão, e só alguns investigadores procuraram ler e criticar exaustivamente os dados que utilizam. Essa tarefa torna-se tanto

mais necessária quanto aumenta o número de referências a quantitativos de índole demográfica, incluídas em documentação de origem diversa, o que torna cada vez mais difícil seleccionar as informações de maior fiabilidade².

1.1. O estado da população

Entre 1800 e 1900 vinte e cinco fontes diferentes indicaram a nível nacional o número de fogos e almas, embora em muitas outras estas duas informações constassem em separado³. No entanto, cumpre sublinhar que dezoito delas pertencem à segunda metade da centúria.

Nesses levantamentos surgiam discriminados os valores relativos ao continente em 1801 e ao continente e ilhas, por distrito, em outras sete datas distintas, a saber: 1854⁴, 1858, 1861, 1864, 1878, 1890 e 1900. Porém, há que estabelecer uma distinção entre os quatro primeiros e os restantes, já que só a partir de 1864 é correcto falar de recenseamentos populacionais, pese embora a margem de erro que mesmo estes incluem nos totais avançados. Todos os recenseamentos oitocentistas apresentavam uma qualidade deficiente, embora se tenha observado uma gradual melhoria dos mesmos, à medida que se aproximava o final da centúria.

Os levantamentos da primeira metade do século e os de 1854, 1858 e 1861, a que juntaríamos as informações de 1851⁵, devem ser considerados sobretudo como ordens de grandeza, uma vez que remetem para o número total de fogos e homens e mulheres, sem discriminarem a respectiva estrutura etária ou incluírem qualquer outro informe suplementar. Acresce ainda que se tratavam de cálculos efectuados com objectivos não demográficos (eleitorais, judiciais, administrativos), com graus de qualidade variável, a que não foram alheias as conjunturas e os propósitos que presidiram à sua execução. Estes levantamentos integravam-se num período de características

2 Cf. «A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX», de Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *Forum sociológico*, n.º 3, Lisboa, pp. 146-147.

3 Para uma discussão destes problemas e tipo de informação disponível em cada numeramento ou recenseamento veja-se «A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX», de Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *ob. cit.*, pp. 159-160.

4 Existe alguma polémica em torno do numeramento atribuído ao ano de 1854. Fala-se deste levantamento, que teria sido realizado com base em dados do ano anterior (A. Rebelo da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, tom. IV, p. 650), mas alguns historiadores negam a sua existência, uma vez que os valores se assemelham aos de 1857 (Joel Serrão, *Demografia Portuguesa – Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*, pp. 163-164).

5 V. *Diário do Governo*, datado de 13 de Março desse ano.

complexas, durante o qual se registaram avanços e recuos no processo de implantação de um serviço centralizado de estatística, sendo diversos os organismos envolvidos nessa tarefa.

Em 1857 foi criada a Comissão Central de Estatística do Reino, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que só dois anos mais tarde começará a funcionar, aquando da nomeação de José de Torres para seu director.

Com a reorganização do Ministério das Obras Públicas, Portugal, «um dos últimos paizes da Europa que se occuparam de estudos estatísticos», viu finalmente centralizados os trabalhos nesta área⁶. Pelo Decreto-Lei de 5 de Outubro de 1859 eles ficaram adstritos à Direcção-Geral de Comércio e Indústria, que preparou os modelos da moderna estatística. Os primeiros resultados foram divulgados em 1860, no *Relatório sobre a estatística geral de Portugal*, impresso no ano seguinte e distribuído às Cortes. Elaborado segundo as conclusões dos congressos internacionais de estatística, realizados em Bruxelas, Paris e Viena, nele se indicavam os levantamentos essenciais para conhecer o território, população, indústria e administração pública, feitos de forma uniforme e centralizada, segundo o pretendido no decreto de Outubro de 1859.

Esta repartição será responsável pelo recenseamento de 1864, o primeiro a ser efectuado em moldes inovadores, de razoável fidelidade, semelhante aos divulgados pelos demais estados europeus. A partir dessa data, e até final do século, verificaram-se melhorias progressivas no que respeita à qualidade dos apuramentos, à diversidade das variáveis consideradas e sobretudo à rapidez da recolha, tratamento e divulgação das mesmas. O III.º *Recenseamento Geral da População Portuguesa...*, realizado a 1 de Dezembro de 1890, marca sob muitos aspectos a verdadeira passagem à fase da estatística no campo da demografia portuguesa⁷.

A qualidade dos dados

A datação é o primeiro obstáculo que se depara ao investigador dos levantamentos efectuados ao longo da centúria até ao censo de 1864. Raras vezes se conhece com rigor o ano a que se reportam os totais apresentados e os critérios de recolha e publicação, tanto mais que a morosidade do pro-

6 A. A. de Moraes Carvalho, *Relatório do Governador-Civil do Districto Administrativo de Lisboa, relativo ao anno de 1859*, Lisboa, 1860.

7 Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «A evolução populacional portuguesa...», pp. 152-153 e Fernando de Sousa, *A História da Estatística em Portugal*, pp. 165-171.

cesso de apuramento introduzia uma discrepância temporal que muitas vezes não importava, e sobretudo não convinha, divulgar. Tal atitude face aos dados está amplamente exemplificada nos *Diários do Governo* e outras colecções de legislação, onde os mesmos quantitativos surgem com diferentes propósitos, sendo atribuídos a contagens efectuadas em anos diferentes, sem que fosse tida como necessária a sua actualização ou, no mínimo, indicados os anos e o método utilizado na recolha dos dados.

Essa multiplicidade e eventual sobreposição dos totais demográficos pode ser, pelo menos em parte, explicada pela multiplicidade de organismos que em simultâneo, sobretudo depois dos anos 1830, passaram a divulgar valores sobre o número de fogos e almas. Por eles eram responsáveis várias secretarias, onde foram surgindo núcleos ligados à produção estatística. Referimo-nos, em concreto, ao Ministério da Guerra, ao do Interior, ao dos Negócios Eclesiásticos e ao da Justiça.

Tal realidade punha em causa a credibilidade dos resultados, porque valores diferentes eram com relativa frequência atribuídos ao mesmo ano. As várias comissões de estatística nem sempre possuíam igual capacidade para realizar os apuramentos, devido ao número de funcionários adstritos a semelhantes tarefas, a orçamentos limitados e à falta de agentes locais devidamente preparados para procederem aos levantamentos e sua posterior seriação.

Mas os resultados também podiam ser alterados de acordo com os objectivos que haviam presidido à recolha dessa informação. Alguns nomenclamentos, nomeadamente os executados com fins eleitorais, continham erros por excesso ou defeito, que poderiam traduzir interesses conjunturais muito concretos. Noutras ocasiões conheciam-se apenas os totais do número de fogos, a partir dos quais se passava a estimar o volume de residentes, mas sem que o uso dessa metodologia fosse indicado no momento da publicação dos resultados. O pouco rigor quantitativo facilitava a inclusão de arredondamentos que, mesmo quando insignificantes para uma análise global, podiam enviesar os resultados de uma leitura feita numa escala mais fina.

Outro problema, este de maior significado estatístico, tendo em conta as características da sociedade portuguesa, residia na omissão sistemática de determinadas categorias sociais. Eclesiásticos e militares eram sujeitos a contagens separadas, sem que as publicações mencionem a sua inclusão ou exclusão nos totais adiantados sobre os volumes populacionais estantes em cada unidade administrativa.

Um terceiro grande factor de erro decorria das falsas declarações que prestavam os inquiridos. Ignorância, medo e malícia conjugavam-se, levando

a tentativas de fuga à contagem e a valores finais subavaliados, sobretudo no referente ao total de habitantes. No entanto, essas omissões voluntárias raramente eram generalizadas. O caso mais frequente era o da subavaliação dos jovens do sexo masculino nas idades próprias para cumprirem o serviço militar, bem como de certos extractos menos informados, que muitas vezes associavam a realização desses inquéritos a um novo acréscimo das contribuições fiscais. Estas omissões introduziam erros de contagem final de efectivos e principalmente na distribuição etária e por sexos da população portuguesa em determinadas zonas.

Igualmente gravosa em termos absolutos era a utilização de certos conceitos básicos, sem que fosse claro o seu significado. Estão neste caso as categorias denominadas por *fogos*, *famílias* ou *casas* e *almas*, *habitantes*, *indivíduos*, *população legal*, *população residente* e *população de facto*. As dúvidas colocam-se para todo o período proto-estatístico, excepto no caso dos numeramentos de 1801 e 1802.

A partir de 1864 foi adoptado o método da recolha directa, nominativa e simultânea, baseada em boletins de família. Apesar das normas de preenchimento distribuídas aos agentes recenseadores (no caso os governadores civis e os regedores), ele revelou-se difícil. E, tanto no primeiro censo como no de 1878, só os itens mais directos (sexo, idade, estado civil) apresentaram credibilidade suficiente para justificar o seu tratamento estatístico e posterior divulgação⁸.

A morosidade da conclusão desses primeiros recenseamentos, factor negativo muito sublinhado, foi resolvida nos seguintes, inclusive através da utilização a partir de 1890 de máquinas eléctricas, que tornaram os apuramentos mais rápidos e permitiram sintetizar facilmente os dados. O recenseamento de 1890 foi também a esse nível inovador. A sua qualidade é bastante superior, baseada numa teia apertada de responsáveis, mas mais centralizado no que respeita às contagens finais. O próprio Boletim de Família

8 O recenseamento de 1864 tratou apenas a população de facto, por distritos, concelho e freguesia. Distinguiu o sexo, o estado civil e a idade dos efectivos, separados por meses até um ano, de três em três meses até dois anos, ano a ano até aos dez e por grupos quinquenais até cem, mais de cem e idade desconhecida. Contabilizou ainda a população de direito (transseuntes e ausentes temporários) e o número de fogos. À escala distrital fornecia algumas informações sobre categorias de fogos, peso relativo da população urbana e rural, instrução elementar e número total de eleitores. O recenseamento de 1878 seguiu a mesma lógica e o tipo de dados apurados foi muito semelhante. Os menores de um ano e as idades entre 21 e 25 anos sofreram uma maior discriminação. A nível distrital incluía as «circunstancias phisicas ou especiais» da população. Foi original a inclusão de cartogramas, para facilitar a visualização espacial dos resultados, método que será amplamente desenvolvido no censo posterior.

foi alterado para tornar mais fáceis as respostas, e a ele juntaram-se os Boletins de Fogos e de Embarcações. Semelhante riqueza informativa teve como reverso o facto do concelho se ter tornado a unidade mais desagregada de tratamento étário e por sexos da população, substituindo-se à freguesia, princípio continuado no quarto recenseamento geral da população, de 1 de Dezembro de 1900⁹.

Assim, de acordo com os factores acima referidos, torna-se legítimo considerar a existência durante o século XIX de quatro subperíodos, onde a qualidade e a quantidade das fontes relativas à população portuguesa apresentam graus diferenciados de fiabilidade.

O primeiro subperíodo coincide com os recenseamentos de início do século, que constituem um virar de página extremamente significativo em relação aos inquéritos anteriores. Da iniciativa do Estado, ambos foram de responsabilidade eclesiástica, por se reconhecer que só a Igreja poderia levar a bom termo semelhante tarefa a nível local, embora devidamente instruída, de molde a assegurar a uniformidade das respostas. A grande figura de todo o processo, que levou a bom termo a realização dessas contagens, foi Rodrigo de Sousa Coutinho¹⁰.

Entre 1802 e o final dos anos 1820 vários levantamentos populacionais foram efectuados, mas quase todos se limitaram a obter o número total de fogos. Semelhantes aos dados apurados no século XVIII, estas fontes procuravam agora ser exaustivas e de âmbito nacional. Duas figuras se destacam neste contexto. A Marino Miguel Franzini coube a preparação das bases demográficas de suporte à eleição das Cortes Constituintes e até à década de 1840 continuará a liderar os esforços estatístico-demográficos. Por seu turno, Adrien Balbi destaca-se como analista, crítico e estudioso da população portuguesa.

A esta fase sucede outra, que só terminará em 1864. Após mais de uma década sem qualquer aparente tentativa de levantamento, voltaram a crescer as preocupações de índole estatística, passando-se imperceptivelmente do domínio religioso e militar ao civil. Tratou-se de uma evolução natural, que reflectiu os avanços das metodologias de contagem e tratamento de séries

9 Em 1890 a população concelhia e por distrito surge agrupada por sexo, idade, estado civil, naturalidade e instrução, grupos socioprofissionais, número e composição das famílias. Listaram-se as casas habitadas e desabitadas, os estabelecimentos comerciais ou com fins que não os de residência, os chefes de família e ainda as características toponímicas das zonas. No Boletim de Embarcações referiam-se os quantitativos humanos da frota portuguesa. O tipo de informação apurada pouco difere em 1900. Desenvolveu-se o quesito da religiosidade e no estado civil incluiu-se o *separado judicialmente* (Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, pp. 68-72).

10 Sobre todo este período veja-se, entre outros, o artigo de Fernando de Sousa, «A população portuguesa nos inícios do século XIX», in *População e Sociedade*, n.º 2, pp. 7-75.

de dados, que decorreu num enquadramento vasto, de alcance internacional. Foi uma fase complexa, durante a qual se verificaram avanços e recuos no processo de implantação de um serviço centralizado de estatística, que só em 1859 se tornará uma realidade. A partir desse ano, todos os trabalhos estatísticos passaram a efectuar-se na Repartição Central de Estatística do Ministério das Obras Públicas, que será responsável pelo recenseamento de 1 de Janeiro de 1864.

Entre essa data e 1900 as melhorias serão graduais e constantes, quer quanto à qualidade dos apuramentos quer relativamente à diversidade de variáveis tratadas nos inquéritos, quer ainda do ponto de vista formal, pela crescente rapidez na recolha, tratamento e publicação dos resultados. Portugal entrou na época da modernidade estatística, recuperando de um atraso significativo face a outros estados europeus contemporâneos.

1.2. O movimento da população

No que se refere às formas de conhecer as características da natalidade, mortalidade, nupcialidade e movimentos migratórios a situação é diferente, já que, até ao nosso século, os registos paroquiais, completados a partir do final da década de 1870 com as informações dos registos civis, continuaram a ser a fonte privilegiada para o fazer. Apesar de alguns avanços registados em termos de publicações estatísticas, a partir dos anos 1860 e sobretudo dos anos 1880, não existem séries com dados sequenciais a nível das freguesias e só esporadicamente os podemos encontrar para os concelhos. Os hiatos são frequentes e a riqueza informativa escassa.

De facto, os assentos de baptismos, óbitos e casamentos continuarão a ser as fontes básicas para quem procure conhecer os comportamentos das gentes oitocentistas. Menos originais que outras surgidas a partir do final da década de 1880, tinham uma longa tradição, ligada às formas de religiosidade de um povo, que depositara nas mãos da Igreja o registo dos eventos mais relevantes da sua existência. Assim, os assentos paroquiais fornecem valores absolutos para uma maioria esmagadora da população portuguesa, só sendo limitados por deficiências de índole qualitativa. No último quartel de oitocentos, os registos civis vieram colmatar parte dessas lacunas, ao captarem certas franjas que escapavam ao controlo religioso. Mas até à implantação da República estes representam um número ínfimo em relação ao volume total de actos, mercê também do seu carácter facultativo.

À medida que o papel do Estado se foi consolidando, começaram a surgir as primeiras tentativas sérias para conhecer em rigor o movimento das gen-

tes nacionais. Os recenseamentos de início do século incluem várias indicações sumárias sobre o movimento natural da população, por freguesia. O último destes exigia, inclusive, a recolha das idades e causas de morte, discriminando o sexo e o estado religioso dos atingidos, bem como o número de casamentos por idades e o estado religioso anterior. Mas até meados do século XIX, as listagens de população divulgadas em *Diário do Governo* e por outros corpos oficiais passaram a incluir, com uma frequência cada vez maior, os totais de nascimentos, óbitos e casamentos, embora se tratasse de um informação sucinta.

Em paralelo, melhorava a qualidade e quantidade de informações contidas nos assentos paroquiais, esbatendo-se a dicotomia regional, por vezes muito acentuada, quanto aos dados considerados de registo obrigatório nos diferentes actos. Mas só a partir de 1 de Janeiro de 1860 o registo paroquial se uniformizou em todo o país.

Nesse mesmo ano, José António de Ávila, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, divulgou o movimento da população portuguesa, primeiro por dioceses e mais tarde por distritos e concelhos, como aconteceu em 1862¹¹. Porém, esse esforço não teve continuador, embora se saiba que foram recolhidas informações similares até 1866¹².

Em 1867, o *Código Civil* preparado pelo Visconde de Seabra e referendado por Barjona de Freitas, ministro da Justiça, instituiu o registo civil, idêntico ao paroquial em termos de informação interna¹³. Durante o período em que coexistiram os dois tipos de registo, o Estado tentou estabelecer um modelo único, para melhor controlar a informação e racionalizar o aparelho público administrativo. No entanto, a adesão popular ao assento civil foi diminuta até à lei de Fevereiro de 1911, momento em que se tornou obrigatório, e foram retirados aos assentos paroquiais os efeitos civis que haviam mantido até à data¹⁴.

11 O primeiro intitula-se *Mappas estatísticos dos Baptismos, Casamentos e Obitos que Houve em Cada Huma das Dioceses do Reino no Anno de 1860*. Os originais encontram-se no A.N.T.T., Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

12 Cf. Fernando de Sousa, *A História da Estatística em Portugal*, p. 166.

13 Cf. Mário Soares, «Registo Civil», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 257 e A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, pp. 102-104.

14 Desconhece-se o paradeiro dos livros que teriam servido para o assento dos actos nos primeiros tempos. De qualquer forma, mesmo nas grandes cidades, onde se esperaria que a adesão fosse mais substancial, inclusive pela quantidade de indivíduos residentes doutras religiões, o número de actos anuais era muito escasso. Em Lisboa eles estão depositados no Arquivo Histórico Camarário, mas os mais antigos datam do final da década de 1870, na sequência do Decreto de 28 de Novembro de 1878, que regula definitivamente a sua forma e conteúdo.

Da emigração nada se sabe globalmente até ao Inquérito Parlamentar realizado em 1873, ano em que foram pedidos localmente aos governadores civis e aos consulados quadros estatísticos sobre esse fenómeno, que assume na época contemporânea níveis preocupantes, dados os recursos humanos envolvidos.

No que respeita a todos estes movimentos populacionais um passo importante será dado em 1875, ano da publicação do *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*. O volume continha informação sobre diferentes sectores da realidade portuguesa, inclusive da demográfica, mas o segundo relatório do mesmo tipo só será conseguido em 1886, com dados de 1884.

Com efeito, até 1896 é possível acompanhar a evolução da dinâmica populacional portuguesa através de uma outra publicação: o *Movimento da População – estado civil e emigração*. Iniciada em 1885, a série foi composta por vários volumes e é, sem dúvida, a mais completa do seu género, embora fosse sujeita a várias alterações nos critérios de recolha, o que dificulta a comparabilidade de alguns resultados. A compilação dos dados paroquiais que serviram de base a esta publicação foi da competência das autoridades civis e esteve adstrita até 1890 ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e, depois dessa data, à Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, ligada ao Ministério dos Negócios da Fazenda¹⁵.

Haverá que esperar pelas primeiras décadas do século XX para que as séries referentes ao movimento da população (nascimentos, casamentos, óbitos e migrações) atinjam um grau de sistematização idêntico ao já conseguido ao nível da evolução global das gentes portuguesas. Várias limitações, em termos de sequência cronológica e riqueza de informação, dificultam ou impedem o cálculo de determinados indicadores demográficos e restringem as conclusões a extrair com base nas séries existentes, sobretudo até aos anos 20 do nosso século. É o que acontece em relação às estimativas sobre a esperança de vida, a mortalidade infantil, o índice sintético de fecundidade ou de saldos migratórios a nível nacional e, por maioria de razão, à escala do distrito ou do concelho.

15 Foram publicados seis volumes, referentes aos anos de 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893 e 1894-1896 (Cf. Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, pp. 79-81).

A população portuguesa

No século XIX, a população residente em Portugal¹⁶ passou de cerca de 3 a 5.5 milhões, ou seja, não chegou a duplicar. Esse aumento foi marcado por ritmos diversos, ligados às diferentes conjunturas por que passou o país, sobretudo a sua parte continental, já que os arquipélagos da Madeira e dos Açores nunca representaram mais de 9.1 por cento do total de portugueses, e o seu peso demográfico foi decrescendo entre o início e o final da centúria¹⁷, pouco influenciando as tendências de evolução global.

Importa conhecer as causas dessas diferenças e sobretudo as alterações que Portugal foi sofrendo internamente, no que toca ao volume e às formas de distribuição populacional. Neste sentido, não nos interessam tanto as tendências de crescimento como um todo, mas antes os factores sociodemográficos que actuaram ao longo da centúria, em sentidos nem sempre concordantes, e que originaram as assimetrias de desenvolvimento interno observáveis no território, as quais começaram a ser detectáveis no momento de arranque demográfico português, após 1860.

Acreditamos poder encontrar nos comportamentos colectivos face à fecundidade e à mortalidade, bem como nos movimentos migratórios e noutros factores exógenos à questão demográfica, de que são exemplo a industrialização, o êxodo rural e o crescimento dos centros urbanos, as causas que explicam a diversidade demográfica portuguesa oitocentista.

As primeiras décadas do século XIX foram ainda relativamente homogéneas no que respeita às variações populacionais a nível regional. Pelo contrário, a conjuntura política e social da primeira parte de oitocentos penalizou sobretudo zonas que irão liderar o processo de crescimento demográfico da segunda parte da centúria, como foi o caso do distrito e sobre-

16 Considerámos a parte continental e as ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

17 Respectivamente 9.1% em 1801 e 1841, 9.0% em 1851, 8.4% em 1864 e 1878, 7.6% em 1890 e apenas 7.5% em 1900.

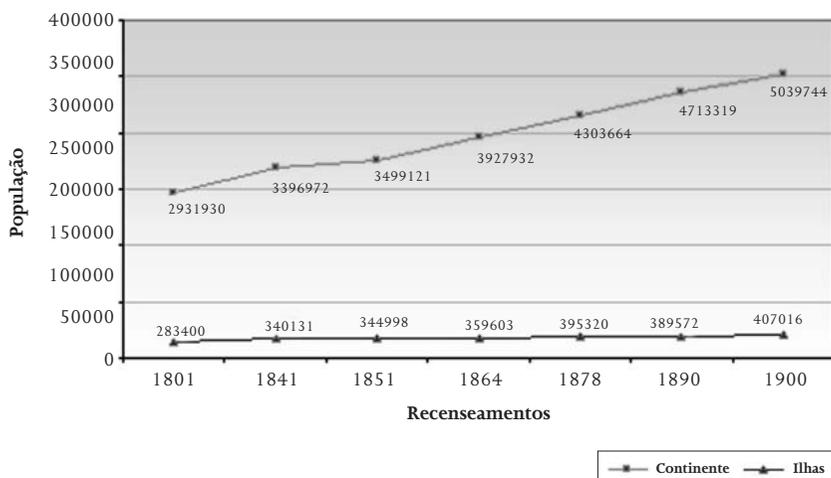
tudo do concelho de Lisboa. Uma vez ultrapassados os anos de instabilidade, Portugal irá sofrer alterações internas que tiveram, também do ponto de vista demográfico, um grande significado, mas sem correspondência nas ilhas da Madeira, do Porto Santo e dos Açores¹⁸.

As variáveis microdemográficas desempenharam papéis de importância diversa e em tempos diferentes, que divergiram também consoante as zonas do país. É difícil provar qual delas assumiu maior relevo no processo. Importa saber de que forma as migrações, sempre evocadas como factores determinantes a nível do crescimento demográfico português, condicionaram de facto a dinâmica de cada região, pela intensidade das suas vertentes imigratória e emigratória. Desejamos ainda observar alguns indícios flagrantes das assimetrias de crescimento regional, embora seja impossível analisá-los em separado, sem considerar que todos estes fenómenos surgiram interligados e como causa e consequência uns dos outros, no pano de fundo que foi a população portuguesa ao longo do século XIX.

2.1. O Reino e as Ilhas

GRÁFICO 1

Evolução da população portuguesa no século XIX



18 Retomaremos esta questão na página 31.

Em Portugal a população cresceu sempre a ritmos moderados, embora um pouco mais intensos nas últimas décadas do século XIX (Gráfico 1). Como já vimos, causas de índole diversa, provocadas por uma ampla variedade de factores, no campo político e sobretudo social e económico, explicam a lentidão com que evoluiu o número de residentes nacionais. Ao todo, o número total de efectivos no Reino aumentou 74.8 por cento no século XIX. Mas, como também já mencionámos, estas variações médias globais escondem assimetrias de crescimento muito vincadas, a primeira das quais entre o continente e os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Nestes últimos, a evolução foi bastante diferente e sujeita a grandes flutuações, nem sempre concordantes com o resto do território (Quadro 1).

QUADRO 1**Evolução e ritmos de crescimento em Portugal no século XIX**

Anos	Pop. Total	tcam ¹⁹	Continente	tcam	Ilhas	tcam
1801	3115330	-----	2931930	-----	283400	-----
1841	3737103	0.46	3396972	0.37	340131	0.56
1851	3844119	0.28	3499121	0.30	344998	0.14
1864	4286995	0.84	3927932	0.89	359603	0.32
1878	4698984	0.66	4303664	0.66	395320	0.68
1890	5102891	0.69	4713319	0.76	389572	-0.12
1900	5446760	0.65	5039744	0.67	407016	0.44

Fonte: I a IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

Os primeiros quarenta anos da centúria foram relativamente calmos, mas logo depois o crescimento tornou-se mais lento que o continental, como é visível nos resultados das taxas de aumento médio populacional referentes às décadas de 1840, 1850 e parte da seguinte. Os anos 1860 e 1870 parecem ser os momentos de crescimento harmonioso da população portuguesa, com valores idênticos no continente e ilhas. Mas no período que medeia entre os recenseamentos de 1878 e 1890, estas últimas registaram um retrocesso demográfico, que só parcialmente será compensado na última década de oitocentos. Ainda assim, com desvantagem para os arqui-

19 A taxa de crescimento anual médio (tcam) calcula o ritmo de aumento ou diminuição média anual da população entre dois momentos censitários. Desta forma, o primeiro valor que se apresenta no quadro respeita à taxa de crescimento anual médio entre 1801 e 1841.

pélagos. Porém, a escassa representatividade desses espaços em termos do volume populacional português é visível nas médias de crescimento nacional, que pouco foram influenciadas pelas alternâncias de conjuntura demográfica insular (Quadro 2).

QUADRO 2

Variações de crescimento da população portuguesa (%)

	Portugal		Continente		Ilhas	
	tcam	Tx.Var.	tcam	Tx.Var.	tcam	Tx.Var.
1.ª met. XIX	0.42	23.4	0.35	19.3	1.27	88.1
2.ª met. XIX	0.71	41.7	0.75	44.0	0.34	18.0

Fonte: I a IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

O Reino

A nível do continente, a evolução populacional do número de residentes processou-se de acordo com vários subperíodos, durante os quais se observaram taxas de crescimento anual médio e de variação muito diferentes, mesmo quando nos baseamos na dicotomia simplista que distingue a primeira e segunda metades do século (Quadro 2).

As primeiras décadas de oitocentos foram problemáticas em termos demográficos, excepto no caso das ilhas da Madeira e dos Açores, onde a evolução do número de residentes foi relativamente acentuada. Ao invés, o Reino foi atingido por três invasões estrangeiras, uma guerra civil e um violentíssimo surto de cólera, enquadrados por uma conjuntura económica a todos os títulos adversa. Os anos 1850 foram marcados por uma relativa estabilização e foi apenas na década de 1860 que se reiniciou o processo de aumento demográfico, gradual e crescente. A estabilidade política, uma relativa melhoria das condições económicas e também, mesmo a terminar o século, os primeiros e ténues indícios de redução dos níveis da mortalidade permitiram compensar a maior intensidade do fluxo emigratório, já significativo a partir dos anos 1860, e ainda aumentar o número de portugueses a residir no país²⁰.

20 Cf. Teresa Rodrigues, «A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional», in *População e Sociedade*, n.º 1, pp. 57 e segs.

De uma forma geral, crescimento populacional e desenvolvimento económico surgem intimamente ligados a partir de meados de oitocentos. A alteração da política económica, ocorrida durante a década de 1850 e parte da seguinte, favoreceu o desenvolvimento das vias de comunicação, de que beneficiaram todos os sectores económicos. A crise mundial da segunda metade dos anos 1860 reflectiu-se em Portugal, provocando a descida das exportações e do rendimento *per capita*. Mas a esta conjuntura adversa sucedeu, logo a partir de 1870, uma fase agrícola próspera, acompanhada pelo aumento das exportações e do consumo interno, devido ao crescimento do produto interno bruto e ao redimensionamento do mercado nacional. Estes princípios irão manter-se até à nova crise de finais do século, causada pelo Ultimato, pela diminuição das remessas do Brasil e por vários problemas no sector primário. No entanto, as iniciativas industriais beneficiaram da política proteccionista e continuaram a prosperar.

Este movimento de modernização teve consequências diversas na sociedade portuguesa, nomeadamente na distribuição da população no espaço e na sua estrutura etária e por sexos, que se adaptou em função de uma nova geografia dos recursos materiais, alterando as formas de mobilidade interna e as tendências de acréscimo demográfico, de modo a que os recursos humanos correspondessem às exigências do novo quadro social e económico²¹. Até à eclosão da I Grande Guerra mantiveram-se as características globais assinaladas nas décadas anteriores.

Mas esta visão global carece de alguns considerandos, que só uma análise mais detalhada poderá esclarecer.

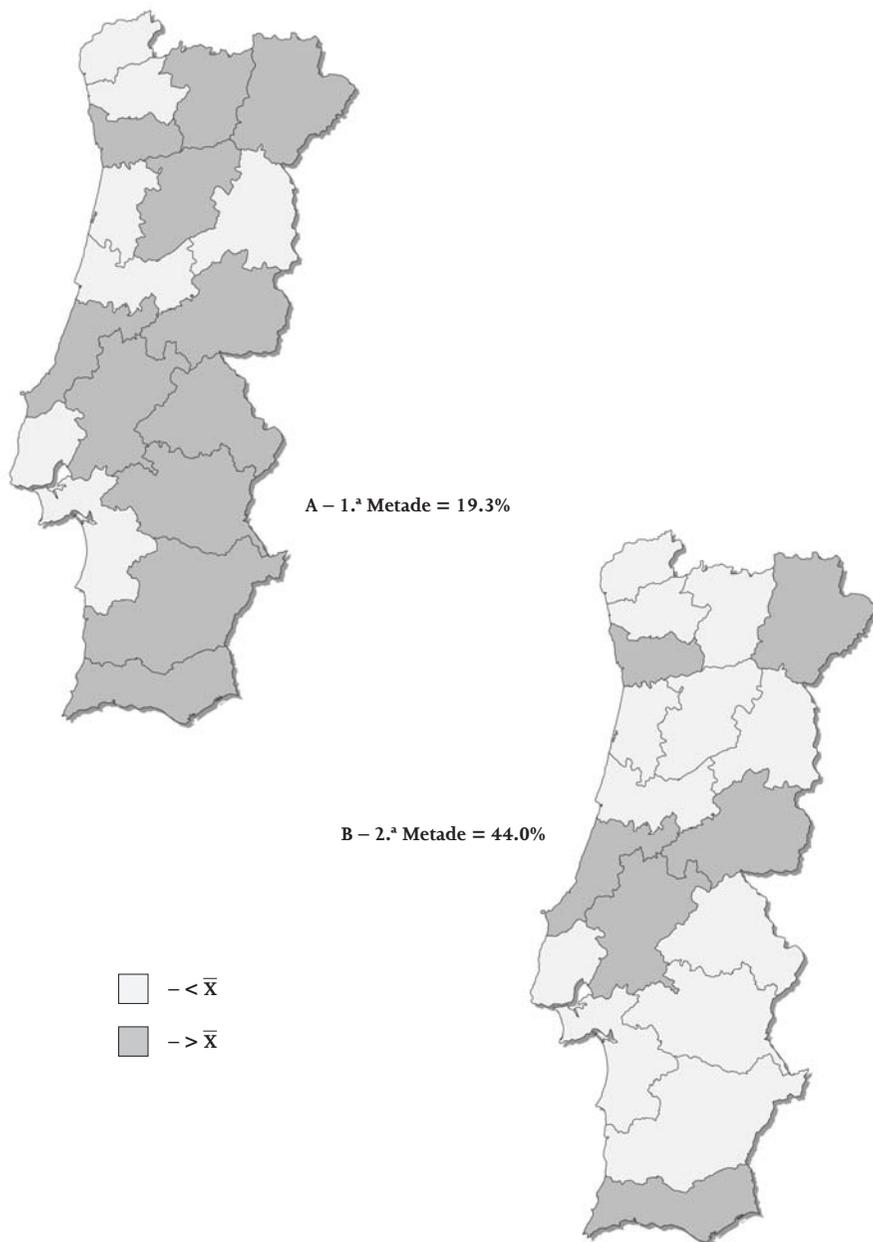
À medida que avançava a centúria, começavam a definir-se as direções privilegiadas do crescimento demográfico. No entanto, elas ainda não eram muito claras durante a primeira metade de oitocentos, como demonstram os resultados dos ritmos de crescimento anual médio calculados para cada distrito entre 1837 e 1864²² (Mapa 1 – A). Numa época conturbada, foram as zonas de interior as principais beneficiárias da dinâmica populacional. Aliás, nunca devemos esquecer que, mau grado as variações de conjunturas de âmbito nacional ou local, nunca ocorreu qualquer caso de decréscimo de residentes ao longo do século. Iremos assistir, isso sim, a alterações na importância relativa de cada distrito, mas sem que esse facto signifique uma

21 Cf., entre outros possíveis, David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*, vol. II, 1989.

22 Estas datas foram escolhidas por serem, respectivamente, o primeiro ano em relação ao qual temos informações para todos os distritos do continente e por corresponderem à informação apurada pelo primeiro recenseamento feito em moldes estatísticos modernos, de maior fiabilidade que os levantamentos realizados nas décadas de 1840 e 1850.

MAPA 1

O crescimento da população portuguesa no século XIX



QUADRO 3**Os distritos portugueses, segundo a sua posição em termos de vitalidade demográfica (%)**

1864-1878		1878-1890		1890-1900	
Faro	1.02	Lisboa	1.72	Lisboa	1.49
Lisboa	0.91	Porto	1.41	Faro	1.09
Porto	0.84	C.Branco	1.39	Santarém	1.08
Santarém	0.83	Santarém	1.20	Leiria	1.01
Leiria	0.75	Faro	1.16	Portalegre	1.00
C. Branco	0.62	Leiria	0.99	Porto	0.97

diminuição real no número de residentes. E é precisamente essa a questão levantada pelo Mapa 1 – B.

A partir dos anos 1860 definem-se em Portugal continental as zonas de maior vitalidade demográfica, em resposta aos novos desafios económicos que então se colocavam. Apesar da margem de erro introduzida quando remetemos a presente análise para a realidade do distrito como um todo, anulando a diversidade interna que neles iríamos encontrar, cumpre sublinhar vários aspectos, a partir dos elementos apresentados no Quadro 3. Em primeiro lugar há que destacar, a norte, o papel desempenhado pelo distrito do Porto, que surge isolado²³. O mesmo acontece com Faro, no extremo sul, cuja evolução secular contrasta com a mancha centro-sul, formada pelos distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Castelo Branco. Na última década de oitocentos este último cedeu o seu lugar a Portalegre que, aliás, sempre apresentara ritmos significativos de aumento demográfico.

Quando se inicia a segunda metade do século XIX, cerca de um quarto da população continental vivia em apenas três distritos, no Porto, em Viseu e em Lisboa²⁴, dois próximos e um isolado a sul. Esta situação manteve-se até final da centúria. De acordo com os dados censitários de 1900, só em Lisboa e Porto viviam 26.1 por cento dos portugueses, o que se explica pela intensidade do aumento demográfico verificado nessas duas unidades administrativas, sobretudo nas cidades que lhes davam o nome. Mais de metade da população portuguesa residia em apenas seis distritos, que irão manter as suas posições relativas ao longo dessas cinco décadas.

23 Situação que será alterada já neste século, pela dinâmica de desenvolvimento económico manifestada pelas áreas confinantes de Aveiro e Braga..

24 Até 1926 o distrito de Setúbal está incluído no de Lisboa.

No entanto, como se pode verificar no Quadro 4, só os dois primeiros conseguiram ganhar importância no contexto nacional, enquanto os restantes viram diminuir a sua representatividade. Mas durante todo o período o Norte continuou a ser mais povoado que o Sul de Portugal, persistindo o enorme e populoso distrito de Lisboa como pólo isolado. No entanto, no último quartel de oitocentos, Santarém surgiu como um dos sete maiores distritos, quebrando assim o isolamento de Lisboa. Este terá sido o resultado de décadas sucessivas de taxas de crescimento acima da média nacional, como dá conta o Mapa 1.

A aparente contradição com o que tínhamos afirmado sobre as assimetrias de crescimento regional remetem para o problema da distribuição das gentes portuguesas e respondem às diferenças encontradas entre distritos dinâmicos e distritos populosos, o que nada tem a ver entre si. Bastaria comparar a história do distrito de Viseu com o de Faro, entre outros possíveis.

QUADRO 4**Os distritos portugueses mais povoados no século XIX (%)**

	1837		1851		1878		1900
Lisboa	12.5	Lisboa	13.1	Lisboa	12.0	Lisboa	14.1
Porto	10.6	Porto	10.6	Porto	11.1	Porto	12.0
Viseu	8.9	Viseu	8.6	Viseu	8.9	Viseu	8.0
Braga	8.9	Braga	8.6	Braga	7.7	Braga	7.1
Coimbra	7.3	Coimbra	7.4	Coimbra	7.0	Coimbra	6.7
Aveiro	6.9	Aveiro	7.0	Aveiro	6.2	Aveiro	6.0
Guarda	6.0	Guarda	5.6	Guarda	5.5	Santarém	5.6
TOTAL	55.1	TOTAL	60.9	TOTAL	58.4	TOTAL	59.5

Com efeito, no Portugal oitocentista mantiveram-se em termos gerais as características de povoamento herdadas do passado, designadamente o contraste entre a zona norte, de povoamento disperso, e o Sul, onde vastas superfícies quase ou totalmente desabitadas separavam centros de alguma dimensão e onde era evidente uma tradição urbana plurisecular. Não devemos esquecer que a sul do Tejo se localizavam três quartos do total de vilas e cidades portuguesas, com especial destaque para as próximas do vale do Tejo, do Alentejo, sobretudo na sua parte interior, e no Algarve, ao longo de uma faixa que se estendia por toda a costa. O litoral nortenho possuía também alguma tradição urbana, mas que lhe provinha quase só do número,

embora considerável, de aglomerados de pequena dimensão, ligados aos tratos marítimos atlânticos.

Na segunda parte do século XIX essas diferenças acentuaram-se, radicalizando a dicotomia entre a zona norte e sul e entre a faixa litoral e a interior, mau grado a existência de alguns pólos isolados, a testemunharem a influência que o arranque industrial conseguiu ter na redistribuição populacional no espaço²⁵. O caso da Covilhã será talvez dos mais curiosos, ao influenciar por si só as médias obtidas pelo distrito de Castelo Branco, onde se inseria.

À data da realização do numeramento de 1801 existiriam em Portugal continental cerca de 33 habitantes por quilómetro quadrado. No limite norte, a província do Minho registava então 96, o triplo da média nacional, enquanto a densidade populacional no Alentejo se ficava pelos 11 habitantes por quilómetro quadrado. Entre estes valores extremos, que o serão ainda mais quando verificarmos as densidades de alguns centros urbanos de ambas as províncias, situavam-se os níveis de ocupação humana nas Beiras e na Estremadura. Aí as médias estabeleciam-se na ordem dos 37 a 40 indivíduos por quilómetro quadrado. A província de Trás-os-Montes não chegava aos 25 e o Algarve aos 20 habitantes (Quadro 5).

QUADRO 5

Densidade populacional no início do século XIX (1801)

Províncias	Áreas (km ²)	População	Hab./km ²
Minho	6953	667176	96.0
Trás-os-Montes	10784	265852	24.7
Beira	23303	933384	40.1
Estremadura	18370	672180	36.6
Alentejo	24400	270774	11.1
Algarve	5071	103307	20.4
CONTINENTE	88881	2912673	32.8

Fonte: Taboas Topograficas e Estadísticas, Lisboa, 1948 e Joel Serrão, Fontes de Demografia...

Mas a diversidade interna de cada unidade territorial era também significativa. No Minho, por exemplo, a região a norte do rio Lima ficava-se

25 Cf. V. Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* e Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano*, pp. 24-25.

pelos 35 habitantes por quilómetro quadrado, enquanto na faixa entre esse rio e o Ave a densidade era superior a 110 habitantes. Na província transmontana, a zona da Terra Fria e sobretudo o nordeste eram pouco povoados (10-15 hab./km²), ao contrário do que ocorria junto ao Douro, onde se registavam níveis de ocupação humana da ordem dos 50 indivíduos. As mesmas variações internas se observavam nas Beiras, onde o interior e o litoral contrastavam entre si, tal como as partes Norte e Sul da província, fazendo a ligação entre o povoamento típico do Norte e Sul de Portugal. Na Estremadura, o concelho de Lisboa era responsável pelo valor médio da província, que seria bastante moderado sem a capital: apenas 28 hab./km², em vez dos 36.6 que obtinha desse modo. Tal como nas Beiras, a parte sul da província estremenha efectuava em termos de formas de ocupação do solo a transição com o Baixo Alentejo, sendo aí observadas as densidades mínimas de povoamento provincial. No caso do Alentejo a homogeneidade era superior à verificada nas restantes unidades administrativas, embora com uma ligeira vantagem da parte norte. E, por fim, o Algarve, onde à faixa litoral bastante povoada e urbanizada sucedia no interior montanhoso um povoamento semelhante à média das densidades verificadas no sul alentejano²⁶.

No início da segunda metade de oitocentos, a média da densidade nacional subira para perto de 40 habitantes por quilómetro quadrado. As maiores concentrações continuavam a localizar-se a norte do Mondego e no litoral, correspondendo por ordem decrescente aos distritos do Porto, Braga, Aveiro e Viana do Castelo. A sul, os níveis de povoamento mais intensos registavam-se em Lisboa, cujos totais eram esbatidos pelo facto de neles se incluírem a população e a área correspondentes ao actual distrito de Setúbal²⁷. Alguns investigadores salientam um fenómeno que poderá justificar o crescimento relativo de alguns distritos a sul na última parte da centúria. Ele tem a ver com a deslocação de trabalhadores agrícolas não especializados, vindos sobretudo do Norte e Interior, para áreas onde existia falta de braços e a terra era mais abundante e fácil de obter.

Os resultados do IV Recenseamento Geral da População Portuguesa de 1900 permitem constatar que o alargamento da zona com densidades superiores a 100 hab./Km², abrangendo as margens do Douro e a Beira Litoral, foi cau-

26 Fernando de Sousa, *A população portuguesa em finais do Antigo Regime...*, pp. 237-238.

27 De acordo com Custódio Cónim, o número de habitantes por quilómetro quadrado em Setúbal era de 17.8 em 1864, 19.8 em 1878, 22.4 em 1890 e 26.0 ao terminar oitocentos. Nessas mesmas datas, naquela que hoje é a superfície do distrito de Lisboa existiam, nas mesmas datas, respectivamente 126.4, 150.3, 180.2 e 204.8 hab./km².

sado pelo crescimento das vilas costeiras, feito em grande medida à custa dos avanços da industrialização. No interior, as áreas tradicionalmente mais povoadas haviam estabilizado, incapazes de sustentar um maior número de almas. Tivera início o processo de migração intensa, sobretudo emigração, que atingiu as zonas com menor dinâmica económica. A Estremadura aumentou significativamente, impulsionada pelo desenvolvimento rápido da cidade e termo de Lisboa. O fenómeno estendeu-se até ao porto de Setúbal. No Alentejo a evolução foi gradual, mas contínua e positiva, embora menor no distrito de Beja. Por seu turno, as actividades marítimas, às quais se juntaram iniciativas industriais com vista ao aproveitamento das riquezas locais, fomentaram no litoral algarvio níveis elevados de ocupação do solo, sobretudo das suas cidades e vilas. No entanto, o Interior e o Levante pouco beneficiaram desse acréscimo²⁸.

QUADRO 6**Densidade nos anos dos censos, por distritos**

Distritos	Áreas	1837	1851	1864	1878	1890	1900
Aveiro	2708.2	82.5	87.6	93.0	99.8	107.6	112.8
Beja	10129.8	10.2	12.3	13.2	14.6	15.5	16.1
Braga	2730.2	104.7	110.1	116.3	120.2	124.7	131.2
Bragança	6545.5	18.8	19.8	24.7	26.2	27.5	28.2
Castelo Branco	6703.7	19.1	20.9	23.9	26.5	30.8	32.4
Coimbra	3955.8	59.2	66.2	71.3	77.7	83.0	85.8
Évora	7393.5	10.9	12.1	13.8	15.4	16.5	17.4
Faro	5071.6	24.7	28.9	35.0	40.1	45.4	50.7
Guarda	5496.2	35.3	38.7	39.0	42.4	45.8	48.1
Leiria	3515.8	35.3	40.2	50.5	56.1	62.6	69.0
Lisboa	7913.6	50.8	53.5	55.4	62.9	77.2	89.6
Portalegre	5888.6	13.7	14.8	16.6	18.0	19.6	21.5
Porto	2282.4	149.8	158.6	183.9	205.2	240.7	262.3
Santarém	6689.2	21.2	24.7	30.2	33.9	38.1	42.4
Viana do C.	2108.4	83.0	89.5	96.6	100.3	101.3	103.6
Vila Real	4239.1	41.4	43.6	51.5	54.8	56.3	56.7
Viseu	5018.8	57.4	60.5	72.9	77.5	79.5	81.7
Continente	88500.2	36.4	39.5	44.4	48.6	53.2	56.9

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1968, p. LXX e IV Recenseamento Geral da população portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

No Quadro 6 é possível acompanhar o processo de aumento gradual das densidades registadas em cada distrito entre 1837 e 1900. O que mais importa reter nesses valores é que, pesem embora diferentes realidades locais e o alargar dessas diferenças à medida que se avança para o final do século, as unidades administrativas mantiveram os seus lugares relativos, o que testemunha uma grande estabilidade nos modos de ocupação do território.

As ilhas

Como já referimos, a primeira metade de oitocentos não foi tão gravosa para as gentes insulares quanto o foi para as do continente. Pelo contrário, o número de efectivos aumentou 88 por cento entre 1801 e 1851, mas apenas 17 por cento na segunda metade do século, numa inversão de tendência evidente, que se opõe à verificada no Reino e que é facilmente explicável, à luz do que sabemos relativamente às características próprias das gentes insulares (Quadro 7).

QUADRO 7

A população nos arquipélagos da Madeira e dos Açores

Anos	Madeira	tcam	Açores	tcam
1841	116146	-----	223985	-----
1851	107088	- 0.81	237910	0.60
1864	110468	0.24	249135	0.36
1878	132015	1.18	263305	0.40
1890	134085	0.22	255487	- 0.25
1900	150343	1.05	256673	0.05

Fonte: IV Recenseamento Geral da População Portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

A evolução demográfica das ilhas foi condicionada pelo factor migratório, uma vez que falamos de núcleos populacionais onde os níveis de fecundidade e mortalidade se mantiveram bastante elevados. A emigração e as migrações entre ilhas e para o continente actuaram como elementos reguladores do número de residentes insulares. A dependência face ao fenómeno migratório, sobretudo emigratório, era de tal forma estreita, que qualquer alteração na conjuntura dos países de destino bastava para influenciar toda

a dinâmica de crescimento, como aconteceu por várias vezes. Não obstante, a história dos dois arquipélagos no século XIX foi bastante diferente.

Madeira

O processo de crescimento do distrito do Funchal, unidade administrativa que servirá de base à futura Região Autónoma, foi condicionado pelas tendências de evolução demográfica da ilha da Madeira, onde residiam 99 por cento dos madeirenses. De facto, o Porto Santo possuía menos de metade do total de indivíduos recenseados no concelho mais pequeno da Madeira, que era Porto Moniz²⁹. De acordo com as informações censitárias disponíveis, em 1841 mais de 116 mil indivíduos habitavam as duas ilhas, mas esse total terá descido nove milhares em apenas uma década, para atingir 110.5 mil efectivos à data da realização do primeiro recenseamento moderno português. Porém, haveria que tecer alguns considerandos sobre a qualidade das informações relativas aos anos 1840, já que é possível que os totais tenham sido empolados.

Na segunda metade da centúria, a população do arquipélago aumentou gradualmente, embora com flutuações cíclicas. O ritmo foi reduzido na década de 1850 e primeira metade da seguinte, bem como na de 1880, sendo moderado nos anos 1870 e 1890.

A costa norte permaneceu pouco povoada, e o seu crescimento foi entravado pelas saídas para fora da ilha e em direção à costa sul. Os concelhos da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava ocupavam uma posição intermédia em termos da dinâmica local. Com efeito, o aumento da população madeirense durante a centúria beneficiou claramente a costa sul e dentro dela a cidade do Funchal, cidade enorme para o tamanho da ilha, onde viviam 28.4 por cento dos madeirenses em 1864 e cerca de um terço do total na viragem do século. Os outros concelhos responsáveis pelo crescimento da população insular foram o Machico, Santa Cruz e Câmara de Lobos. Neles residiam mais 24 por cento dos efectivos em 1864 e 30 por cento à data do último censo oitocentista.

Apesar da desigual distribuição interna das populações no espaço insular, a Madeira apresentava em meados da centúria a segunda maior densidade nacional (135.9 hab./km²)³⁰, só suplantada no continente pelo dis-

29 Cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», p. 329.

30 Dos quais 147.7 hab./km² na Madeira e apenas 33.4 hab./km² no Porto Santo (*Idem*, p. 333).

trito do Porto. Em 1900 esse valor ascendia a 184.8 hab./km² ³¹, embora continuassem a existir áreas interiores praticamente desertas e apesar do elemento perturbador causado pelo fenómeno emigratório, muito evidente no que respeita à repartição etária e por sexos da população, já que 52.5 por cento era do sexo feminino.

Açores

A evolução das ilhas dos Açores obedeceu a outra periodização e nunca atingiu os ritmos de crescimento observados no arquipélago da Madeira, embora sejam visíveis algumas diferenças entre as nove ilhas e em todas elas o saldo fisiológico, isto é, a relação entre o número de nascimentos e o de óbitos, se mantivesse claramente positiva (Quadro 8).

As ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira, sobretudo a primeira, condicionaram os resultados das taxas de crescimento anual médio do arquipélago, devido ao volume populacional envolvido, uma vez que elas eram as mais populosas. Por esse motivo, entre 1864 e 1878, período durante o qual a maioria das ilhas perdeu efectivos, o saldo global açoriano continuou positivo, o mesmo voltando a acontecer na última década de oitocentos³². Tal como na Madeira, mas com uma intensidade acrescida, foi a emigração, à qual se juntaram as migrações entre ilhas, a explicar as oscilações de efectivos entre cada recenseamento, tanto mais gritantes quanto as gentes açorianas apresentavam saldos naturais superiores às madeirenses, que sofreram um aumento acentuado ao terminar oitocentos³³.

31 Dos quais 200.2 hab./km² na Madeira e 54.8 hab./km² no Porto Santo (*Idem, ibidem*, p. 333).

32 Gilberta Rocha, «Os Açores na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», p. 851.

33 (%)	1890		1900	
	Madeira	Açores	Madeira	Açores
Taxa Bruta de Natalidade	37.5	33.7	41.3	31.1
Taxa Bruta de Mortalidade	24.9	32.2	22.3	23.6
Taxa Bruta de Emigração	15.7	15.3	15.5	19.2

(Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *ob. cit.*, pp. 342-354 e Gilberta Rocha, *ob. cit.*, pp. 856-863)

QUADRO 8

Ritmos de crescimento populacional das ilhas dos Açores na segunda metade do século XIX

Ilhas	1864-1878	1878-1890	1890-1900
Santa Maria	0.83	-0.44	0.18
São Miguel	1.00	-0.18	0.29
Terceira	-0.09	0.23	0.42
Graciosa	-0.23	0.00	-0.01
São Jorge	0.12	-0.58	-0.60
Pico	0.03	-0.75	-0.50
Faial	-0.33	-0.55	-0.62
Flores	-0.57	-0.66	-0.83
Corvo	-0.02	-0.73	0.02
TOTAL	0.40	-0.25	0.05

Fonte: I a IV Recenseamento Geral da População Portuguesa...

A emigração foi mais uma vez a principal responsável pelo desequilíbrio estrutural registado a nível etário e por sexos, já que o número de mulheres recenseadas suplantava o de homens, tradicionalmente mais predispostos a emigrar, em todos os recenseamentos da segunda metade do século.

As flutuações registadas no aumento do número de residentes açorianos na segunda metade da centúria reflectem-se nos valores que exprimem os níveis de ocupação do solo e, também nesse aspecto as ilhas dos Açores e da Madeira eram muito diferentes³⁴. Durante todo o período considerado, em cinco das nove ilhas do arquipélago os níveis de ocupação mantiveram-se reduzidos, com densidades inferiores a 80 habitantes por quilómetro quadrado. Referimo-nos a Santa Maria, a São Jorge, ao Pico, às Flores e ao Corvo, com resultados que, para mais, decresceram ao longo da segunda metade do século XIX, excepto na primeira delas. Com efeito, neste grupo só Santa Maria conseguiu ainda reter parte dos seus naturais. No Corvo, a mais despovoada das ilhas açorianas, foram registados no ano de 1864 51.6 habitantes por quilómetro quadrado, mas apenas 47.1 em 1900.

34 (hab./km ²)	1864	1878	1890	1900
Madeira	135.9	160.2	164.5	184.8
Açores	106.8	112.9	109.5	110.0

(Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *ob. cit.* p. 333 e Gilberta Rocha, *ob. cit.*, p. 852)

A história destas ilhas contrasta com as de São Miguel, Terceira, Graciosa e Faial, mais povoadas e também mais dinâmicas, onde o número total de habitantes por quilómetro quadrado nunca foi inferior à centena. As duas primeiras viram mesmo aumentar o número médio de habitantes por quilómetro quadrado durante a segunda parte da centúria, embora com valores bastante aquém dos observados na Madeira. Em São Miguel, os 141.1 habitantes por quilómetro quadrado referentes a 1864 atingiam 159.8 em 1900. Nas mesmas datas, a Terceira apresentava densidades médias de 113.8 e de 121.3 habitantes. Estes valores indiciam a relativa mobilidade interna das gentes açorianas, a qual está na base do fenómeno de desenvolvimento diferenciado de algumas delas.

2.2. As tendências globais

As séries estatísticas e as diferentes publicações coevas permitem-nos reconstruir a dinâmica provável de evolução demográfica das gentes portuguesas, embora apenas à escala nacional e a partir do momento em que podemos contar com recenseamentos regulares de população feitos em moldes mais rigorosos³⁵. De facto, em relação às primeiras décadas do século, o problema torna-se bastante mais grave, sendo praticamente impossível contornar o silêncio das fontes.

Os valores adiantados sobre o número de nascimentos, óbitos, casamentos e emigrantes pecam por defeito, que se avoluma substancialmente no caso da emigração, por via do fenómeno da clandestinidade³⁶. Por outro lado, nenhuma informação é possível obter sobre os efectivos humanos envolvidos em movimentos migratórios internos, excepto através da aplicação de métodos indirectos e do aproveitamento de informações contidas nos censos, onde se apuraram alguns quesitos sobre o número de transeuntes e ausentes temporários a 1 de Janeiro de 1864 e de 1878, bem como a naturalidade dos recenseados em cada distrito a 1 de Dezembro de 1890 e de 1900.

Com efeito, reconstituir a evolução anual da população pressupõe o conhecimento de dois movimentos, o natural e o migratório. Cada um

35 Ao contrário do que por vezes acontece quando se tenta uma análise mais fina, mesmo que apenas a nível do distrito.

36 Os totais que nos pareceram mais credíveis e de que nos servimos para efectuar o cálculo e estimativas sobre os saldos fisiológicos e migratórios globais encontram-se discriminados no Quadro 11, p. 40.

deles resulta da diferença entre o número de entradas e saídas de efectivos (nascimentos e óbitos no primeiro caso e imigrantes e emigrantes no segundo). Dois recenseamentos deveriam corresponder exactamente às diferenças encontradas nos dois tipos de movimento, nos anos que medeiam entre ambos. Assim, a população recenseada em 1 de Dezembro de 1900 deveria ser o resultado do saldo fisiológico (N-O) e do saldo migratório (I-E) entre 1 de Dezembro de 1890 e a feitura do novo censo, aplicado ao número de indivíduos apurados a 1 de Dezembro de 1890³⁷.

No caso português só é possível realizar para a última década de oitocentos semelhante cálculo a partir das séries oficiais, dadas as características lacunares das mesmas para datas anteriores a 1886. Além disso, se podemos ter algumas certezas sobre o volume de nascimentos e mortes, o mesmo não acontece com o de migrantes. No entanto, e apesar de todas as limitações, é possível tentar estimar esses saldos após 1864. Os resultados obtidos apontam para uma situação esperada, ou seja, para a existência de várias dezenas de milhares de indivíduos que *faltam* ou *sobram* no território, sem que o facto possa ser explicado, excepto pela má qualidade das estatísticas publicadas³⁸.

O Quadro 9 permite desde logo observar as principais tendências de evolução populacional portuguesa entre meados da década de 1860 e

37 $P1 = P0 + (N-O) + (I-E)$.

38 A estimativa foi efectuada de seguinte modo:

1864-1878: A média dos anos de 1871, 1872 e 1875 serviu para chegar a um número provável de ocorrências entre 1871 e 1878; os anos anteriores foram estimados a partir da média de ocorrências verificada entre 1860 e 1862 e 1871, 1872 e 1875, já que existem diferenças entre ambas, causadas pelo aumento da população e do ritmo emigratório, pelo que a simples utilização da média dos três primeiros anos subestimaria inevitavelmente os resultados:

	\bar{X} 1860-62	\bar{X} 1871,72,75	\bar{X} 1864-70	\bar{X} 1871-78	TOTAL
N_{x,x+n}	123893	132010	895661	1056077	1951738
O_{x,x+n}	82358	94551	619183	756408	1375591
E_{x,x+n}	6048	14368	71456	114647	186403

1878-1890: Só é necessário estimar os oito primeiros anos, de 1878 a 1885. Fizémo-lo a partir da média de ocorrências de 1871,1872 e 1875 e de 1886-90:

	\bar{X} 71,72,75	\bar{X} 86-90	T. parcial	TOTAL
N1878-85	132010	150425	1148156	1900282
N1886-90	—	—	752126	
O1878-85	94551	102698	797143	1310633
O1886-90	—	—	513490	
E1878-85	14368	20989	141429	246375
E1886-90	—	—	104946	

1900. A informação disponível testemunha a diminuição dos saldos naturais e o aumento dos valores da emigração, que atenuou os ritmos de crescimento global, também eles a sofrerem uma progressiva diminuição a partir de 1864, mas que foi apenas aparente, uma vez que os totais remetem para períodos de diferente dimensão³⁹.

Se repensarmos a nossa análise em termos de médias anuais, o panorama altera-se⁴⁰:

- o saldo natural acompanhou os ritmos de crescimento populacional e qualquer deles atingiu o seu máximo nos anos 1880;
- os valores da emigração aumentaram sempre e, a terminar a centúria, o número de saídas médias anuais ultrapassava as 25 mil almas. Em termos globais, a mesma tendência se observa em relação à parte não explicada desta equação, sempre de sinal negativo, o que em termos

QUADRO 9

Crescimento natural e crescimento migratório estimado para Portugal na segunda metade do século XIX

		1864-78	1878-90	1890-900
Px	1	4286995	4698984	5102891
Px+n	2	4698984	5102891	5446760
Px+n – Px	3 = 2 – 1	+ 411989	+ 403907	+ 343869
Nx ; Nx+n	4	1951738	1900282	1463815
Ox ; Ox+n	5	1375591	1310633	1022882
Nx,x+n – Ox,x+n	6 = 4 – 5	+ 576147	+ 589649	+ 440933
Saldo migr.	7 = 3 – 6	– 164158	– 185742	– 97064
Ex ; x+n	8	– 186403	– 246375	– 258326
Não Explicado	7 – 8	– 22245	– 60633	– 161262

39 Catorze anos medeiam entre a realização dos dois primeiros recenseamentos, doze entre o de 1878 e o de 1890 e dez de 1890 a 1900.

40 Valores médios anuais nos diferentes períodos intercensitários:

	1864-78	1878-90	1890-900
Nx,x+n – Ox,x+n	+ 41153	+ 49137	+ 44093
Saldo migr.	– 11726	– 15479	– 9706
Ex ; x+n	– 13315	– 20531	– 25833
Não Explicado	– 1589	– 5053	– 16126

concretos significa que o número de saídas não era compensado por eventuais entradas no País: mais de 1.5 milhares/ano nas décadas de 1860 e 1870, pouco mais de 5 mil na década imediata e 16 mil no último decénio, diferença que poderá ser em grande parte explicada pela intensidade da emigração clandestina, a qual se estima que poderia representar pelo menos cerca de um terço face à oficial.

Para além das estimativas é também possível obter alguns indicadores demográficos baseados em valores reais, embora nem sempre coincidam em termos cronológicos, excepto entre 1890 e 1900 (Quadro 10). Da análise comparada dos valores da Taxa de Crescimento Natural (TCN) e da Taxa de Crescimento Intercensitário (TCI) fica clara a instabilidade provocada pelas migrações nas tendências de crescimento demográfico de médio prazo. Com efeito, o ritmo de crescimento populacional foi sempre inferior ao que seria esperado, caso fosse apenas o saldo natural a determinar as tendências globais de aumento demográfico.

O carácter lacunar das informações sobre o número total de nascimentos e óbitos nas primeiras décadas do século XIX não permite grandes desenvolvimentos quanto à relação entre as duas variáveis microdemográficas, mas é evidente que, na maior parte dos anos, o número de nascimentos foi superior ao de mortes. À má qualidade dos registos existentes há que juntar as dificuldades em agregar toda a informação a nível nacional⁴¹, pelo que os valores indicados no Quadro 11 devem ser olhados com alguma cautela e sobretudo como ordens de grandeza, não obstante a melhoria que se irá verificar nos trabalhos estatísticos à medida que avançava o século XIX.

Na série apresentada são visíveis os efeitos de alguns anos de sobremortalidade geral, como os de 1801 e 1849, ainda na primeira metade do século, que fizeram diminuir pontualmente a vantagem da vida sobre a morte. A maior ou menor intensidade do aumento populacional esteve também dependente dos volumes migratórios, mas só a partir de 1857 é possível conhecer os totais da emigração oficial. Embora se desconheça o volume da imigração e, mais grave, o da emigração clandestina, só nessa altura dispomos dos elementos necessários para estimar as causas de índole estritamente demográfica que justificam as tendências do crescimento populacional português no século XIX.

41 Uma das limitações mais frequentes consiste em saber com rigor se os volumes adiantados se referem apenas ao continente ou incluem os arquipélagos das ilhas da Madeira e Açores.

QUADRO 10

Taxas de crescimento natural (TCN) e intercensitário (TCI) da população portuguesa

TCN		TCI	
1860-61	1.20	1858-61	0.71
1861-62	1.15	1861-64	1.25
1871-75	0.93	1864-78	0.66
1886-90	1.33	1878-90	0.69
1890-1900	1.01	1890-1900	0.65

Fonte: Mário Leston Bandeira, *Demografia e modernidade...*, p. 151.

Ao longo de toda a segunda metade de oitocentos, os saldos fisiológicos mantiveram-se positivos, excepto nos anos de 1857 e 1895, por causas distintas (no primeiro ano devido ao aumento anormal da mortalidade, no segundo ao da emigração). Mas embora sujeitos a flutuações anuais por vezes consideráveis, estas nunca inverteram a tendência de evolução demográfica a médio prazo.

Como seria de esperar, o volume de nascimentos aumentou progressivamente. Em 1801 contabilizaram-se 95.4 milhares, em meados da centúria essa variável fixava-se nos 109 mil por ano, de início dos anos 1860 até 1875 manteve-se ligeiramente acima dos 125 mil nascimentos, para oscilar entre as 140 e as 154 mil ocorrências a partir de então. Porém, apesar das variações observadas, esta variável microdemográfica continuou a ser mais estável que a mortalidade ou a emigração.

A mortalidade no século XIX deixara de estar sujeita à enorme instabilidade que até então a caracterizara, muito embora esta seja ainda visível nos totais referentes aos anos de 1801, 1849 e 1857, momentos de mortalidade extraordinária. No entanto, a partir de meados da centúria, as crises demográficas de tipo clássico, tão comuns em épocas anteriores, desapareceram do espaço português.

Ainda assim, a análise das séries comprova a existência de vários anos de acréscimo anormal do número de óbitos, com ligeiras repercussões negativas no total de nascimentos registados em relação ao ano imediato, como aconteceu em 1872, 1875, 1890-1891 e 1896-1897. Estes períodos foram já estudados e identificadas as conjunturas e causas prováveis que explicam as subidas da mortalidade⁴², e que surgiram por norma ligadas a doenças

42 A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República*, p. 13.

QUADRO 11**Movimento da população portuguesa no Continente**

Anos	Nasc.	Óbitos	S. Natural	Emigr.	S. Total
1801	95407	90071	5336	–	–
1838	99097	67541	31556	–	–
1843	107074	72616	34458	–	–
1849	114645	86106	28539	–	–
1850	109116	78843	30273	–	–
1851	109254	84057	25207	–	–
1857	109230	103007	6223	9861	– 3638
1858	116255	99349	16906	8963	7943
1860	119253	77312	41941	6524	35417
1861	125224	81021	44203	5945	38258
1862	127202	88742	38460	5674	32786
1871	126036	88873	37163	10388	26775
1872	129899	96283	33616	17283	16332
1875	140094	98497	41597	15434	26163
1886	142456	98143	51313	13998	37315
1887	153104	100274	52830	16932	35898
1888	150992	98369	52623	23981	28642
1889	154639	102365	52274	29421	22853
1890	150935	114339	36596	20614	15982
1891	148025	105738	42287	23585	18702
1892	146541	95106	51435	21074	30361
1893	150516	101410	49106	30383	18723
1894	141076	98955	42121	26911	15210
1895	143155	99904	43251	44746	– 1495
1896	144519	110724	33795	27680	6115
1897	146797	107400	39397	21334	18063
1898	146853	104403	42450	23604	18846
1899	146400	98205	48195	17774	30421
1900	149933	101037	48896	21235	27661

Fonte: Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, p. 364 e Maria José Carrilho, *ob. cit.*, p. 39, Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa*, pp. 30-31 e Gerardo Pery, *Mouvement de la Population*, pp. 504 e 508.

de características contagiosas nem sempre conhecidas⁴³. Mas independentemente da influência de factores exógenos, o aumento médio do número de mortes anuais que podemos observar resulta também do crescimento da população.

A diferença entre o total de nascimentos e o de óbitos manteve-se estável, se considerarmos valores médios, facto que indicia a permanência de níveis elevados em ambas as variáveis microdemográficas e, por conseguinte, do regime demográfico que há séculos vigorava em Portugal.

O mesmo carácter oscilatório apresenta a série sobre a emigração legal das gentes portuguesas, sujeita a variações muito acentuadas e que dependem quer das conjunturas vividas no Reino quer das dos países receptores, quer ainda da maior ou menor intensidade da emigração clandestina, que se arrisca a iludir o leitor mais desatento sobre as tendências do fenómeno na média duração.

Os registos oficiais sobre emigração permitem destacar três subperíodos cronológicos de características diferenciadas: o primeiro termina no início da década de 1870, com médias que não atingiam os 10 mil emigrantes por ano; o segundo estende-se até 1887, com saídas anuais que só em 1872 ultrapassam as 17 mil; e o último até final do século, durante o qual a fasquia dos 20 milhares só não foi atingida no ano de 1899. Porém, o subregisto das saídas é uma realidade que nunca pode ser esquecida, o que significa que estes valores devem ser lidos com precaução, porque a todos haveria que juntar o número de emigrantes clandestinos, cuja importância terá sido variável de ano para ano.

Os saldos totais provam a influência que exerceu a variável microdemográfica da emigração nos ritmos e tendências de crescimento do número de portugueses. Só no caso de podermos fazer estimativas sobre a clandestinidade e a imigração poderíamos construir uma imagem global da dinâmica de crescimento das gentes portuguesas, que não terá sido tão instável quanto os resultados do Quadro 11 deixam entrever. Mas, numa sociedade com as características que temos vindo a apontar, não nos surpreendem em demasia os totais apresentados.

43 Teresa Rodrigues, *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista*, pp. 278-79:
1801 – causa provável: bexigas, enterites, gripes;
1848-49 – causa provável: tifo, enterites;
1855-57 – causa provável: cólera, febre amarela;
1872 e 1875 – causa provável: tifo exantemático;
1890-91 – causa provável: gripe e doenças não identificadas;
1896-97 – causa provável: febres não diagnosticadas.

Resta saber como se distribuíam estes quantitativos a nível local e quais as diferenças detectáveis no interior das realidades político-administrativas distritais. Sabemos que existiam grandes disparidades a nível local, que não se compadeciam com as delimitações administrativas e nem sequer com a fronteira política. Existia também uma certa continuidade entre as zonas fronteiriças portuguesas e as da vizinha Espanha. Parece-nos, de qualquer modo, pouco correcto falar da evolução demográfica portuguesa como um todo, sem atender à diversidade interna e ao facto de existirem manchas territoriais que, pelo menos nos dois últimos séculos, mantiveram uma certa coesão interna, que as distinguiu de outras⁴⁴.

2.3. A diversidade regional

Em termos demográficos, um primeiro indicador da forma como cada região evoluiu ao longo do século XIX e terá contribuído para os valores médios nacionais consiste em verificar, nos diferentes momentos censitários, a representatividade de cada distrito em relação ao total, o que, como sabemos, só é possível calcular a partir de 1837 (Quadro 12)⁴⁵.

Esta questão prende-se com o direccionamento do aumento demográfico, que não parece marcado na primeira metade do século XIX, mas que é possível acompanhar a partir dos anos 1860, não só através dos diferentes ritmos de crescimento anual médio, como também do evoluir das percentagens relativas ao número de indivíduos que em cada momento censitário se recensearam nos vários distritos.

Embora até 1911 as alterações tenham sido pontuais, desde meados do século XIX quatro distritos do interior norte iniciaram um processo de declínio percentual importante, do qual nunca voltarão a recuperar. Referimo-nos a toda a província de Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real), a Viseu e a Guarda, que com eles confinam. O mesmo acontecerá com Coimbra e Viana do Castelo. Ainda a norte, os distritos de Braga e Aveiro foram afectados na sua dinâmica de crescimento pela intensidade que nesses espaços atingiu a emigração, sobretudo na recta final de oitocentos, muito embora apresentassem alguns dos maiores saldos fisiológicos naturais. (ZONA 3).

44 Teresa Rodrigues, «Os factores de mudança no Portugal das regiões (séculos XIX e XX)», Comunicação apresentada ao IV Encontro sobre a População Portuguesa – História e Prospectiva, CEPFAM, realizado em Novembro de 1998 no Porto, nas considerações introdutórias.

45 Teresa Rodrigues, «O crescimento urbano oitocentista...», pp. 133.

QUADRO 12**População recenseada nos distritos do Continente (1837-1900)(%)**

Distritos	1837	1851	1864	1878	1890	1900
Aveiro	6.9	7.0	6.4	6.2	6.2	6.0
Beja	3.2	3.5	3.5	3.4	3.4	3.2
Braga	8.9	8.6	8.1	7.7	7.3	7.1
Bragança	3.8	3.6	4.1	4.1	3.9	3.7
Castelo Branco	4.0	4.0	4.2	4.2	4.3	4.3
Coimbra	7.3	7.4	7.0	7.0	6.8	6.7
Évora	2.5	2.4	2.6	2.6	2.5	2.5
Faro	3.9	4.1	4.5	4.8	4.9	5.1
Guarda	6.0	5.6	5.5	5.5	5.4	5.2
Leiria	3.8	4.0	4.5	4.6	4.7	4.8
Lisboa	12.5	13.1	11.4	12.0	13.1	14.1
Portalegre	2.5	2.3	2.5	2.4	2.4	2.5
Porto	10.6	10.6	10.7	11.1	11.7	12.0
Santarém	4.4	4.5	5.1	5.3	5.5	5.6
Viana do C.	5.4	5.4	5.1	4.8	4.4	4.3
Vila Real	5.4	5.3	5.6	5.4	5.1	4.9
Viseu	8.9	8.6	9.2	8.9	8.4	8.0
CONTINENTE	100	100	100	100	100	100

Fonte: Estatísticas Demográficas, 1968, p. LXX e XI e XII Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970, 1981

Todo o restante interior a sul do distrito de Castelo Branco registou um certo dinamismo, que não será quebrado até ao início do século XX. No conjunto se incluía o Alentejo, embora aí os ganhos fossem mínimos, tendo o extremo sul registado mesmo uma ligeira diminuição (ZONA 2). As áreas do limite interior norte continuaram a ser as principais afectadas, tal como as de tradição emigratória, mesmo quando próximas do litoral.

Ao invés, aumentou a concentração populacional em torno do Porto e de Lisboa, neste último caso acrescida pela agregação funcional do actual distrito de Santarém e da área que futuramente será o distrito de Setúbal (ZONA 1)⁴⁶.

46 Em 1864 essa área contém 2.3% dos residentes continentais, em 1878 e 1890 2.4% e em 1900 2.7%.

Conclui-se assim que as únicas unidades administrativas que viram aumentar a sua influência face ao total recenseado a partir de meados de oitocentos foram Lisboa, com Setúbal, o Porto (embora mais lento), seguidos por Leiria e Santarém. Os três primeiros acentuaram o respectivo peso populacional no contexto português. Pelo contrário, a região trasmontana e os distritos confinantes da Guarda e de Viseu declinaram sempre, representando no seu conjunto um quarto do total em 1837 e menos de 22 por cento em 1900.

As causas da diversidade de crescimento são relativamente conhecidas. Não fora o efeito migratório (onde se incluem as migrações internas e a emigração), o aumento populacional teria sido bastante uniforme e até beneficiado alguns dos distritos mais penalizados. Porém, em várias regiões, a intensidade das saídas foi de tal forma acentuada que afectou o desenvolvimento local esperado, provocando em certos momentos falta de mão-de-obra, e gerando, em termos mais directamente demográficos, o desequilíbrio entre o número de efectivos de ambos os sexos, o que provocou o conseqüente declínio dos níveis de nupcialidade e sobretudo da fecundidade.

Ao fomentar deslocações para áreas económicas mais atractivas, as migrações internas e externas aceleraram o abandono dos campos⁴⁷, o crescimento dos concelhos circundantes às grandes cidades (preparando o início da formação das Áreas Metropolitanas)⁴⁸, e a desertificação do interior, mais acentuada nos locais de saída dupla, para fora do país e para as cidades e o litoral, como no caso da Guarda e de Viseu.

O Mapa 2 completa esta análise e permite avaliar as discrepâncias regionais observadas nos distritos portugueses entre 1837 e 1900. Com efeito, só seis deles se situam acima da média. Para além da mancha territorial que compreendia Leiria, Santarém e Lisboa, surgiam três pólos isolados, um a norte (Porto), outro no extremo sul (Faro) e o último no interior (Castelo Branco), o qual, embora contíguo a Santarém, reflectia uma realidade distinta nas suas formas de evolução. Ao cruzar estes resultados com as conclusões extraídas do Mapa 1, facilmente se podem visualizar as etapas inter-

47 Estudos realizados neste âmbito permitem estimar em cerca de 80% a percentagem dos migrantes que trocam zonas rurais por urbanas e que só um quinto se deslocaria entre dois centros urbanos (cf. Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «Migrações internas», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 561-565).

48 Sobre o processo de formação das Áreas Metropolitanas veja-se Teresa Rodrigues e Luís Baptista, «Population and Urban density: Lisbon in the 19th and 20th centuries», (in *Urban Dominance and labour market differentiation of an european capital city. Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Ac. Publ., Londres, 1996, pp. 75-122).

médias que conduziram à criação das regiões diferenciadas no decurso de oitocentos.

Como referimos, até 1864 o crescimento demográfico parece pouco intenso e ainda menos direccionado, mas a partir dos anos 1860 surge cada vez mais nítida a dicotomia entre as áreas de maior dinamismo, situadas junto ao litoral e para sul, e as restantes, sobressaindo ainda pólos isolados no interior, como o da Covilhã, que por si só condicionou os resultados distritais (Quadro 13). Com os últimos anos de 1870 teve início uma fase de maior crescimento, que se prolongou até ao início do século XX.

QUADRO 13

Taxas de crescimento anual médio nos distritos do Continente (%)

Distritos	1837-64	1864-78	1878-90	1890-00
Aveiro	0.24	0.53	0.94	0.50
Beja	1.02	0.34	0.86	0.25
Braga	0.30	0.23	0.48	0.53
Bragança	0.96	0.43	0.53	0.32
Castelo Branco	0.82	0.62	1.39	0.54
Coimbra	0.51	0.59	0.68	0.52
Évora	0.73	0.27	0.86	0.72
Faro	1.19	1.02	1.16	1.09
Guarda	0.31	0.59	0.76	0.51
Leiria	1.26	0.75	0.99	1.01
Lisboa	0.32	0.91	1.72	1.49
Portalegre	0.64	0.40	0.92	1.00
Porto	0.68	0.84	1.41	0.97
Santarém	1.21	0.83	1.20	1.08
Viana do C.	0.41	0.22	0.24	1.02
Vila Real	0.76	0.37	0.46	0.26
Viseu	0.76	0.36	0.43	0.30
CONTINENTE	0.64	0.59	0.95	0.75

Fonte: IV Recenseamento Geral da População Portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

O período que medeia entre os recenseamentos de 1878 e 1890 correspondeu a nível regional ao período mais dinâmico, embora se vislumbre já uma relativa desaceleração nos distritos do Norte e Interior. Viana, Vila Real, Viseu, Braga e Bragança apresentam ritmos inferiores a metade da média

portuguesa. Os anos 80 foram em termos oitocentistas a época áurea de crescimento das zonas de Lisboa, Porto e Castelo Branco, o que está directamente ligado ao impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial. Ainda com aumentos superiores à média nacional surgem os distritos de Leiria e Santarém. Mas já nesse momento em certas zonas do litoral norte, como no caso de Aveiro, os saldos populacionais tornavam-se cada vez mais débeis.

O confronto dos valores censitários de 1890 e 1900 comprova o aumento da diversidade regional e um alargar do fosso que separava o Norte e o Sul de Portugal, com vantagem do último, mesmo nas regiões do interior. A norte, só o Porto apresentava uma evolução diferente. Com efeito, a partir de 1890, o crescimento populacional das gentes portuguesas viu-se influenciado pela emigração e pelas migrações internas, efectuadas em direcção às áreas mais industrializadas e com núcleos de maior dimensão. As principais vítimas neste processo foram o Norte e o Interior Norte e Centro, onde a saída de efectivos foi dupla, para fora do distrito e para fora do Reino.

Portugal foi um exemplo perfeito da forma como os movimentos migratórios de sentido múltiplo podem condicionar os ritmos e as direcções do crescimento demográfico. Pelo menos até que, já bem entrado o século XX, se comesçassem a esbater as diferenças regionais em relação aos comportamentos colectivos face aos níveis das variáveis microdemográficas.

Em termos intradistritais, esta questão assume contornos mais complexos, já que as diferenças observadas em termos locais dependeram sobretudo dos movimentos migratórios à escala concelhia, que surgem na sequência das realidades económicas e sociais de cada núcleo ou conjunto de núcleos geograficamente contíguos. Só um estudo de caso poderia estabelecer quais foram, efectivamente, as direcções preferenciais do crescimento da população.

A título meramente experimental seleccionámos, a partir do quadro relativo às taxas de crescimento anual médio, alguns distritos que se destacaram no todo nacional pelos seus diferentes comportamentos: os que mais cresceram na última década da centúria (Lisboa e Faro), os que menos cresceram (Beja e Bragança) e Évora, que se aproxima da média global. Em relação a cada um calculámos as variações intercensitárias por concelhos nos últimos dez anos da centúria⁴⁹, no intuito de observar a respectiva diversidade interna (Quadro 14).

49 Esta tarefa foi facilitada pelo facto de não se terem verificado quaisquer alterações administrativas a nível concelhio entre esses anos nos cinco distritos.

QUADRO 14

Variação concelhia na última década do século XIX em vários distritos (%)

Lisboa 16.1	Faro 11.6	Évora 8.2	Beja 3.8	Bragança 2.5
Alcácer 6.4	Albufeira 18.3	Alandroal 11.2	Aljustrel 13.4	Alf. da Fé 3.4
Alcochete 26.8	Alcoutim -7.1	Arraiolos -0.9	Almodôvar 0.1	Bragança -0.2
Al.Galega 15.8	Aljezur 10.7	Borba 3.4	Alvito 10.3	C. Anciães 5.2
Alenquer 8.7	C. Marim -3.2	Estremoz 21.1	Barrancos -11.2	Freixo E.C. 3.7
Almada 17.9	Faro 15.6	Évora 4.3	Beja 7.3	Macedo C. 3.1
Arruda V. -18.1	Lagoa 16.6	Montemor 10.8	C. Verde -4.3	Miranda D. 6.3
Azambuja 10.3	Lagos 4.4	Mora 21.8	Cuba 1.8	Mirandela 4.9
Barreiro 46.1	Loulé 14.4	Mourão -3.6	F. Alentejo 3.9	Mogadouro 7.3
Cadaval 8.2	Monchique 8.2	Portel 8.4	Mértola -1.4	T. Moncorvo 8.6
Cascais 24.2	Olhão 15.8	Redondo 5.2	Moura -14.1	Vila Flor -10.7
Grândola 59.6	Silves 13.1	Reguengos 5.8	Odemira 20.4	Vimiosos 2.9
Lisboa 18.2	Tavira 5.6	V. Alentejo 8.5	Ourique 19.9	Vinhais -1.7
Loures 22.6	Vila Bispo 15.1	V. Viçosa 5.9	Serpa 39.5	
Lourinhã 8.6	Portimão 18.3	Vidigueira 2.7		
Mafra 4.0	Vila Real 15.4			
Moita 15.2				
Oeiras 7.8				
S. Cacém -1.2				
Seixal 25.7				
Sesimbra 9.2				
Setúbal 27.6				
Sintra 15.0				
Sobral M.A. 31.2				
Torres V. 11.2				
V. F. Xira 11.5				

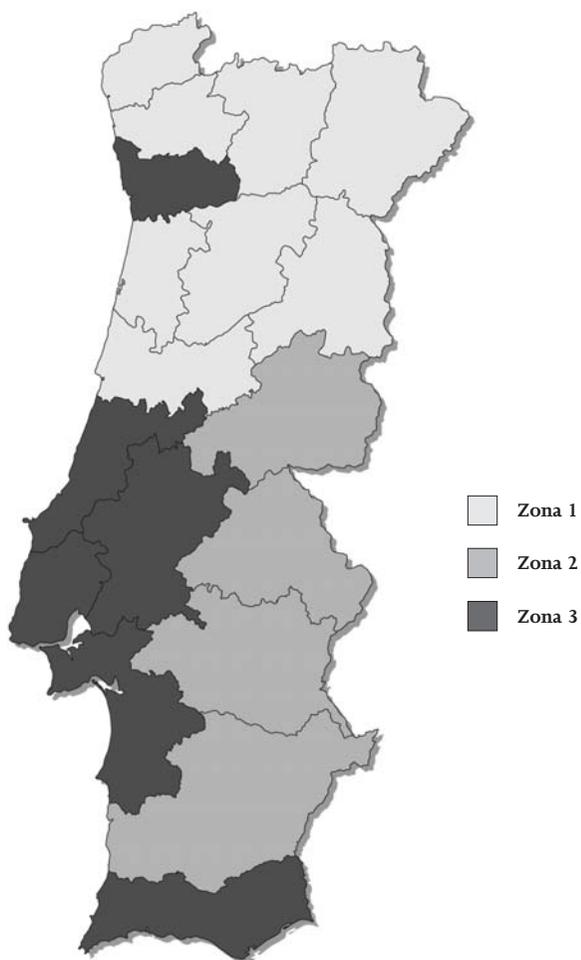
Fonte: III e IV Rec. Geral da Pop. Portuguesa...

O confronto dos resultados com a realidade socioeconómica de cada localidade nos últimos anos de oitocentos sustenta a hipótese do valores globais esconderem um crescimento diferencial e oposto. Assim, nos distritos mais dinâmicos, o aumento privilegiou os núcleos com maiores dimensões e funções urbanas, sobretudo as cidades. Mas estas cresceram, mesmo nos distritos que perdiam velocidade em relação ao resto do Reino, como foi o caso de Beja. No entanto, verificaram-se cambiantes diversos, de acordo com a localização geográfica dos concelhos e a tradição urbana

local. E será essa diferença que explica o facto da capital do distrito transmontano ter estagnado.

O número de concelhos que ao longo dessa última década do século XIX perderam importância populacional aumentou, de acordo com as taxas médias de variação distrital. Assim, apenas dois concelhos do distrito de Lisboa decresceram, qualquer deles afastado da capital e o segundo com características claramente alentejanas. Em Faro outros dois, situados em zona interior e num ponto extremo do distrito. Em Évora três concelhos, igualmente periféricos. Nos distritos de Bragança e Beja foram observadas descidas populacionais em 29 e 25 por cento das unidades concelhias recenseadas (três e quatro, respectivamente), sendo de sublinhar que se trataram de variações muito marcadas.

Ainda em termos globais, é interessante verificar que as áreas mais penalizadas nesse final do século foram concelhos de interior, com características de solo e relevo ou montanhoso (como acontece no Algarve e em Trás-os-Montes) ou de fraco povoamento, em certos casos próximos da fronteira (veja-se o Alentejo e também Trás-os-Montes). Em qualquer caso tratavam-se de concelhos rurais, que já nessa época não pareciam capazes de reter os seus naturais, fenómeno que nas décadas imediatas tenderá a generalizar-se.

MAPA 2**Regiões de comportamento diferenciado na segunda metade do século XIX**

O lento recuo do mundo rural e o crescimento urbano

Nunca será demais sublinhar a intensa mobilidade que caracterizou as gentes portuguesas e que será substancialmente acrescida no final da centúria. O século XIX, sobretudo nas últimas quatro décadas, irá assistir a profundas transformações na paisagem económica, provocadas pelos fenómenos da emigração, do crescimento urbano e da industrialização, estes últimos estreitamente ligados entre si.

Com efeito, a redistribuição populacional que ocorreu neste período no espaço português, e para fora dele, fez-se por três vias, qualquer delas com um acentuado pendor económico:

- Podemos falar do efeito da pressão demográfica em zonas rurais, que se encontravam secularmente estruturadas de acordo com um regime de transmissão de propriedade e costumes que travavam as possibilidades de sobrevivência dos filhos segundos das famílias camponesas⁵⁰;

- Devemos também destacar os efeitos a nível local da implantação de determinadas indústrias, que actuaram como catalizadoras demográficas na segunda metade de oitocentos;

- E, por fim, a procura de melhores condições de vida noutras localidades que não a de origem, inclusive fora de Portugal. Esta última forma de deslocação foi facilitada por uma conjuntura internacional favorável a deslocações maciças de europeus de zonas menos desenvolvidas em termos económicos para espaços abertos, em fase de povoamento e com enormes riquezas naturais e potencialidades. Foi o caso do continente americano, acentuado no caso específico do Brasil pela existência de uma história e de uma língua comuns.

Estes parecem ser os três grandes factores que influenciaram o comportamento das gentes nacionais na segunda parte do século. Assim sendo, importa conhecer os equilíbrios demográficos e as correntes estabelecidas

50 Cf. Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano...*, 1997, pp. 108-118.

entre Portugal e o exterior; distinguir em relação às várias zonas do Reino a importância das migrações internas e dentro delas o peso dos movimentos sazonais e a fuga dos campos para as cidades; e, por último, definir o fenómeno da urbanização e as formas de crescimento das duas grandes cidades de Lisboa e Porto no panorama global português.

No Portugal oitocentista escasseavam as cidades de média dimensão, embora uma razoável percentagem dos portugueses residisse em centros considerados urbanos⁵¹. Existiam muitos núcleos com menos de cinco mil habitantes, mas apenas vinte e sete tinham o estatuto de cidade. Ao iniciar-se a centúria em Lisboa viviam 165 mil almas, no Porto 44 mil, em cinco outras cidades entre 10 e 20 mil indivíduos e em outras doze entre 5 e 10 mil. A percentagem da população urbana face à total era relativamente baixa e sobretudo muito concentrada. Em apenas duas cidades viviam 54 por cento dos efectivos urbanos nacionais, 7.1 por cento de toda a população portuguesa. Ao terminar o século, esses valores estabeleciam-se em torno dos 65.3 por cento no primeiro caso e em 10.5 por cento no segundo, sinal da vitalidade no processo de urbanização.

No entanto, essa tendência de crescimento urbano, polarizada entre a capital e a Invicta, indicia um claro desfazamento do nosso país no contexto europeu da época. Apesar da recuperação conseguida na parte final da centúria, Portugal era na viragem do século XIX para o XX mais um país de vilas e aldeias do que de verdadeiras cidades. Em breve a bicefalia tenderá a ser substituída pelo fenómeno de macrocefalia, que caracterizou as formas de evolução do tecido urbano até quase à actualidade⁵² (Quadro 15).

As publicações oficiais seguiram até 1940 os critérios na época aceites pela maior parte dos Estados europeus sobre o que deveria distinguir a população rural da urbana. Desse modo, as estatísticas coevas restringiram a perspectiva de recolha a factores de ordem administrativa, baseados no regime jurídico de cidade ou localização de determinado centro, que possuísse funções de circunscrição administrativa. De acordo com este princípio, adquiriram o estatuto de cidade todos os núcleos populacionais que fossem capitais de distrito (mesmo quando vilas, como aconteceu com Vila Real e Santarém), as sedes de diocese e as sedes de tribunal de comarca (o que incluía algumas sedes de concelho). As dimensões populacionais dos núcleos considerados não tinham qualquer importância.

51 Sobre esta problemática e numa perspectiva secular veja-se Ana Bela Nunes, «Portuguese Urban System, 1890-1991», in *Urban Dominance and Labour Market differentiation of an european capital city...*, pp. 7-47.

52 Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «O crescimento urbano no Portugal oitocentista», in *População e Sociedade*, n.º 2, pp. 131-145.

QUADRO 15

População residente nas cidades oficialmente consideradas ao longo do século XIX

Cidades	1801	1864	1878	1890	1900
Lisboa	164731	199412	242297	301206	357000
Porto	44218	86751	105838	138860	172421
Braga	16266	18831	19755	23089	24309
Setúbal	15348	12747	14798	17581	21819
Coimbra	15203	12727	13369	16985	18424
Évora	11642	11518	13046	15134	16152
Covilhã	6619	-----	10809	17562	15527
Elvas	12872	10271	10471	13291	14018
Tavira	6835	10529	11459	11558	12178
Portalegre	6526	6433	7039	10534	11893
Faro	7336	8014	8561	9338	11835
Aveiro	3868	6395	6852	8860	10012
V. Castelo	7293	9263	8816	9682	9851
Silves	2495	5059	6913	8362	9688
Lamego	6013	7844	8124	8685	9179
Beja	6289	6874	7843	8394	8895
Guimarães	6557	7568	7980	8611	8863
Santarém	9164	6207	7001	8210	8704
Lagos	6628	7744	7279	8259	8268
Viseu	9059	6399	6956	7996	8216
Figueira Foz	-----	-----	-----	5676	7890
C. Branco	5161	6136	6928	6728	7292
Tomar	-----	4005	5105	5816	6933
Vila Real	3484	4836	5296	5920	6736
Guarda	2381	3761	4613	5990	6092
Bragança	3151	4754	5071	5840	5476
Penafiel	2873	4411	4488	4631	5085
Leiria	2698	2922	3570	3932	4488
Pinhel	2103	2238	2717	2977	2936
Miranda D.	650	868	1036	994	982
TOTAL	387463	474517	564030	700701	811162

Semelhantes critérios jurídico-administrativos nem sempre correspondiam à realidade do sistema urbano. Em primeiro lugar porque algumas vilas e aglomerados dispersos por todo o País possuíam já no século XIX

mais residentes que certas cidades⁵³. Em segundo, porque a distinção entre rural e urbano, baseada em opções pouco objectivas, não nos permite avaliar até que ponto os centros seleccionados como urbanos desempenhavam um papel social e económico que o era efectivamente e os distinguia dos rurais⁵⁴.

3.1. O mundo rural

A nova repartição espacial das gentes portuguesas durante a segunda metade do século XIX não pode ser explicada pela alteração dos comportamentos colectivos face à fecundidade ou à mortalidade. Assim sendo, foram os fenómenos migratórios, sobretudo os imigratórios, a estar na base da construção de novas realidades de vivência quotidiana⁵⁵.

Nesse contexto, podemos afirmar que o crescimento urbano terá sido a maior originalidade do oitocentos português. As cidades e os centros urbanos em geral absorveram dois terços do aumento demográfico total e foi para elas que se deslocaram indivíduos de zonas mais ou menos distantes, bem como a quase totalidade dos estrangeiros residentes no País. Ao invés, uma relativa estabilidade marcou a evolução das zonas rurais ao longo deste mesmo período.

A impossibilidade de comparar as alterações ocorridas entre o número total de residentes urbanos por distrito entre 1801 e 1864 impede-nos de saber se na primeira metade de oitocentos o total de residentes nesses núcleos terá aumentado mais do que os seus congéneres rurais. Sabe-se, no entanto, que entre 1864 e 1900 se reduziu a importância percentual da população a habitar freguesias rurais e nem mesmo as vilas cresceram significativamente em termos relativos. Foi como se toda a vitalidade se tivesse concentrado nas cidades, que cresceram em grande parte à custa dos restantes (Quadro 16). O aumento do número dos seus habitantes variou 77 por cento, contra os 22 pontos percentuais atribuídos aos centros rurais e os 30 por cento de crescimento verificado nas vilas portuguesas.

53 Era o que acontecia com grande parte das freguesias da cidade de Lisboa, sobretudo as de formação mais recente. Santos-o-Velho, Alcântara e Santa Isabel eram as mais populosas, atingindo em final do século valores superiores a 30 mil residentes.

54 A. Lopes Vieira, «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 107-109 e Luís Baptista e Teresa Rodrigues, «Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX», in *I.º Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI, XX)*, Lisboa, 1995.

55 Retomaremos esta questão de forma mais desenvolvida no último capítulo.

QUADRO 16**População residente nas cidades, vilas e freguesias rurais na segunda metade do século XIX**

Aglomeracões	1864	1878	1890	1900
Cidades	481081	559744	748218	853037
Vilas	713648	764356	842516	927274
Freg. rurais	2993682	3226604	3458996	3642821
Total	4188411	4550704	5049730	5423132
(%)				
Cidades	11.5	12.3	14.8	15.7
Vilas	17.0	16.8	16.7	17.1
Freg. rurais	71.5	70.9	68.5	67.2

Fonte: Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, Anexos, Q4, p. 363.

Na primeira metade do século não parece existir uma relação directa entre as regiões que mais cresceram e aquelas onde era maior o peso relativo da população considerada urbana. Com efeito, o distrito de Leiria foi o que mais aumentou (40 por cento entre 1837 e 1864), sendo uma unidade administrativa onde a percentagem de população tida como urbana era das mais baixas a nível nacional.

Mas a partir de meados da centúria, o aumento da população portuguesa privilegiou claramente as áreas urbanas (Quadro 17). A esmagadora maioria dos distritos apresentou acréscimos superiores nas áreas urbanizadas, excepto os de Évora e Faro, que tinham uma longa tradição a esse nível, e talvez por esse facto dificilmente poderiam subir de modo significativo. Para além destes dois, nos distritos de Castelo Branco, Viana do Castelo e Viseu todo o território cresceu uniformemente.

Ao invés, a variação do número de residentes nos centros urbanos foi bastante mais elevada que nos campos nas regiões de Aveiro, Leiria e Santarém, zonas razoavelmente activas em termos económicos e/ou próximas da influência dos distritos do Porto e Lisboa. Estes últimos quase duplicaram em menos de quarenta anos e foram os únicos que se colocaram acima da média nacional, influenciando-a. O primeiro cresceu 86 por cento, o segundo 95 por cento⁵⁶. Sem estes dois pólos de grande dinamismo no final

56 Luís Baptista e Teresa Rodrigues, *ob. cit.*

de oitocentos, o aumento das áreas urbanas portuguesas teria sido inferior, esbatendo-se a dicotomia entre população rural e população urbana.

QUADRO 17

Taxas de variação da população total, urbana e rural nos distritos do Continente na segunda metade do século XIX (%)

Distritos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
Aveiro	27	47	22
Beja	19	26	15
Braga	15	30	13
Bragança	17	29	15
Castelo Branco	36	36	36
Coimbra	24	31	22
Évora	30	23	35
Faro	48	44	51
Guarda	25	39	23
Leiria	38	48	36
Lisboa	62	95	18
Portalegre	30	40	21
Porto	47	86	28
Santarém	44	48	43
Viana do Castelo	10	9	10
Vila Real	14	28	12
Viseu	14	15	14
CONTINENTE	31	55	22

Fonte: IV Recenseamento Geral da População Portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado reside no facto de ter existido uma forte correlação positiva entre crescimento populacional e crescimento urbano⁵⁷, pelo menos a partir dos anos 1830. Assim, os distritos que mais aumentaram foram também os que tiveram maiores acréscimos nos níveis de população urbana. Assim, de certa forma, o ritmo com que cresceram as vilas e cidades portuguesas parece ter condicionado a rapidez com que se efectuou o aumento demográfico global. Embora seja incorrecto estabelecer uma relação de causa e efeito entre os dois fenómenos, eles aparecem associados ao longo do século XIX.

57 A análise de correlação pelo método de Pearson foi de +0.8603626, significativa com uma margem de erro de 1%.

QUADRO 18**Percentagem da população urbana em relação ao total nos distritos do Continente (1864-1900)**

Distritos	1864	1878	1890	1900
Aveiro	20.7	21.9	23.5	46.6
Beja	38.1	37.3	37.8	26.1
Braga	14.2	15.1	15.5	29.8
Bragança	12.5	13.2	13.1	28.7
Castelo Branco	26.0	27.4	25.5	36.2
Coimbra	25.0	26.0	26.8	31.4
Évora	45.0	44.3	43.2	43.0
Faro	46.2	46.4	45.9	44.1
Guarda	14.0	14.7	15.0	39.1
Leiria	19.0	19.0	20.3	47.6
Lisboa	57.5	67.6	68.8	94.8
Portalegre	47.9	51.7	52.3	40.3
Porto	33.6	36.2	40.3	85.6
Santarém	30.3	30.5	32.1	48.2
Viana do Castelo	12.9	13.2	12.7	9.3
Vila Real	14.0	14.8	15.6	28.3
Viseu	16.1	16.5	16.2	15.1
CONTINENTE	28.2	31.0	32.5	54.9

Fonte: IV Recenseamento Geral da População Portuguesa, vol. I, pp. 112-113.

Esta ligação é mais evidente se confrontarmos os ritmos globais de evolução distrital com as percentagens de efectivos que viviam em zonas urbanas no interior dos mesmos, sobretudo a partir de meados do século (Quadro 18). Com efeito, na última metade de oitocentos, a população urbana representou cada vez mais em termos relativos, mesmo nas áreas onde existiam poucas vilas e cidades, embora, e como seria de esperar, os aumentos fossem mais evidentes nos restantes distritos.

Existe um claro predomínio de unidades administrativas situadas na metade sul do território continental, onde já em meados do século XIX mais de 40 por cento dos residentes eram considerados urbanos. Esta constante plurisecular só se alterou na fase final da centúria, com a inclusão do Porto. Porém, no panorama nacional, Lisboa foi o único distrito onde durante esses cem anos mais de 50 por cento da sua população foi urbana, embora outros se aproximassem desse valor percentual. Foi o caso de Faro

e de Évora, que, curiosamente tendem a decair, bem como de Portalegre, onde essa percentagem diminuiu nos anos 90 (Quadro 19)⁵⁸.

QUADRO 19
Distritos com as maiores e menores percentagens de população urbana

	< 20%	> 40%
1864	Bragança 12.5	Lisboa 57.5
	V. Castelo 12.9	Portalegre 47.9
	Guarda 14.0	Faro 46.2
	Vila Real 14.0	Évora 45.0
	Braga 14.2	
	Viseu 16.1	
	Leiria 19.0	
1890	V. Castelo 12.7	Porto 40.3
	Bragança 13.1	Évora 43.2
	Guarda 15.0	Faro 45.9
	Braga 15.5	Portalegre 52.3
	Vila Real 15.6	Lisboa 68.8
	Viseu 16.2	

Estes valores devem, no entanto, ser encarados com precaução, porque, como vimos, ocorreram aumentos diferenciais a nível concelhio, alguns dos quais opostos às tendências globais médias do distrito. Assim, a simples análise da evolução demográfica à escala distrital pode esconder uma enorme variedade de situações, que só uma análise mais fina poderia detectar. Uma primeira forma de iniciar essa discussão, ainda que em termos gerais, consiste em analisar a evolução da população activa a partir das classificações socioprofissionais apuradas pelos responsáveis dos recenseamentos de 1890 e seguintes.

A nível local, a composição do tipo de actividades desempenhadas pelos indivíduos em idade activa alterou-se em função do desenvolvimento industrial e do crescimento urbano, que surgiram frequentemente associados. Os recursos humanos empregues no sector primário⁵⁹ diminuíram 2.4

58 As flutuações observadas entre 1890 e 1900 têm a ver com mudanças nos critérios seguidos nos dois censos para distinguir rural e urbano.

59 Onde se incluem os trabalhos agrícolas e também a pesca, a caça e a extracção de matérias minerais.

por cento na última década do século XIX, passando de 1.6 milhões em 1890 a 1.5 dez anos mais tarde⁶⁰. Mas as actividades ligadas ao cultivo e exploração de produtos agrícolas continuaram a ocupar mais de 60 por cento dos portugueses.

O remanescente distribuía-se equitativamente pelos sectores secundário e terciário. Ao longo da última década aumentaram em dois pontos percentuais os activos ocupados na indústria, embora esse acréscimo só se venha a tornar significativo um pouco mais tarde, já no século XX. O mesmo sucedeu com o terciário e sobretudo nas actividades de tipo comercial, que beneficiaram do novo dinamismo industrial, da dinâmica do comércio externo e da comercialização a que esteve ligada parte da produção agrícola. No final de oitocentos, a acumulação de riqueza dum pequena parcela da população permitirá reforçar o número dos que declaravam viver em exclusivo dos seus rendimentos⁶¹.

3.2. As cidades

Um dos indicadores primários sobre o crescimento urbano em Portugal ao longo do século XIX consiste na avaliação da população a viver nas cidades e capitais de distrito⁶². Entre o início e o final do século XIX o número de cidades passou de 22 a 30. Cinco novas cidades surgiram até 1864, Santarém em 1868, a Covilhã em 1870 e a Figueira da Foz doze anos depois, em 1882. Dado o critério administrativo então seguido, Vila Real foi considerada para efeitos censitários com o estatuto de cidade, por ser capital de distrito, embora só em 1925 fosse promovida a essa categoria. Pelo mesmo motivo Santarém surgiu a par das restantes cidades no recenseamento de 1 de Janeiro de 1864.

As cidades registaram ao longo do século XIX um crescimento bastante superior ao do restante território, embora acompanhassem as suas tendências globais. A população a residir em cidades cifrava-se no início de oitocentos em 387 milhares, ascendia a 479 milhares em 1864, mas em 1900 já ultrapassava os 811 milhares, o que traduz uma variação secular positiva de 109.4 por cento, 70 por cento dos quais nas últimas quatro décadas, com uma fase de máxima intensidade nos anos 1880. Recorde-se que neste mesmo período a população portuguesa cresceu apenas 72 por cento.

60 Mais precisamente 1.567.385 indivíduos em 1890 e 1.529.035 em 1900.

61 Sobre esta questão cf., entre outros, Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, pp. 30-32; e David Justino, *A formação do espaço económico nacional*.

62 Veja-se o Quadro 15.

QUADRO 20**As cidades portuguesas de acordo com a sua dimensão (milhares)**

1864	1900
Lisboa 199.4	Lisboa 357.0
Porto 86.8	Porto 172.4
Braga 18.8	Braga 24.3
Setúbal 12.7	Setúbal 21.8
Coimbra 12.7	Coimbra 18.4
Évora 11.5	Évora 16.1
Tavira 10.5	Covilhã 15.5
Elvas 10.3	Elvas 14.0
Viana 9.3	Tavira 12.2
Faro 8.0	Portalegre 11.9
Lamego 7.8	Faro 11.8
Lagos 7.7	Aveiro 10.0
Guimarães 7.6	Viana 9.9
Beja 6.9	Silves 9.7
Portalegre 6.4	Lamego 9.2
Viseu 6.4	Beja 8.9
Aveiro 6.4	Guimarães 8.9
Santarém 6.2	Santarém 8.7
C. Branco 6.1	Lagos 8.3
Silves 5.1	Viseu 8.2
Vila Real 4.8	Figueira Foz 7.9
Bragança 4.8	C. Branco 7.3
Penafiel 4.4	Tomar 6.9
Tomar 4.0	Vila Real 6.7
Guarda 3.8	Guarda 6.1
Leiria 2.9	Bragança 5.5
Pinhel 2.3	Penafiel 5.1
Miranda 0.9	Leiria 4.5
	Pinhel 2.9
	Miranda 1.0

A distribuição das cidades de acordo com a sua dimensão permite comprovar as diferentes tradições urbanas a Norte e Sul do Reino (Quadro 20). Aliás, ao longo do século XIX pouco se alteraram as posições dos maiores centros, sendo enorme a distância que separava Lisboa do Porto e estas duas cidades de Braga e Setúbal, que ocupavam os lugares imediatos.

Se transformarmos esta informação em valores relativos, segundo a dimensão populacional das mesmas, obtemos uma visão global sobre as características particulares da rede urbana (citadina). Para o efeito, considerámos *idades muito pequenas* as de menos de 5 mil habitantes; *idades pequenas* as que possuíam entre 5 e 10 mil residentes; *idades médias*, as com 10 a 20 mil habitantes; e, por fim, *idades grandes* todas as que ultrapassavam os 20 mil indivíduos. Ao compararmos o número de cidades em cada um dos intervalos considerados, torna-se visível o recuo das cidades muito pequenas (8 em 1801 e apenas 3 em 1900) e o gradual aumento dos núcleos de pequena e média dimensão, que passam de 12 a 23 nesses cem anos. As grandes cidades continuarão a ser as mesmas, embora Braga ultrapasse as 20 mil almas em 1890 e Setúbal em 1900.

Mas o significado real destas alterações só pode ser conhecido se soubermos quantos portugueses residiam em cada tipo de cidade. Na prática, queremos saber como se estruturou o tecido urbano ao longo da centúria e quantos dos vários milhares de residentes em cidades viviam nos diferentes tipos de núcleos⁶³. Com efeito, a rede urbana portuguesa sofreu bastantes alterações nesta centúria, embora com diferenças assinaláveis entre as duas metades da mesma (Quadro 21).

QUADRO 21

População a residir nos diferentes tipos de cidade

TIPO	N.º habitantes	1801		1864		1900	
Muito pequenas	– 5000	23703	6.1%	27768	5.9%	8406	1.0%
Pequenas	5000-10000	83480	21.5%	83963	17.7%	117168	14.4%
Médias	10000-20000	71331	18.4%	76623	16.1%	110039	13.9%
Grandes	+ 20000	208949	53.9%	286163	60.3%	575549	71.0%

Até 1864 as mudanças foram de pequena monta, destacando-se apenas a progressiva concentração demográfica das gentes urbanas nas duas maiores cidades do Reino, onde já em 1801 viviam mais de metade desses efectivos (54 por cento) e 60 por cento em 1864. As *idades de média dimensão* quase não existiam e parecem esvaziar-se ao longo da segunda metade do século em favor de Lisboa e Porto. Na primeira metade de oitocentos só as

63 Dados os critérios de apuramento adoptados pelos responsáveis executores dos censos, foi impossível apurar também os núcleos que, embora não sendo cidades, estavam à data dos vários recenseamentos oitocentistas em cada um dos escalões considerados.

ciudades muito pequenas cresceram. Elas albergavam 5.3 por cento dos residentes urbanos em 1801 e 5.9 por cento sessenta anos mais tarde, o que traduz apenas o ritmo de aumento demográfico ocorrido neste período que, embora lento em termos globais, foi em geral superior em todos os centros assim considerados.

Ao invés, na última fase do século XIX introduziram-se várias mudanças no sistema urbano português e em 1900 só um por cento dos residentes em cidades habitava em núcleos com menos de cinco mil almas. Por seu turno, o conjunto das *ciudades pequenas e médias* continuou a mostrar-se incapaz de atrair ou mesmo fixar os seus naturais, pelo que representaram cada vez menos: 34 por cento dos residentes urbanos nos anos 1860 e tão-só 28 por cento em 1900.

O fenómeno marcante nestas décadas foi a atracção que exerceram as *grandes cidades* em termos demográficos, o que acentuou a tendência de bipolarização norte-sul, liderada pelo Porto e por Lisboa. Os outros dois núcleos com mais de vinte mil residentes estavam relativamente próximos das áreas de influência económica das primeiras, e hoje uma delas, Setúbal, pertence mesmo à Área Metropolitana de Lisboa. Entre 1801 e 1900, o número de residentes nos grandes centros aumentou 175.4 por cento, mas só entre 1864 e o fim da centúria o acréscimo das grandes cidades cifrou-se em 101.1 por cento, o que prova a aceleração progressiva do fenómeno nas últimas décadas. Tratou-se, portanto, de um aumento percentual, mas também real do número de efectivos.

As conclusões a que chegámos sobre as diferenças percentuais de cada tipo de cidade foram, por seu turno, condicionadas pelos ritmos desiguais de crescimento populacional. Uma análise sumária, efectuada a partir dos valores apresentados no numeramento de 1801 e no censo de 1864, parece indicar que na primeira parte de oitocentos algumas cidades duplicaram os seus efectivos, como aconteceu no Porto e em Silves. Um segundo grupo, que incluía cidades como Faro, Beja, Leiria e Pinhel, praticamente estagnou. Mas em sete cidades do país verificou-se um declínio no número de residentes. Foi o que aconteceu em Viseu, Coimbra, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Elvas, grande parte delas situadas a sul. A instabilidade política poderá até certo ponto explicar estas ocorrências, já que o pequeno crescimento global verificado nos centros urbanos beneficiou algumas pequenas cidades mais isoladas, como a Guarda, Bragança e Penafiel. Outra explicação poderá derivar da qualidade das fontes, já que podemos estar a comparar cidades com e sem termo, ou comarcas e concelhos.

As assimetrias de desenvolvimento esbateram-se na segunda metade do século, durante a qual todas as cidades aumentaram o número de residen-

tes, embora em algumas esse fenómeno tivesse sido diminuto. Referimo-nos a zonas do interior, como Bragança e Miranda; e também a áreas próximas do litoral, onde se registavam fortes níveis emigratórios, como nos casos das cidades de Viana do Castelo e de Aveiro. Esta última, embora fosse relativamente industrializada, viu a sua evolução ser travada pela intensidade de saídas. Igualmente penalizadas foram as cidades onde não surgiram actividades económicas alternativas. Veja-se, a título meramente exemplificativo, a diferença entre Castelo Branco, que de 1864 a 1900 cresceu 19 por cento, o mesmo que na primeira metade do século, e a Covilhã, que só entre 1878 e 1900 aumentou 44 por cento. Outro caso curioso verificou-se na província algarvia, onde os aumentos de Faro (9 e 48 por cento, respectivamente para a primeira e segunda metade de oitocentos) e Silves (103 e 92 por cento, nos mesmos períodos) contrastam com os valores obtidos por Tavira (com 54 e 16 por cento) e Lagos (17 e 7 por cento)⁶⁴.

No entanto, mau grado essa diversidade, é significativo o facto de nenhuma cidade ter diminuído entre 1864 e 1900, ao contrário do que acontecera nos primeiros sessenta anos do século em sete das vinte e sete cidades consideradas. Mas o fenómeno mais curioso é talvez o acentuar da bicefalização do Reino, em termos económicos e demográficos. Esta última afirmação merece que sobre ela nos debrucemos um pouco mais, de molde a conhecer a evolução específica das duas maiores cidades portuguesas, que foram também as responsáveis pelo fenómeno de bicefalização do país, o qual perdurará até bem entrado o século XX.

Lisboa e Porto

A importância das duas maiores cidades do Portugal de oitocentos é indiscutível e justifica que sobre elas nos detenhamos, de forma a verificar as suas semelhanças e diferenças nas décadas de transição entre o século passado e o actual, inclusive a nível interno. Com efeito, cada uma era constituída por várias zonas, caracterizadas por realidades socioeconómicas e etárias distintas, bem como por diferentes comportamentos face à vida e à morte, os quais, de algum modo, explicam as diferenças que na história de ambas podemos encontrar.

As vicissitudes ocorridas em Portugal nas primeiras décadas do século XIX penalizaram intensamente a capital, saldando-se esse facto por uma

64 Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «O crescimento urbano oitocentista», pp. 142-143.

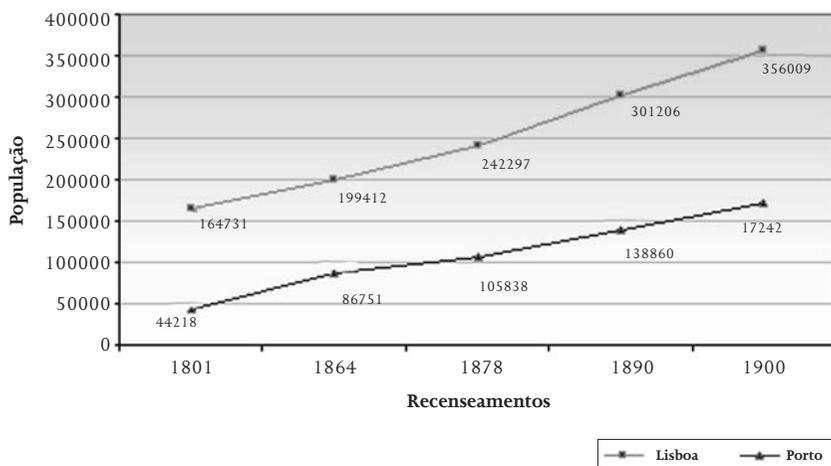
aproximação das duas cidades em termos do número de habitantes, embora se mantivesse uma enorme vantagem de Lisboa. Na segunda metade do século XIX as duas cidades continuaram a crescer, embora com ritmos diferentes, e ganharam importância face ao número de indivíduos registados nas unidades administrativas distritais onde se situavam e a que davam nome.

Ambas actuaram como pólos de atracção crescente, sendo em grande parte responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural de zonas distantes, embora mais no caso de Lisboa do que no do Porto. Apesar da tendência claramente positiva, as duas atingiram o seu momento aúreo durante os anos 1880, década em que os seus ritmos de crescimento anual médio se fixaram em 2.3 e 2.4 por cento, respectivamente no Porto e em Lisboa⁶⁵.

No entanto, a distância que as separava em termos demográficos era enorme. Em 1800, por cada quatro residentes em Lisboa existia um no Porto. Com cerca de 44 mil habitantes, a Invicta correspondia em 1801 a 27 por cento da população da capital, que rondava então as 165 mil almas, mas em 1864 a relação era já de 45 por cento e subiu a 47 por cento no final do século, o que indicia uma enorme recuperação da cidade que polarizava o maior volume de migrantes a norte do Reino (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

A população das cidades de Lisboa e Porto no século XIX



65 Ver Teresa Rodrigues e Olegário Ferreira, «As cidades de Lisboa e Porto...», p. 303.

QUADRO 22

As cidades de Lisboa e Porto no século XIX

	1801	1864	1878	1890	1900
Lisboa	164731	199412	242297	301206	356009
Dist. (%)	-----	45.4	45.8	49.3	50.2
País (%)	5.5	5.1	5.3	6.5	7.1
Porto	44218	86751	105838	138860	172421
Dist. (%)	-----	21.9	22.7	25.4	28.1
País (%)	1.5	2.3	2.4	3.0	3.3

Como já referimos, o crescimento da capital em termos nacionais foi pouco significativo até meados da década de 1860. Iniciou então um processo de rápida recuperação, gradual até aos anos 1880 e muito rápido em seguida, o que fez com que mais de metade dos recenseados no distrito fossem de facto residentes na cidade de Lisboa. O Porto também progrediu, ao todo 86 por cento, com uma fase muito dinâmica entre 1878 a 1900. Só nesses anos aumentou 53.5 por cento, bastante mais do que Lisboa, mas o ritmo desacelerou-se a partir do início do século XX. De qualquer forma, a cidade nortenha nunca conseguiu representar mais de 28 por cento do total da população do distrito a que pertencia, porque, ao contrário da capital, não eram tão nítidas as diferenças de desenvolvimento económico do concelho urbano face aos concelhos limítrofes.

Os dois centros urbanos de Lisboa e Porto eram também muito distintos no que respeita aos modos e valores referentes à densidade residencial e de distribuição das suas gentes no espaço, embora fossem detectáveis em qualquer deles três áreas⁶⁶ de características bem diferenciadas.

A primeira correspondia ao centro histórico, com densidades superiores a 200 hab./ha², e que incluía algumas das freguesias mais ricas de ambas as cidades, mas sobretudo zonas de perfil popular, ligadas a actividades económicas que beneficiavam da proximidade dos rios Douro e Tejo.

Estas zonas pouco ou nada cresceram neste período. Em termos de estrutura populacional os bairros centrais mostravam-se claramente dependentes da intensidade dos fluxos migratórios. Neles residiam mais homens do que mulheres, mais gente em idade activa do que crianças ou idosos. A

66 Esta questão das diferentes zonas urbanas foi também desenvolvida in Olegário Ferreira e Teresa Rodrigues, «As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX – características da sua evolução demográfica: 1864-1930», p. 318.

análise das naturalidades dos indivíduos residentes nos centros históricos das urbes prova o contínuo de chegadas de novos residentes. O número médio de habitantes por fogo era também aí significativo, como consequência da estrutura complexa dos núcleos familiares mais abastados⁶⁷, mas sobretudo da coabitação de um número crescente de indivíduos nos bairros populares, onde as rendas das casas eram mais baixas e, portanto, procuradas pelos recém-chegados às cidades, gente de fracos recursos. Neste sentido e até certo ponto, o aumento do número de almas em cada núcleo reflectiu a intensidade dos fluxos migratórios para as grandes cidades e o agravamento das condições de existência para uma larga maioria da população urbana mais desfavorecida.

A esta primeira zona sucedia uma outra, disposta em forma de anel imperfeito em torno da primeira, que terá sido a principal beneficiária do crescimento urbano na segunda metade do século. As densidades de ocupação humana também aí aumentaram muito depressa, sobretudo em Lisboa. Nela residiam os indivíduos com rendimentos médios, mas a terminar a centúria essas áreas começaram a receber também população migrante, forçada a procurar alojamento cada vez mais longe do local de trabalho. Em termos etários e por sexos tratava-se da zona mais equilibrada.

Por último, há que considerar a faixa periférica, escassamente povoada, ainda semi-rural, que no final de oitocentos será cada vez mais procurada para nela se instalarem unidades industriais, por vezes associadas a bairros operários, o que originou um acréscimo muito rápido do número dos aí residentes. Também por esse motivo essas zonas apresentavam as maiores percentagens de jovens no contexto urbano. As vagas migratórias explicam as oscilações acentuadas que nelas vamos encontrar à data da realização dos últimos censos oitocentistas e que coincidem em alguns casos com processos rápidos de construção imobiliária a preços competitivos.

Os agregados familiares eram mais alargados na cidade nortenha⁶⁸, facto em relação ao qual existem outras explicações além da simples questão migratória. Se nos reportarmos aos níveis de natalidade e mortalidade observados nas duas cidades em 1890 e 1900⁶⁹, veremos o quanto diferem (Quadro 23). No Porto nascia-se mais, morria-se mais e casava-se mais. Em Lisboa, os níveis destas variáveis microdemográficas foram sem-

67 Lembre-se a influência do fenómeno da criadagem e outros trabalhadores, dos sistemas de protecção a familiares e afillhados mais pobres, etc.

68 Cf. Olegário Ferreira e Teresa Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 303- e segs.

69 Só a partir de 1890 estão disponíveis e publicados os valores sobre o número total de nascimentos e óbitos nas cidades de Lisboa e Porto.

QUADRO 2.3**Taxas Brutas de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade nas cidades de Lisboa e Porto (%)**

Anos	Lisboa			Porto		
	TBN	TBM	TBNup.	TBN	TBM	TBNup.
1890	27.7	29.2	7.1	37.1	31.4	7.9
1900	27.2	27.7	6.1	37.1	36.0	7.2

pre inferiores e os saldos naturais mantiveram-se sempre ligeiramente negativos⁷⁰.

No que respeita à estrutura populacional, ou seja, à repartição por sexos e em grupos etários dos residentes, as diferenças eram também significativas e permitem explicar parte das diferenças encontradas nas Taxas Brutas de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade⁷¹.

A comparação da estrutura etária e por sexos dos alfacinhas e tripeiros em 1801, 1864 e 1900 sugere-nos desde logo alguns reparos. Ao contrário do que acontecia no início do século, já em meados do mesmo as duas cidades apresentavam grandes diferenças que, no entanto, tenderam a esbater-se.

Com efeito, em meados de oitocentos, o Porto continuava a possuir uma estrutura etária própria de núcleos com forte crescimento populacional, devido a níveis elevados de fecundidade, o que acentuava o peso dos grupos de idades mais baixas. Mais de um quinto dos seus residentes tinha menos de dez anos. Fazia-se de seguida sentir a influência da imigração para o centro urbano, sobretudo dos jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, um pouco mais cedo e com maior intensidade no sexo feminino. A mortalidade era responsável pelo global decréscimo de efectivos a partir de escalões etários relativamente baixos, na sequência de esperanças de vida que não ultrapassariam 35 anos nos anos 1860. No primeiro

70 Cf. Teresa Rodrigues, *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista...*

71 Com efeito, a existência de diferentes percentagens de população residente em certas idades influencia os resultados das Taxas Brutas, que são indicadores grosseiros e ponderam apenas o número de acontecimentos (nascimentos, óbitos ou casamentos) em relação a toda a população existente num determinado núcleo. Assim, um local que possua muitos jovens ou muitos idosos terá à partida níveis superiores de mortalidade, tal como num local com muitos indivíduos em idade activa será em princípio superior o número de casamentos e nascimentos. Este tipo de ligação era ainda mais directo nas sociedades anteriores à fase de transição demográfica, que em Portugal ocorreu mais tarde que noutros países europeus (1.ª fase: descida da mortalidade e natalidade elevada – fins do século XIX, inícios do século XX; 2.ª fase: descida da natalidade – anos 20-30 do nosso século).

ano apenas 4.2 por cento dos portuenses tinha 65 ou mais anos. Esta estrutura sofreu, no entanto, progressivas alterações. Em 1900 mantinha-se o peso percentual dos jovens, mas a representação gráfica dos diferentes grupos etários evidencia uma maior regularidade até aos 25 anos. Por seu turno, os idosos viram diminuir a sua importância no total, o que coincidiu com a fase de maior desenvolvimento económico da Invicta. Não fossem estas ligeiras alterações na parte final da centúria, o Porto teria mantido por todo o século XIX uma enorme estabilidade em termos de repartição etária e por sexos da sua população, apenas acrescida na segunda metade do século pela intensidade imigratória.

Evolução muito diferente terá sido a da capital, sobretudo no que concerne aos grupos mais jovens. Em 1801 o número de crianças era ainda suficiente para permitir uma repartição etária pouco diferente da existente no Porto. Nela se evidenciavam as oscilações provocadas pelos indivíduos em idade activa, que continuavam a afluir à cidade, mau grado a conjuntura adversa que então se vivia. O desenrolar da história portuguesa nas décadas seguintes irá trazer enormes transformações aos moldes de vida urbana, cujos resultados a nível demográfico estão patentes na configuração da pirâmide referentes ao ano de 1864. Trata-se de uma figura diferente de qualquer outra que possamos encontrar na mesma época e distorcida a vários níveis, que a má qualidade dos dados censitários não pode, por si só, justificar. Em 1900 a representação gráfica apresenta-se bastante mais conforme com o que seria de esperar⁷².

O que verdadeiramente diferenciava as duas cidades era a reduzida importância relativa das crianças na capital, surpreendente porque muito vincada já na década de 1860. Os grupos menores de catorze anos representavam apenas 29 por cento dos residentes em 1801, 21 por cento no ano de 1864 e 26 por cento em 1900. O impacto das migrações internas terá alterado as formas esperadas de crescimento populacional, pelo que se torna incorrecto atribuir esse peso reduzido à precoce descida dos níveis da

72 Apesar dos vários testes efectuados à qualidade dos recenseamentos oitocentistas apontarem para uma qualidade deficiente de todos eles, muito agravada quando descemos a nível concelhio, como é o caso, nota-se uma melhoria gradual das informações apuradas. Os valores do Índice Combinado das Nações Unidas atribuem aos concelhos de Lisboa e Porto os seguintes resultados:

	1864	1878	1890	1900
Lisboa	74.4	81.8	50.8	37.4
Porto	109.4	81.7	42.3	37.1

(Teresa Rodrigues e Olegário Ferreira, *idem*, p. 302)

natalidade. Lisboa era um espaço onde o impacto da imigração condicionava a existência de menores percentagens de jovens na base da pirâmide etária e maiores percentagens de idosos no topo da pirâmide. À data do primeiro censo, 7.4 por cento dos arrolados tinham mais de sessenta anos, mas em meados da centúria eles representavam 9.5 por cento e só depois recuou até aos 7.8 por cento observados em 1900, na sequência do aumento do fluxo migratório e de um ligeiro recuo da mortalidade, que fez aumentar o número de adultos jovens e de crianças.

Sob todas as perspectivas, 1900 parece representar nas duas cidades um momento de equilíbrio, mas também de viragem, no processo de crescimento demográfico. Para fundamentar esta hipótese, podemos recorrer a outro tipo de indicadores, designadamente a análise da relação entre os sexos nos diferentes grupos etários em cada recenseamento.

No Porto, a relação entre o número de homens e mulheres foi equilibrada até final de oitocentos, embora na cidade predominasse o sexo feminino. Ao longo da segunda parte dessa centúria verificou-se uma descida gradual da percentagem correspondente aos homens, causada pela sua saída para espaços mais atractivos. A relação entre os sexos era a esperada até aos quinze anos, de acordo com o modelo de mortalidade vigente. Porém, alterava-se em seguida, primeiro devido à emigração, depois à sobremortalidade masculina a partir dos quarenta anos.

É algo distinto o caso da capital, uma vez que nela a atracção se exercia com igual intensidade nos dois sexos. A distribuição de efectivos nos diferentes intervalos foi também equilibrada até 1900, mas desta feita favorável ao sexo masculino. No Porto existiam muito mais jovens entre os 0 e os 14 anos do que em Lisboa, embora a percentagem correspondente a este grupo obtivesse valores máximos na capital em 1900, que são imputáveis à imigração masculina. O recrutamento e o serviço militar, assim como o número de criados, de aprendizes e de operários fabris podem explicar, pelo menos em parte, esse fenómeno. Situação inversa se observa no caso da população em idade activa, cujo peso percentual foi sempre superior em Lisboa. No início teve maior expressão no sexo masculino, mas tenderá a uniformizar-se. A percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade decresceu consecutivamente, à semelhança do que aconteceu a norte, embora aí o número de mulheres fosse sempre mais significativo do que o dos homens.

As estruturas populacionais

A análise demográfica reconheceu a importância dos fenómenos estruturais na compreensão dos comportamentos colectivos. Indicadores tradicionais, como as taxas brutas de mortalidade, natalidade, nupcialidade ou emigração têm um significado limitado, caso não sejam confrontados com a repartição por sexos e idades do universo populacional em causa.

O século XIX português foi marcado por algumas mutações, embora não tanto no que respeita aos principais indicadores demográficos: a mortalidade só iniciará o seu declínio, embora ligeiro, na última década, a natalidade continuará a apresentar níveis elevados, a nupcialidade só nos centros urbanos alterou alguns dos seus ritmos. No entanto, a última parte de oitocentos assistiu à emergência dos fenómenos novos da urbanização, da industrialização e de vários tipos de migrações, que provocaram mudanças na paisagem económica e na estrutura populacional em sentido lato e sobretudo a nível local.

A percentagem de indivíduos em idade activa, bem como o volume de idosos e de população jovem⁷³ que ao longo de oitocentos caracterizaram cada espaço, reflectiam os diferentes ritmos e estádios de dinamismo económico e social das regiões em que se dividia o país. Vejamos como.

Só conhecemos a estrutura etária dos portugueses logo no início do século XIX e nos anos da realização dos recenseamentos de 1864, 1878, 1890 e 1900, com a agravante de ser necessário, para garantir a comparabilidade dos resultados, efectuar o ajustamento das informações, já que

73 De acordo com o critério seguido por este autor consideram-se jovens os efectivos entre 0 e 19 anos e idosos os com pelo menos 60 anos de idade. Existem outras formas de agrupamento possível, sendo evidente que este critério poderá não ser o mais correcto para definir o que ao longo do século XIX se entendia por jovem ou idoso. Utilizamos esta divisão apenas porque ela nos permite estabelecer comparações em termos nacionais e internacionais.

existem variações na forma como nas diferentes datas foram agregados os indivíduos por idade e sexo⁷⁴.

O primeiro levantamento oitocentista obedecia a uma repartição etária que reflectia a perspectiva que esteve na base da recolha de informações, o que justifica, entre outras, a criação de um grupo para os menores de sete anos, uma vez que os responsáveis pelo levantamento a nível local foram os párocos⁷⁵. Igualmente diferentes foram os critérios de agregação etária escolhidos por ocasião dos recenseamentos de Janeiro de 1864 e 1878, que distinguiram os menores de um ano e indicavam globalmente todas as crianças com um a cinco anos completos, o que deixará de acontecer a partir do recenseamento de 1890, passando a adoptar-se a repartição quinquenal simples.

Os Quadros 24 a 28 apresentam o número de indivíduos apurado em cada escalão etário de acordo com o sexo, para todas as datas mencionadas, uma vez concluídas as operações necessárias para compatibilizar os resultados, que o Gráfico 3 permite visualizar. Essa informação será complementada pelas relações de força entre os efectivos de sexos diferentes em cada um dos grupos de idade.

QUADRO 24

A população portuguesa em 1801 (estrutura corrigida)

Idades	H	M	Total
0-4	186861	180160	367021
5-9	178825	173448	352273
10-14	129443	129685	259128
15-19	121319	125555	246874
20-24	113194	121425	234619
25-29	103953	123114	227067
30-34	101084	117641	218725
35-39	89939	103214	193153

74 Sobre os critérios de ajustamento e correcção efectuados nos três primeiros casos (1801, 1864 e 1878) veja-se Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, «A evolução da população portuguesa ao longo do século XIX...», pp. 156 e segs.

75 E estes partiam da contagem realizada nos róis de confessados. Este aspecto já foi desenvolvido no capítulo dedicado às fontes existentes para conhecer a população portuguesa ao longo do século XIX e sua respectiva qualidade.

QUADRO 24**A população portuguesa em 1801 (estrutura corrigida) (continuação)**

Idades	H	M	Total
40-44	89498	96708	186206
45-49	78114	84462	162576
50-54	66730	72216	138946
55-59	55346	59970	115316
60-64	36532	39845	76377
65-69	30101	32852	62953
70-74	23671	25858	49529
75 +	17240	18865	36105
TOTAL	1421850	1505018	2926868

QUADRO 25**A população portuguesa em 1864 (estrutura corrigida)**

Idades	H	M	Total
0-4	223916	215918	439834
5-9	198854	190265	389119
10-14	202773	192256	395029
15-19	157429	184251	341645
20-24	146429	173521	319950
25-29	152985	175793	328777
30-34	116154	129490	245644
35-39	145702	158268	303970
40-44	110607	116517	227124
45-49	112552	123069	235622
50-54	67694	77169	144863
55-59	73628	90877	164505
60-64	50565	59361	109926
65-69	41123	49723	90847
70-74	21446	25396	46842
75 +	24639	30576	55214
TOTAL	1846497	1992414	3838910

QUADRO 26

A população portuguesa em 1878 (estrutura corrigida)

Idades	H	M	Total
0-4	264401	258451	522852
5-9	218106	211103	429209
10-14	203189	194361	397550
15-19	178845	199255	378099
20-24	159897	182433	342330
25-29	159262	186869	346130
30-34	125249	144286	269535
35-39	143797	161401	305198
40-44	105068	117066	222134
45-49	116237	132647	248884
50-54	87193	99435	186628
55-59	94101	107359	201460
60-64	59524	65500	125024
65-69	43373	52234	95607
70-74	23003	28613	51617
75 +	27645	36189	63834
TOTAL	2008889	2177202	4186091

QUADRO 27

A população portuguesa em 1890

Idades	H	M	Total
0-4	277688	270442	548130
5-9	261854	251975	513829
10-14	250516	234531	485047
15-19	209449	218622	428071
20-24	178915	197422	376337
25-29	158196	182559	340755
30-34	144850	166861	311711
35-39	129699	147807	277506
40-44	135125	152079	287204
45-49	109106	119009	228115
50-54	112453	128128	240581
55-59	71774	85659	157433
60-64	86485	100107	186592
65-69	52513	60138	112651
70-74	40519	47354	87874
75 +	32161	40097	72258
TOTAL	2551303	2402792	4654095

QUADRO 28

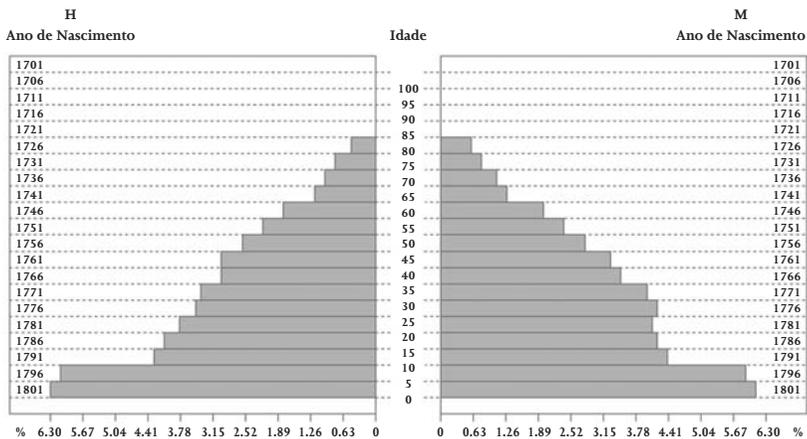
A população portuguesa em 1900

Idades	H	M	Total
0-4	298258	288715	586973
5-9	286124	277988	564112
10-14	275342	265645	540988
15-19	233422	245848	479270
20-24	202462	231754	434216
25-29	173059	194578	367637
30-34	151489	175261	326746
35-39	132385	151642	284027
40-44	135274	157175	292449
45-49	110625	128875	239500
50-54	115501	138916	254417
55-59	79872	85101	174973
60-64	85426	104935	190361
65-69	47308	57975	105282
70-74	38464	50522	88986
75 +	37102	49228	86330
TOTAL	2402112	2614156	5016267

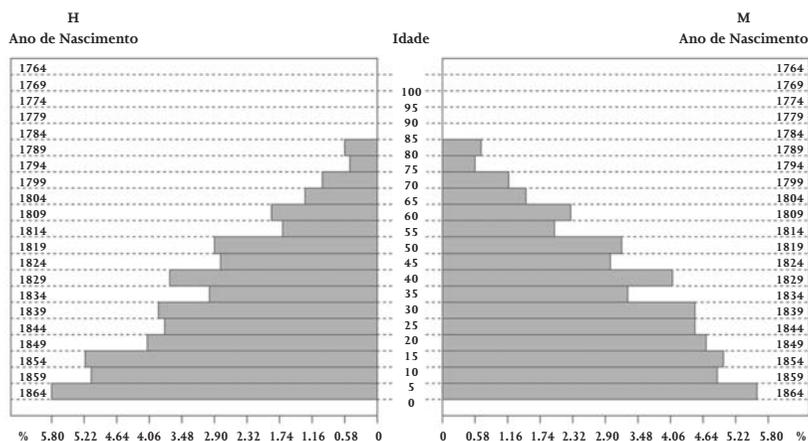
GRÁFICO 3

Estatuto etário e por sexos da população portuguesa no século XIX

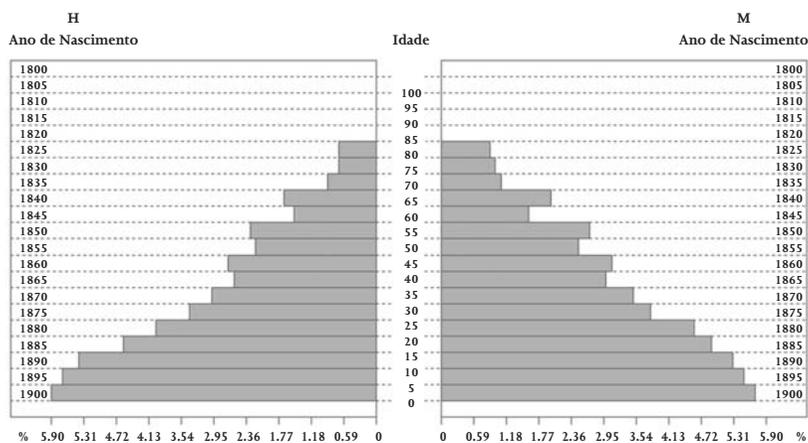
População portuguesa – 1801



População portuguesa – 1864



População portuguesa – 1900



Na leitura comparada dos dois tipos de informação⁷⁶ dever-se-á procurar ignorar as distorções causadas pelos diferentes níveis de qualidade censitária⁷⁷. Um dos principais será, sem dúvida, a questão da qualidade das

76 Relação de masculinidade = $H/M \times 100$, que em populações equilibradas se aproxima do valor 100. A explicação do método e seus objectivos encontra-se, entre outros, em Manuel Nazareth, *Introdução à Demografia. Teoria e prática*, pp. 90-1.

77 Existem vários métodos possíveis para testar essa qualidade, sendo o mais comum o Índice Combinado das Nações Unidas (ICNU). Esse índice pondera vários factores e os seus resultados variam de 0 a 20 para censos de boa qualidade, de 20 a 40 para os de má qualidade e

declarações prestadas pelos inquiridos sobre as respectivas idades, sendo notória a atracção por algumas delas, como as terminadas em 0 ou 2. Mas os enviesamentos introduzidos por essas incorreções não alteraram a forma gráfica da estrutura, que se aproxima em qualquer dos censos oitocentistas da normalmente encontrada em sociedades anteriores à transição demográfica.

Para tanto terá contribuído o facto de Portugal ter mantido ao longo de todo o século XIX altos níveis de natalidade e também de mortalidade, sobretudo nos primeiros anos de existência, com uma esperança de vida à nascença que, em grande parte por essa mesma razão, nunca ultrapassou os quarenta anos. O crescimento dos efectivos foi ainda refreado por elevadas taxas de emigração. Após 1864, a forma da estrutura populacional aparece cada vez mais condicionada pela intensidade dos fluxos imigratórios, especialmente no sexo masculino a partir dos quinze anos de idade.

No entanto, para além da forma global de cada pirâmide nos vários censos, há que referir a distorção causada pela desigualdade entre os dois lados da pirâmide, que deriva das diferentes percentagens de cada sexo face ao total dos habitantes e em cada intervalo etário. Na realidade, uma pirâmide nunca é simétrica. A parte esquerda é inicialmente mais larga, devido ao fenómeno de sobremasculinidade dos nascimentos. Porém, à medida que caminhamos para idades mais avançadas, diminui a importância relativa do sexo masculino, chegando-se aos grupos finais com o dobro ou o triplo dos efectivos femininos, devido ao fenómeno de sobremortalidade masculina. Este é o modelo natural de envelhecimento, alterado no nosso caso pelas já mencionadas má qualidade dos dados e pelas distorções provocadas pelos movimentos migratórios.

Porém, estes entraves não impedem a vigência durante o século XIX português do modelo geral, observado em todos os universos populacionais. Nascem em média 105 homens por cada 100 mulheres. Nas sociedades anteriores à transição demográfica este valor diminuía rapidamente, devido ao facto da mortalidade penalizar sobretudo o sexo masculino. No período da procriação, a sobremortalidade feminina devida aos óbitos durante e logo após o parto fazia subir ligeiramente os resultados em favor dos homens. Mas a partir dos quarenta anos esse equilíbrio voltava a agravar-se, dada a sobremortalidade masculina, cada vez mais acentuada à medida que avançavam os escalões etários (Quadro 29).

de 40 ou mais para os de muito má qualidade. No nosso caso temos os seguintes valores: 1864 = 74.9; 1878 = 62.3; 1890 = 32.7; 1900 = 31.4, o que significa que todos os recenseamentos são muito deficientes em termos qualitativos (Cf. Manuel Nazareth, *ob. cit.*, pp. 110-111 e Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *ob. cit.*, p. 157).

QUADRO 29

Relações de Masculinidade da população portuguesa no século XIX

Idades	1801	1864	1878	1890	1900
0-4	103.7	103.7	102.3	102.7	103.3
5-9	103.1	104.5	103.3	103.9	102.9
10-14	99.8	105.5	104.5	106.8	103.7
15-19	96.6	85.5	89.8	95.8	94.9
20-24	93.2	84.4	87.6	90.6	87.4
25-29	84.4	87.0	85.2	86.7	88.9
30-34	85.9	89.7	86.8	86.8	86.4
35-39	87.1	92.1	89.1	87.7	87.3
40-44	92.5	94.9	89.8	88.9	86.1
45-49	92.5	91.5	87.6	91.7	85.8
50-54	92.4	87.7	87.7	87.8	83.1
55-59	92.3	81.0	87.7	83.8	84.0
60-64	91.7	85.2	90.9	86.4	81.4
65-69	91.6	82.7	83.0	87.3	81.6
70-74	91.5	84.4	80.4	85.6	76.1
75 +	91.4	80.6	76.4	80.2	75.4
TOTAL	94.5	92.7	92.3	93.7	91.9

Nesta perspectiva, e para completar a análise global da evolução e da diversidade das estruturas, é conveniente subdividir as populações recenseadas em três grandes grupos funcionais, como usualmente se designam. Embora a análise feita através das pirâmides e das relações de masculinidade seja incontestavelmente a mais completa, a repartição em apenas três escalões etários tem a vantagem de facilitar as comparações no espaço e no tempo. Existem vários critérios de agregação para os jovens, adultos e idosos.

Na actualidade, as séries estatísticas vindas a lume consideram jovens os indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; adultos os que possuem entre 15 e 64 anos; sendo considerados idosos os que apresentem idades superiores a 65 anos. Mas para muitos outros fins continua a utilizar-se a divisão dos 0 aos 19 anos, dos 20 aos 59 e dos 60 ou mais anos. Esta questão torna-se ainda mais complexa a partir do momento em que se questiona o uso de algum deles para definir a realidade oitocentista. Com efeito, as características que hoje definem um jovem ou um idoso dificilmente poderão ser aplicadas. De facto, para sociedades do passado parece-nos mais correcta uma divisão que distinga os menores de 15 anos, a população entre essa idade e os 60 e os indivíduos com 60 ou mais anos. O primeiro escalão é explicado por razões maioritariamente económicas,

ligadas ao início da vida activa, enquanto o último se justifica pela reduzida esperança de sobrevivência a partir dos 60 anos e pela impossibilidade física de continuar a desempenhar um papel activo em termos económicos⁷⁸.

Mas, apesar destes considerandos, decidimos neste momento apresentar os resultados segundo a divisão comumente utilizada por outros autores ligados ao tema das populações e suas características noutros séculos, inclusive em termos internacionais⁷⁹.

No nosso caso concreto, e no que respeita à percentagem da população nas primeiras camadas, Portugal ocupava uma posição média no contexto europeu⁸⁰. Os indivíduos com menos de vinte anos perderam alguma importância durante a primeira parte do século XIX, a que não será estranha a instabilidade por que passou o Reino. Mas a partir de meados do século o seu peso aumentou ininterruptamente, atingindo o máximo de 43.3 por cento do total da população em 1900, o que se aproximava dos níveis de inícios do século. Só nas quatro últimas décadas da centúria este grupo cresceu 6.1 por cento (Quadro 30). Até aos catorze anos a vantagem era masculina, depois a situação invertia-se⁸¹.

QUADRO 30

População portuguesa em grandes grupos etários (%)

Anos	0-19	60 +
1801	41.9	7.7
1864	40.8	7.9
1878	41.3	8.0
1890	42.4	9.9
1900	43.3	9.4

Fonte: I a IV Recenseamento Geral da População.

Fenómeno algo diverso se observou em relação à percentagem de indivíduos com sessenta ou mais anos, que em 1900 representavam mais 22 por cento em relação ao que haviam sido no início de oitocentos, embora

78 Esta questão já foi por nós discutida em Lisboa no século XIX. *Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, pp. 153-155 e 173.

79 É o caso da *Histoire de la population française*, dirigida por J. Dupâquier, designadamente o volume 3. De 1789 a 1914, capítulos IV e V (4 vols., P.U.F., 1988).

80 J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da população portuguesa*, pp. 13-29.

81 Teresa Rodrigues, *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, p. 153.

19 por cento do total ocorra nos últimos quarenta anos do século. A sua importância relativa diminuiu na última década, como resultado dos pequenos progressos sentidos em termos de aumento da esperança de vida. No Censo de 1890 eles constituíam quase um décimo da população recenseada, mas na viragem da centúria representavam apenas 9.4 por cento.

Esta afirmação vem relançar o tema da diversidade de papéis desempenhados pelos dois sexos na sociedade portuguesa, que só poderá ser esclarecida a partir da decomposição dos grupos funcionais relativos a cada um deles (Quadro 31). Os jovens masculinos foram sempre em número superior, embora o total de efectivos em ambos os sexos seja praticamente igual em 1864 e em 1878. Mas eles representavam mais em termos relativos, já que existiram sempre mais mulheres que homens no Portugal oitocentista. Os dois sexos registaram as mesmas tendências de evolução. Ambos perderam importância na primeira parte de oitocentos, que voltaram a recuperar gradualmente a partir dos anos 1860, atingindo o seu momento de máxima expressão em 1900, ano em que 46 por cento dos portugueses e 41 por cento das portuguesas tinham menos de vinte anos.

QUADRO 31

Os diferentes grupos etários, segundo o sexo (%)

	1801		1864		1878		1890		1900	
	J	I	J	I	J	I	J	I	J	I
Homens	43.4	7.6	42.4	7.5	43.0	7.6	44.4	9.4	45.5	8.7
Mulheres	40.5	7.8	39.3	8.3	39.6	8.4	40.6	10.3	41.2	10.0

Processo diferente experimentou a evolução do número total de idosos. Logo em 1801 era notória a vantagem feminina, que tenderá a aumentar em termos reais e em percentagem. À diferença de 0.2 por cento entre homens e mulheres no início do século, o fosso era já de 0.8 por cento em 1864 e 1878, de 0.9 por cento em 1890 e de 1.3 por cento dez anos depois. Com efeito, as percentagens de idosos masculinos mantiveram-se estáveis até à década de 1880, mas o grupo de mulheres com sessenta ou mais anos foi crescendo. Entre 1890 e 1900 regrediu ligeiramente a importância relativa da população mais velha, mas foram os efectivos masculinos os mais penalizados. Na viragem para o século XX quase 263 milhares de portuguesas tinham pelo menos sessenta anos (um décimo do total), contra 208 mil homens (8.7 por cento). A expressividade destes valores reflecte

a maior longevidade feminina, bem como as alterações da estrutura global portuguesa.

Um dos factores que mais directamente influenciou nesse tipo de estrutura etária foram os movimentos emigratórios, que levaram para fora do Reino parte da população com quinze ou mais anos de idade. No entanto, o acréscimo relativo dos recenseados nos grupos etários avançados em finais de oitocentos, a par do ligeiro aumento da percentagem dos jovens, reflectiu também a descida dos níveis de mortalidade geral. A conjugação destes fenómenos resultou num pequeno alargamento na base e no topo da pirâmide etária (aumento da proporção dos sectores jovens e idosos), apoiado num acréscimo da esperança de vida, estimado a nível nacional em cerca de quatro anos.

4.1. A diversidade regional

Salvo casos pontuais, o país estava dividido em grupos de distritos de características idênticas⁸². Não possuímos valores relativos ao início do século, por não dispormos de uma grelha comparável com os recenseamentos posteriores. Desse modo limitamo-nos a analisar essas diferenças a partir dos resultados obtidos nas várias províncias de Portugal (Quadro 32).

QUADRO 32

Repartição etária portuguesa no início do século XIX, por províncias (%)

Províncias	0 - 19		20 - 59		60 +	
	H	M	H	M	H	M
Minho	44.3	39.6	47.0	51.5	8.7	8.9
Trás-os-Montes	42.6	39.3	49.1	52.3	8.3	8.4
Beira	44.5	40.9	48.3	51.3	7.2	7.8
Estremadura	40.1	39.1	51.6	52.6	8.3	8.3
Alentejo	41.3	40.8	52.0	51.8	6.7	7.4
Algarve	45.9	42.9	49.3	52.1	4.8	5.0
PORTUGAL	43.0	40.1	49.2	51.8	7.8	8.1

82 Os valores reais e percentuais de cada um dos censos estão publicados por Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, *ob. cit.*, pp. 165-166.

A população algarvia era a mais jovem do Portugal de inícios do século XIX. Do total de 102123 efectivos de que se conhecem as idades, 44815 (43.9 por cento, mais homens que mulheres) eram menores de vinte anos e apenas 5004 (4.9 por cento, mais mulheres que homens) tinham pelo menos sessenta. Dos restantes, para cima de metade eram do sexo feminino. Aliás, existia uma supremacia feminina a partir dos dez anos, embora ela se acentuasse nas idades seguintes, reflectindo também a intensa mobilidade das gentes algarvias, bastante superior entre os homens.

A segunda província mais jovem era a beirã. Cerca de 43 por cento dos seus habitantes tinham menos de vinte anos (mais homens que mulheres), metade pertencia ao escalão etário intermédio e a importância dos idosos não ultrapassava os 7.5 pontos percentuais. A supremacia do sexo feminino afirmava-se à medida que se avançava na idade, mas existia desde os dez anos, o que poderia estar ligado à desigualdade de oportunidades face às migrações.

A curta distância da anterior estava o Minho. Nessa região os menores de vinte anos representavam em 1801 41 por cento do total de residentes, 32.4 por cento dos quais não atingiam os quinze anos de idade. Existia um relativo desequilíbrio entre os sexos nos primeiros escalões, com vantagem para o sexo masculino. No entanto, na província foram recenseadas mais mulheres que homens e estes escasseavam sobretudo nas idades activas, com quebras muito acentuadas logo a partir dos dez anos. Veja-se que, no caso feminino, a diferença entre o total de efectivos com 5 a 9 e 10 a 14 anos é menor que no outro sexo, diferença que se agravava nos grupos seguintes. Aos escalões de idade avançada pertenciam 8.8 por cento do total de 661623 indivíduos contabilizados, com uma ligeira vantagem do sexo feminino.

Posições médias ocupavam as restantes províncias do Reino. Do total de 264873 indivíduos contabilizados em Trás-os-Montes, 53996 eram jovens do sexo masculino até aos vinte anos e 52284 mulheres, representando 40.1 por cento do total. Mas a vantagem absoluta dos homens invertia-se a partir desse grupo, em termos absolutos e relativos. Globalmente a população considerada idosa tinha um peso inferior ao verificado no Minho, fixando-se em 8.4 por cento, mas com a habitual vantagem feminina. A reduzida influência dos movimentos migratórios nessa zona do país poderá explicar a relativa representatividade dos adultos em idade activa aí recenseados.

As 274143 pessoas contabilizadas na província alentejana eram bastante jovens, não tanto pelo número de menores de vinte anos, os quais representavam cerca de 41 por cento da população, mas devido ao escasso

volume de idosos, apenas 7 por cento. A análise dos grupos funcionais demonstra a harmonia da estrutura etária deste universo populacional, de onde estavam arredados movimentos migratórios intensos. O Alentejo era em 1801 a região onde melhor se podiam visualizar os efeitos do modelo global de mortalidade anterior à fase de transição demográfica.

Do ponto de vista comparativo, a província da Estremadura era, sem dúvida, a mais original, porque marcada por assimetrias internas já muito vincadas, mesmo em 1801. O peso das migrações, maioritariamente destinadas à cidade de Lisboa, assumia neste caso uma importância tão acentuada que distorcia os pesos populacionais dos grandes grupos etários. Dos 672600 indivíduos recenseados, apenas 261231 (38.8 por cento) tinham entre 0 e 19 anos (mais rapazes que raparigas) e 55852 (8.3 por cento) possuíam sessenta ou mais anos. Assim, o grosso dos residentes pertencia às idades activas, quase 53 por cento, onde se vislumbrava uma ligeira supremacia feminina.

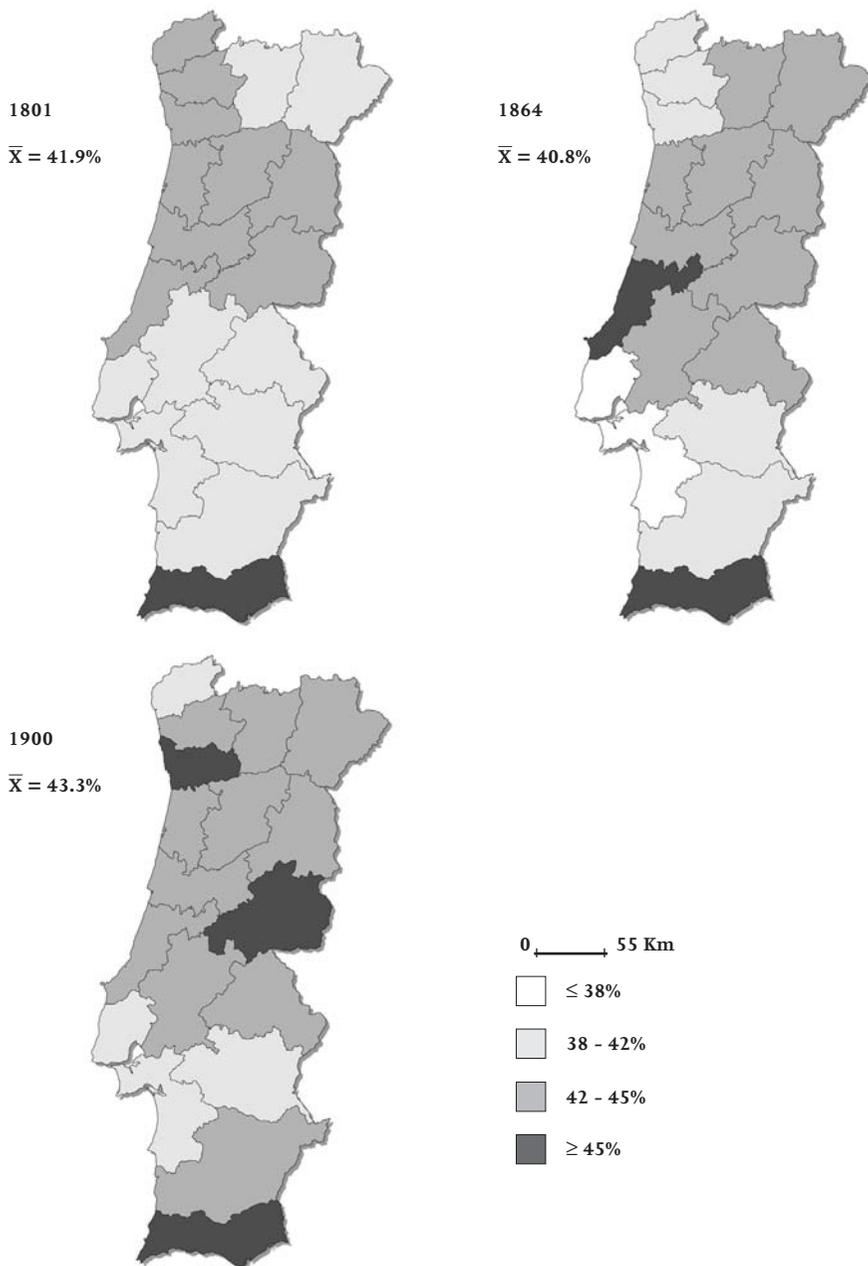
A nível distrital, o peso dos indivíduos mais jovens apresentava em meados do século uma homogeneidade que não irá sofrer alterações sensíveis até ao final do mesmo (Mapa 3). Pelo contrário, verificou-se no Portugal dessa época uma progressiva aproximação dos valores distritais⁸³, o que contrastou com a evolução das percentagens máximas e mínimas de idosos, à data de cada recenseamento. Em 1864, e no que respeita à população com menos de vinte anos, mais de dez pontos percentuais separavam os distritos de Faro e o de Lisboa, onde esse grupo representava 47.3 e 37.2 por cento, respectivamente. Apesar do progressivo esbater das diferenças locais, causado pelo aumento dos jovens em Lisboa e pela sua descida de importância mais a sul, estes continuaram a ser os locais paradigmáticos de diferentes estruturas.

Não obstante, as várias unidades administrativas mantiveram as suas posições nos quatro momentos censitários, o que coincidia com os resultados de 1801. A Faro seguiam-se, por ordem decrescente, Leiria, Guarda, Castelo Branco, Beja, Santarém e Bragança. Mas em 1900 Castelo Branco terá um resultado semelhante ao do distrito algarvio (Quadro 33). Os valores mínimos pertenciam à Estremadura e justificavam-se pela atracção exercida por Lisboa e pelos demais centros de actividade industrial, traduzida

83 J. Manuel Nazareth, *ob. cit.*, p. 71. O cálculo do desvio-padrão para os valores atribuídos nas diferentes datas de recenseamento a cada um dos distritos do país, no que respeita às percentagens de jovens e idosos, comprova-o. O desvio-padrão é uma das medidas mais utilizadas em ciências sociais e humanas, permitindo verificar a homogeneidade ou heterogeneidade das séries estatísticas.

MAPA 3

Distribuição da população jovem, por distritos (1900)



QUADRO 33**População jovem e idosa em Portugal, por distritos (%)**

Distritos	1864		1878		1890		1900	
	J	I	J	I	J	I	J	I
Aveiro	42.3	8.0	43.8	8.3	43.4	11.7	44.2	11.0
Beja	44.4	5.0	43.9	5.2	43.8	8.4	42.7	8.2
Braga	41.2	8.8	40.7	9.2	41.3	11.2	43.3	9.7
Bragança	43.8	5.2	43.3	5.0	43.4	8.6	43.3	8.2
Castelo Branco	44.4	5.6	44.0	5.6	43.8	9.0	45.1	8.9
Coimbra	42.9	6.6	43.9	7.3	42.1	11.6	42.9	11.3
Évora	41.3	6.5	41.6	6.2	42.0	9.4	41.6	8.7
Faro	47.3	5.3	46.8	5.7	45.9	8.3	45.1	8.1
Guarda	44.6	5.6	43.8	5.2	43.9	9.8	44.7	9.1
Leiria	45.8	7.0	45.0	6.6	42.3	11.5	44.9	10.3
Lisboa	37.2	7.6	37.3	7.5	37.8	9.4	39.1	8.3
Portalegre	42.8	5.5	42.7	5.6	41.7	9.2	42.9	8.3
Porto	41.9	7.5	43.0	7.4	43.7	9.2	45.0	8.1
Santarém	44.2	6.8	44.3	6.3	42.2	10.6	44.2	9.6
Viana do Castelo	39.8	9.3	39.3	10.4	39.2	13.0	40.7	12.1
Vila Real	42.5	6.6	43.0	6.9	42.8	10.2	43.9	9.4
Viseu	42.4	7.0	43.4	7.2	43.4	11.0	43.8	10.6
CONTINENTE	40.8	7.9	41.3	8.0	42.4	9.9	43.3	9.4

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

no aumento relativo da população em idade activa. Como vimos, na capital era diminuta a importância dos menores de vinte anos já em meados do século, o que contrastava com a realidade vivida na segunda maior cidade do país, marcada por uma extrema juventude etária. Não obstante, este grupo aumentou substancialmente nos últimos anos, devido à melhoria das condições de vida nos centros urbanos.

Lisboa foi sempre o distrito com a menor percentagem de crianças e jovens: 37.2 por cento em 1864, 39.1 por cento em 1900. Por seu turno, as percentagens relativas a Viana do Castelo, onde também não se atingia a barreira dos 40 por cento, tinham causas opostas, que se prendiam com a precocidade da emigração e o esvaziamento dos grupos de idade activa, os quais levaram ao consequente aumento na base e no topo da pirâmide, efeito que se agudizou nas últimas décadas. Ao terminar oitocentos, apenas

seis pontos percentuais separavam os dois distritos mais e menos jovens do país, que continuavam a ser Faro, agora acompanhado por Castelo Branco, e, nos antípodas, Lisboa⁸⁴.

O processo evolutivo no grupo de idades mais avançadas⁸⁵ foi bastante heterogéneo e conturbado. Minho, Trás-os-Montes e Estremadura eram indubitavelmente no início da centúria as zonas onde os idosos tinham maior representatividade, mas as diferenças a uma escala mais fina só passaram a ser possíveis a partir de meados dos anos 1860. Assim, por essa data, a população sexagenária representava mais de 8 por cento do total de efetivos recenseados no continente. Os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e Viseu ocupavam lugares cimeiros e formavam uma mancha territorial contínua, que em 1900 se alargara, com a inclusão de Coimbra e Leiria. De facto, as áreas onde os indivíduos com sessenta ou mais anos tinham um peso mínimo situavam-se preferencialmente a sul e de novo se distinguia o distrito de Faro, desta feita acompanhado pelo do Porto. Seguiam-se Beja e Bragança, Lisboa e Portalegre. À excepção do segundo, todos pertenciam à metade sul do Reino.

Ao terminar a centúria, o panorama nacional fora sensivelmente alterado pelo aumento geral e significativo das camadas mais velhas, sobretudo no norte, o que constituiu o preço da emigração. Ao alinharmos por ordem decrescente os distritos, segundo a percentagem de idosos neles existentes, surge-nos na liderança Viana do Castelo, seguido de Braga, Aveiro, Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria e Viseu. No entanto, e ao invés do que acontecera em relação aos primeiros grupos etários, não é possível vislumbrar qualquer tipo de tendência. Separam os distritos com mais e menos velhos 4 a 5 pontos percentuais⁸⁶. Importa sublinhar, no entanto, que essas diferenças reflectiam também as variações reais sofridas na percentagem que representava os idosos face à população total nos vários momentos considerados (Mapa 4). Nessa altura, os distritos de Lisboa e Porto situavam-se muito abaixo da média nacional, pelo papel crescente desempenhado pela população em idade activa aí radicada.

Em 1801 os dois grupos etários extremos representavam pouco mais de metade do total de residentes nacionais. Cerca de 49 por cento dos homens e 52 por cento das mulheres tinham idades compreendidas entre os 20 e os

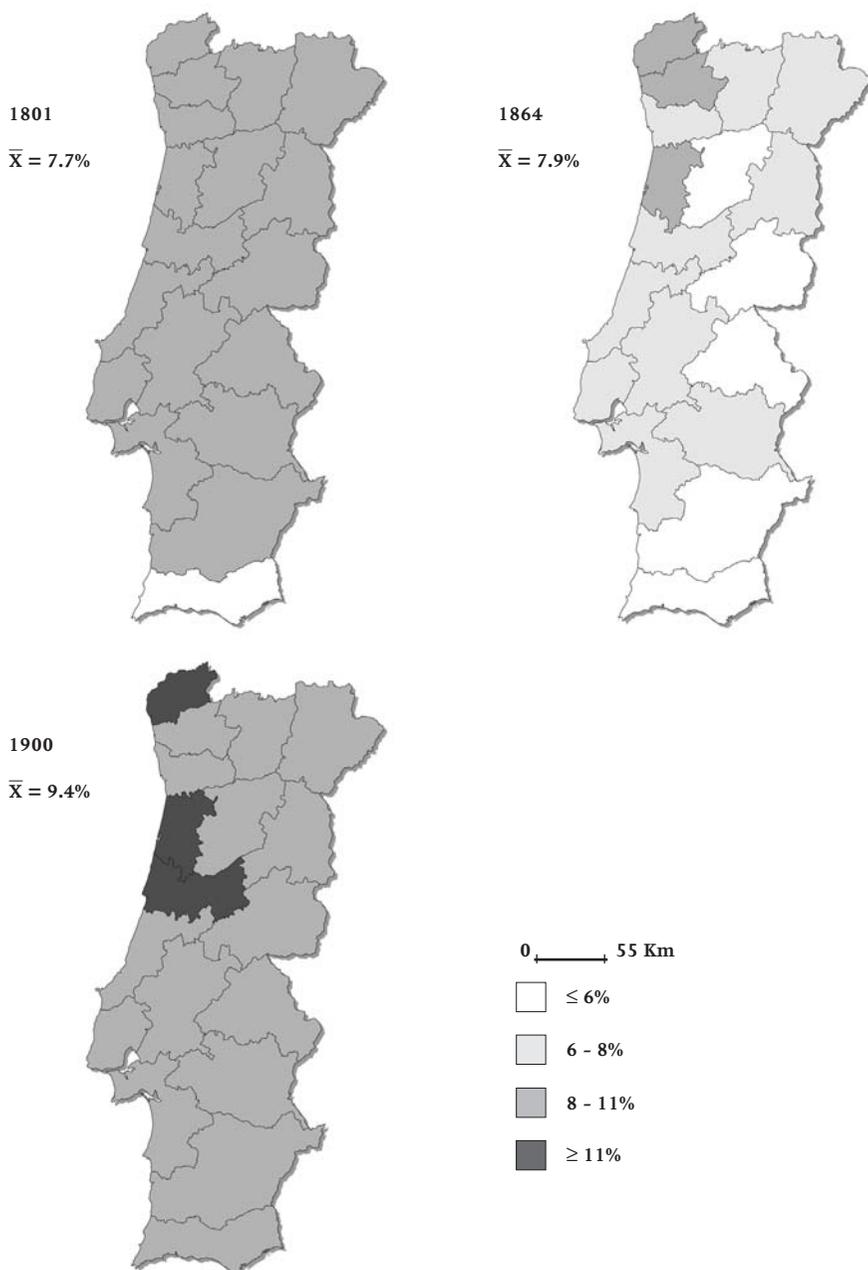
84 Em 1864 as diferenças eram de 10.1 pontos percentuais, em 1878 de 9.5, em 1890 de 8.1 e em 1900, conforme dissemos, de apenas 6.0 pontos.

85 J. Manuel Nazareth, *ob. cit.*, pp. 25-26.

86 A diferença entre os valores percentuais máximos e mínimos foi de 4.3 em 1864, de 5.4 de 1878, de 4.7 em 1890 e de apenas 4.0 em 1900.

MAPA 4

Distribuição da população idosa, por distritos (1900)



59 anos, valor que em 1900 se fixava em apenas 47.3 pontos percentuais, embora mantendo a vantagem do sexo feminino na maioria dos distritos. Em Portugal, a importância relativa da população adulta regrediu 8.5 entre 1864 e 1900, enquanto nas primeiras décadas tinha sofrido um acréscimo, embora muito ligeiro, de 2 por cento.

Mas o significado do fenómeno deve ser analisado caso a caso, porque reflecte situações distintas, uma vez que as diferenças entre cada zona não dependem apenas do peso percentual da população inactiva. No caso da descida do total de activos ser causada pelo acréscimo nos grupos jovens abrem-se perspectivas locais de futura evolução, opostas às das zonas onde esse aumento é causado pela subida do número de idosos. O progresso económico destas últimas áreas pode estar comprometido, caso se mantenham as condições vigentes. Assim, um mesmo resultado pode esconder situações diametralmente diversas. Tome-se o exemplo dos distritos de Faro ou Leiria e os de Viana e Bragança. Resta ainda sublinhar a originalidade manifestada pelas cidades de Lisboa e Porto, no que respeita à distribuição dos seus residentes em grandes grupos etários, bem com a evidente diferença entre ambas, a que já aludimos (Quadro 34).

No início do século XIX, a Estremadura e o Alentejo eram as províncias com maior percentagem de adultos, seguidas pelo Algarve e Trás-os-Montes. No Minho atingiam-se valores mínimos. Mas estes considerandos só ganham consistência quando se analisam as diferentes realidades locais. Com efeito, em 1864 as regiões com maiores percentagens de activos eram Lisboa, no seio da qual se destacava a cidade do mesmo nome, tal como a cidade do Porto e os distritos de Évora e Portalegre. Ao terminar a centúria mantinha-se uma geografia idêntica e já só nos núcleos anteriores se ultrapassava a fásquia dos 50 por cento, com nítida supremacia de Lisboa (cidade e distrito) e da cidade do Porto. Era nítido o papel dos distritos do sul, face a uma grande região centro e norte, donde pareciam estar a sair os indivíduos mais válidos, sem que possamos afirmar qual o seu destino e eventual papel no futuro de cada região. Notem-se as variações negativas que sofreram nesses 36 anos algumas partes do território, sobretudo a norte.

Uma vez decompostas as estruturas demográficas da população portuguesa ao longo do século XIX, será vantajoso proceder à sua manipulação, no sentido de as transformar em indicadores que resumam a abundância de informação existente numa repartição por sexos e idades. Para tanto existem os índices-resumo, que calculámos para os diferentes momentos censitários e que complementam as afirmações adiantadas com base na análise dos diferentes pesos dos grupos funcionais. Estes serviram de base aos índi-

QUADRO 34**População em idade activa em Portugal na segunda metade do século XIX, por distritos (%)**

Distritos	1864	1878	1890	1900
Aveiro	49.7	47.9	44.9	44.8
Beja	50.6	50.9	47.8	49.1
Braga	50.0	50.1	47.5	47.0
Bragança	51.0	51.7	48.0	48.5
Castelo Branco	50.0	50.4	47.2	46.0
Coimbra	50.5	48.8	46.3	45.8
Évora	52.2	52.2	48.6	49.7
Faro	47.4	47.5	45.8	46.8
Guarda	49.8	51.0	46.3	46.2
Leiria	47.2	48.4	46.2	44.8
Lisboa	55.2	55.2	52.8	52.6
Portalegre	51.7	51.7	49.1	48.8
Porto	50.6	49.6	47.1	46.9
Santarém	49.0	49.4	47.2	46.2
Viana do Castelo	50.9	50.3	47.8	47.2
Vila Real	50.9	50.1	47.0	46.7
Viseu	50.6	49.4	45.6	45.6
Lisboa (cid.)	61.8	62.0	58.1	57.2
Porto (cid.)	53.4	53.1	52.1	52.3
CONTINENTE	51.3	50.7	47.7	47.3

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

ces construídos, os quais sugerem outras ilações, sobretudo de carácter económico, sobre o universo analisado.

Um dos mais utilizados é o Índice de Vitalidade ou de Envelhecimento, que procura verificar a relação de grandeza entre os grupos de idades extremas. A vitalidade de uma população é medida pelo número de idosos existentes por cada cem jovens, sendo tanto maior quanto menor o peso dos primeiros em relação aos últimos.

No nosso caso concreto, por cada cem jovens residentes em 1801 em Portugal existiam 19 idosos, relação que se manteve durante a maior parte da centúria, mas que subiu ligeiramente, até atingir 22 ao terminar o século. Este aumento esbatia realidades locais muito distintas, consolidadas já no início do século, e que resultavam dos diferentes pesos assumidos

pelos grandes grupos etários em cada província, que variavam ainda de acordo com os sexos, embora a tendência seja idêntica em todas elas. De acordo com os resultados apurados em 1801, no Algarve existiria apenas um idoso por cada dez jovens. Seguiam-se as províncias do Alentejo e da Beira, onde essa relação se estabelecia no dobro, depois o Minho e Trás-os-Montes, também próximos entre si, e finalmente a Estremadura⁸⁷.

QUADRO 35
Principais Índices Resumo da população portuguesa no século XIX

Anos	I.Vit.	RDJ	RDI	RDT
1801	19	94	18	112
1864	19	80	15	95
1878	19	81	16	97
1890	23	89	21	110
1900	22	92	20	112

Como seria de prever estas diferenças continuaram a existir nas décadas seguintes, mas a grelha de análise que podemos utilizar permite outras conclusões adicionais (Quadro 36). As diferenças norte/sul mantiveram-se até bem entrada a segunda metade de oitocentos. Em 1864, Faro e Beja registavam os maiores índices de vitalidade do país, opondo-se a Viana do Castelo e Braga, distritos onde os idosos tinham uma forte representatividade face ao total de crianças e jovens. Porém, quando analisamos 1900, há que notar o papel das migrações, que reduziram a vantagem destes últimos face aos velhos, cuja importância relativa aumentara. Por todo o Portugal este índice sofreu um retrocesso significativo, que atingiu a sua máxima expressão em 1890, mas que se estima numa descida de 16 por cento em menos

87 Estes são os valores do I.V. (Idosos/Jovens x 100) nas diferentes províncias do país, no ano de 1801:

	Índice de Vitalidade	
	Homens	Mulheres
Minho	19.6	22.5
Trás-os-Montes	19.5	21.4
Beira	16.2	19.1
Estremadura	20.7	21.2
Alentejo	16.2	18.1
Algarve	10.5	11.7

QUADRO 36

Índices-resumo das estruturas na segunda metade do século XIX, por distrito

Distritos	1864				1900			
	IVit.	RDJ	RDI	RDT	IVit.	RDJ	RDI	RDT
Aveiro	19	85	16	101	25	99	25	124
Beja	11	88	10	98	19	87	17	104
Braga	21	82	18	100	22	92	21	113
Bragança	12	86	10	96	19	89	17	106
Castelo Branco	13	89	11	100	20	98	19	117
Coimbra	15	85	13	98	26	94	25	119
Évora	16	79	12	91	21	84	18	102
Faro	11	100	11	111	18	96	17	113
Guarda	13	90	11	101	20	97	20	117
Leiria	15	97	15	112	23	100	23	123
Lisboa	20	67	14	81	21	74	16	90
Portalegre	13	83	11	94	19	88	17	105
Porto	18	83	15	98	18	96	17	113
Santarém	15	90	14	104	22	96	21	117
Viana do Castelo	23	78	18	96	30	86	26	112
Vila Real	16	83	13	96	21	94	20	114
Viseu	17	84	14	98	24	96	23	119
Lisboa (cid.)	31	47	15	62	23	61	14	75
Porto (cid.)	16	75	12	87	16	82	13	95
CONTINENTE	19	80	15	95	22	92	20	112

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

de quatro décadas. Ao terminar o século, por cada cinco pessoas com menos de vinte anos, existia um indivíduo com mais de sessenta. Efectivamente, os idosos adquiriram uma importância crescente, em termos de estrutura etária e também quando confrontados com a percentagem de crianças e jovens.

Mas se a relação entre os grupos em idades extremas pouco se alterou durante a primeira parte do século XIX, o mesmo não sucedeu no que respeita à relação que cada um deles manteve com a população adulta nas idades entre 20 a 59 anos. Essas alterações reflectem-se nos valores dos raios de dependência de jovens (RDJ) e de idosos (RDI)⁸⁸ à data dos vários censos realizados até 1900.

88 RDJ = (Jovens/Adultos x 100); RDI = (Idosos/Adultos x 100).

No primeiro caso surgem como zonas onde os jovens adquiriram maior relevância vários distritos sem continuidade geográfica entre si. No Algarve o número de jovens chegou mesmo a ultrapassar o número de activos adultos. Resultados mínimos eram registados em Lisboa, por influência do papel atractivo que a capital exercia, aumentando a representatividade da população adulta. As mudanças foram lentas até aos anos 1880 e notórias a partir de então. Em Dezembro de 1890 já existiam 89 jovens por cada centena de adultos, valor que subiu ao longo da última década, praticamente repondo a situação vivida no início do século no que se refere à relação de força entre esses dois grupos. Os distritos situados a norte e no interior registaram valores acima da média do Reino, não só porque os níveis da natalidade eram aí mais elevados, mas sobretudo porque as percentagens de activos eram inferiores a muitas outras unidades administrativas⁸⁹. A emigração e as migrações internas jogaram aqui um papel decisivo. Não obstante, os resultados de 1900 testemunham a lenta aproximação entre vários distritos geograficamente contíguos.

Estes considerandos são parcialmente válidos para a relação que as camadas mais velhas mantiveram, ao longo de oitocentos, com os indivíduos com idades compreendidas entre os vinte e os sessenta anos. No início do século, por cada 18 idosos existiam cem activos, valor que declinou até aos anos 1870, mas já em 1890 ultrapassava claramente esse valor, estimando-se em 20 ao terminar o século. Ao todo, os resultados do *ratio* de dependência de idosos subiram 33 por cento na segunda metade do século XIX, o que reflecte alterações de estrutura significativas. A nível local, as disparidades foram também notórias e as zonas mais afectadas voltaram a ser as de grande intensidade migratória, seja imigratória (caso de Lisboa), seja de sentido oposto (Viana do Castelo, Aveiro, Guarda, Viseu, entre outros). A capital e a cidade do Porto apresentaram uma enorme originalidade, face aos distritos em que se integravam e face ao país, embora mais a primeira que a segunda.

Do efeito combinado dos dois *ratios* anteriores obtém-se o grau de dependência total, que permite avaliar a pressão que os menos produtivos exercem sobre os restantes. Caso os resultados do *ratio* de dependência total se aproximem ou ultrapassem o valor 100, tal poderá indiciar que a região poderá estar desequilibrada em termos socioeconómicos, uma vez que o número de dependentes excede o de activos.

89 Já nos referimos a esta questão em páginas anteriores. No entanto, os valores apresentados no Quadro 34 falam por si mesmos.

No entanto, a leitura dos resultados apresentados no Quadro 36 tem de ser feita com algumas precauções, porquanto se sabe que a vida activa da esmagadora maioria da população portuguesa nessa época se iniciava muito antes dos vinte anos. Doutro modo, e se assim não fosse, Portugal enfrentaria uma situação preocupante logo no início do século e de novo a partir de 1890. Em 1801 e em 1900 existiam 112 jovens e idosos por cada cem adultos e nessa última data em quase todos os distritos o número de dependentes era superior ao de produtivos, excepção feita ao distrito de Lisboa e às grandes cidades.

Esse facto resulta, no entanto, de alterações significativas, que tiveram lugar nas quatro últimas décadas da centúria. Com efeito, a situação em 1864 era bastante diferente, distinta da encontrada à data do recenseamento de 1801. Apenas dois distritos, o de Leiria e o de Faro, fugiam à situação de equilíbrio estabelecida. Nos restantes, a relação entre adultos, por um lado, e jovens e idosos, por outro, fazia-se dentro de parâmetros normais e esperados, com Lisboa – distrito – e as cidades do Porto e de Lisboa a fugirem por completo à média apontada para o Reino.

Mas os resultados do primeiro recenseamento feito em moldes estatísticos modernos marcam em simultâneo um momento de chegada e de partida. Com efeito, tudo indica que após essa data se tenha iniciado um movimento ascendente, que favoreceu o acréscimo do peso relativo de jovens e idosos face aos indivíduos em idades adultas. No final do século, pesem embora as diferentes situações encontradas nos vários distritos, só no de Lisboa os últimos venciam os primeiros e mesmo nesta e no Porto se tinha reduzido a desvantagem dos grupos de idades extremas. As razões que poderemos adiantar sobre este fenómeno não se podem limitar à eventual influência dos movimentos migratórios, mas decorrem de toda uma série de ligeiras alterações nos comportamentos colectivos das gentes portuguesas face à vida e à morte. Delas daremos conta nos capítulos que se seguem.

Os comportamentos colectivos

As variáveis microdemográficas – natalidade, mortalidade e movimentos migratórios – explicam e reflectem os ritmos e direcções de crescimento populacional, bem como as características do mesmo, designadamente em termos do total de residentes nos diferentes anos e regiões, segundo o sexo e a idade.

Conforme referimos em capítulo anterior, é impossível saber em rigor qual o grau de equilíbrio existente entre os ritmos de crescimento natural e migratório das gentes portuguesas durante o século XIX. À total falta de informações, característica de uma primeira fase, sucedeu em 1858 uma série descontínua sobre os volumes anuais de emigração, a par de outra com características semelhantes sobre os totais de nascimentos e óbitos. Só a partir do ano de 1886 as informações sobre as três variáveis microdemográficas passaram a ser directamente comparáveis.

QUADRO 37

Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade em Portugal no século XIX (‰)

Anos	T.B.N.	T.B.M
1801*	33.3	30.3
1838	29.2	20.8
1843	31.5	20.8
1849	32.8	25.0
1850	32.3	22.7
1862	33.6	23.5
1875	33.8	24.1
1890	32.6	25.5
1895	30.1	20.8
1900	30.5	20.5

Fonte: IV Recenseamento Geral da População. * Valores corrigidos.

Apresentam-se no Quadro 37 as Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade de Portugal em vários momentos. Para além da vantagem da vida sobre a morte, evidente a partir das diferenças entre ambas, alguns reparos sugerem os valores aí apresentados. Até 1890 não parece ter existido uma tendência clara de evolução, embora as oscilações verificadas em termos de mortalidade tenham superado as da natalidade, o que pode estar ligado à má qualidade das informações estatísticas, mais provável nos óbitos. No entanto, há que atender a uma eventual coincidência dos cálculos das taxas brutas com determinados momentos de sobremortalidade.

Com efeito, a alteração mais relevante verificada nesta variável em termos nacionais consistiu no desaparecimento da mortalidade catastrófica típica de Antigo Regime, grosso modo a partir de meados de oitocentos, não tanto em termos locais, mas sim a nível global. Só na última década do século XIX a taxa bruta de mortalidade regrediu 20 por cento, provocando um acréscimo de quatro anos à esperança de vida à nascença, aumento que esbateu a dicotomia, até aí muito vincada, entre cidades e campo. Apesar disso, no Porto, a mortalidade infantil atingia no início do século (1900) 243 por mil, enquanto em Lisboa era estimada em 226 por mil e no resto do Reino só por uma vez ultrapassou os 181 por mil⁹⁰.

A natalidade mostrou-se bastante mais estável, poderíamos mesmo dizer de uma grande estabilidade, durante todo o século XIX. Ao longo da segunda metade do mesmo as taxas de natalidade continuaram superiores a 30 por mil, valor moderado em termos europeus e que não irá sofrer grandes alterações até aos anos 20 do século imediato. Com efeito, os resultados da Taxa Bruta de Natalidade portuguesa eram inferiores a grande parte dos estados seus contemporâneos⁹¹, para o que poderão ter contribuído as características específicas da estrutura etária da nossa população. Referimo-nos, designadamente, às alterações causadas pela intensificação das saídas emigratórias na última fase da centúria. Como é possível verificar, as maiores descidas dos níveis da natalidade ocorreram nos anos 1890. Esta hipótese ganha consistência ao ser analisada em termos regionais, como veremos.

Mas, à medida que avançava o século XIX, esbatiam-se as diferenças locais em relação aos níveis das variáveis microdemográficas. Os distritos com maiores níveis de natalidade registaram também quase sempre as taxas de mortalidade mais elevadas, o que assegurou um saldo fisiológico positivo relativamente estável e uniforme.

90 Henrique David, «Alguns aspectos da mortalidade em finais do século XIX – as cidades do Porto e Lisboa», in *Revista da Faculdade de Letras*, vol. IX, Porto, 1992, pp. 269-294.

91 Vejam-se os valores sintetizados no Quadro IV. 13, por Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 161.

Ao confrontar os saldos fisiológicos e migratórios nos vários distritos, torna-se possível estabelecer três zonas de comportamento diverso, marcadas por estruturas etárias homogéneas entre si e alicerçadas em determinadas características do foro económico e social, onde as condições geográficas desempenharam um papel deveras importante⁹².

1.º – O Portugal interior, que incluía os distritos de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja, bem como os **arquipélagos da Madeira e dos Açores**

- Para além das regiões insulares, abrangia em termos geográficos as zonas montanhosas próximas da fronteira com o reino vizinho;
- Apresentava os maiores níveis de natalidade (entre 28 e 40 por mil) e de mortalidade (21 a 34 por mil)⁹³;
- Nele se verificavam oscilações muito acentuadas da mortalidade, sobretudo em épocas de crise, e em especial quando tinham origem agrícola. Nesses momentos, os acréscimos registados no número de óbitos chegavam a atingir 13 por cento em relação a anos considerados normais.

2.º – O Portugal de transição, desprovido de unidade geográfica, ao qual pertenciam os distritos de Vila Real, Viseu, Évora e Faro. Lisboa e Porto também se encontravam neste grupo, não obstante serem as suas capitais que alteravam a média distrital.

- Nesses espaços os valores de qualquer das variáveis eram menos elevados. A TBN oscilava entre 23 e 36 por mil e a TBM de 18 a 23 por mil⁹⁴;
- Neles se registavam variações menos bruscas em anos de mortalidade extraordinária, que se limitavam a acrescentar 3 a 7 por cento do volume normal da curva obituária;
- Só o peso demográfico das cidades de Lisboa e Porto fazia com que os distritos a que pertenciam se incluíssem neste grupo.

3.º – O Portugal litoral, donde apenas foram excluídos os dois distritos mais populosos do Reino, e que era composto por Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém.

92 Miriam Halpern Pereira, *ob. cit.*, p. 24.

93 *Idem*, p. 361.

94 *Ibidem*.

- Estes locais apresentam os níveis de mortalidade inferiores (16 a 20 por mil). Mas como os níveis da natalidade eram altos, com TBN situadas entre os 29 e os 38 por mil, constituíam uma região de forte crescimento natural;
- Os saldos fisiológicos pouco eram alterados em períodos de carestia, sobretudo quando a sua origem era predominantemente económica, como aconteceu nas décadas de 1870 e 1890.

Ao terminar o século destacavam-se seis distritos com um forte crescimento natural: Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Santarém e Faro. Lisboa apresentava o saldo mais baixo do Reino e os restantes distritos valores intermédios. Estes resultados não coincidem inteiramente com o panorama que traçámos a propósito do crescimento das regiões, segundo o qual algumas áreas praticamente estabilizaram ou mesmo decresceram na segunda metade de oitocentos.

Essas discrepâncias são atribuíveis à influência local e conjuntural dos movimentos migratórios, existentes estruturalmente na sociedade portuguesa, mas que sofreram nessa última parte da centúria alterações quantitativas e qualitativas⁹⁵. O declínio dos ritmos de crescimento populacional, observado na década de 1890 em algumas zonas, foi causado pela intensidade da corrente emigratória e por migrações internas para certos pólos económicos, sobretudo para Lisboa.

O século XIX assistiu na sua última fase à descida dos níveis de mortalidade, sobretudo a partir de 1890, mantendo-se elevada a natalidade, o que provocou, como já vimos, saldos naturais positivos. Será a intensidade regional dos fluxos migratórios que acabará por determinar a evolução das diferentes áreas em que se dividia Portugal.

Assim, as causas que explicam cada uma das histórias distritais foram muito diversas. Os valores significativos de crescimento em distritos como os de Faro ou do Funchal foram consequência de elevados níveis de natalidade, enquanto em Braga e Aveiro eram basicamente devidos à baixa mortalidade.

As mesmas diferenças se aplicavam em relação às zonas com baixo ritmo de crescimento. Este foi causado por níveis reduzidos de natalidade e mor-

95 Entre os inúmeros investigadores que se debruçaram sobre a questão emigratória à escala nacional destacam-se, pela sua anterioridade, Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Arroeteia e Miriam Halpern Pereira. No entanto, importa considerar, para além da simples evolução quantitativa, as implicações sociais e económicas deste fenómeno, exemplarmente descritas na literatura da época. Por outro lado, cumpre destacar os estudos mais recentes de Ann Marie Pescatello, Beatriz Rocha Trindade e Maria Ioannis Benis Baganha.

talidade, como aconteceu em Viana do Castelo, por valores elevados de mortalidade no caso de Lisboa e pela aliança entre uma natalidade baixa e uma mortalidade média, como se verificou no distrito da Horta⁹⁶.

5.1. A mortalidade

A partir de finais do século XIX Portugal parece ter entrado na primeira fase de uma lenta transição demográfica. Até esse momento, um longo caminho foi percorrido e, apesar das transformações ocorridas durante o século XIX, a característica principal desta variável será a sua relativa estabilidade ao longo desses cem anos, sobretudo a partir de meados da centúria, quando tenderam a desaparecer as grandes sobremortalidades de tipo antigo, que regularmente se abatiam sobre as populações, alterando a ténue vantagem da vida sobre a morte.

Na realidade portuguesa oitocentista, a batalha do homem contra a inevitabilidade de morte foi travada em duas frentes, ligeiramente desfazadas em termos cronológicos. Numa primeira fase ela baseou-se nos progressos concretizados a nível preventivo, que os responsáveis conseguiram erguer ao avanço e difusão de certas doenças de foro epidémico, de que os cordões sanitários constituem o melhor exemplo⁹⁷.

«Nos inícios do século XIX a epidemia transformava-se em Portugal num verdadeiro assunto de Estado»⁹⁸. Com efeito, o poder central protagonizou um papel da máxima importância no debelar das várias crises que ao longo da centúria foram surgindo em diferentes pontos do país. Muito embora as medidas preventivas e profiláticas, accionadas por ocasião de cada um destes momentos, pouco tivessem de inovadoras na época, a prontidão com que foram tomadas as decisões necessárias para erguer o aparelho de combate à doença tiveram uma importância indiscutível, designadamente ao minorarem as perdas prováveis. E, nesse aspecto, Portugal foi mais avançado que o reino vizinho, como foi possível verificar por ocasião dos surtos de febres e de paludismo dos anos de 1804 e de 1805⁹⁹.

Só num segundo momento a acção de higienistas e as campanhas de vacinação, na sequência das descobertas de Jenner e Pasteur, terão algum

96 Mário Leston Bandeira, p. 203.

97 Cf. Teresa Rodrigues e Piedade Braga Santos, «Poder central e poder local, um caso de conflito», in *Ler História*, n.º 34.

98 Jorge Crespo, *A Economia do Corpo em Portugal nos finais do Antigo Regime*, vol. I, p. 192.

99 Teresa Rodrigues e Piedade Braga Santos, *ob. cit.*, pp. 71-77.

resultado concreto, ainda pouco evidente no Portugal de fins do século XIX. Com efeito, à identificação dos genes patogénicos responsáveis por várias enfermidades epidémicas não correspondeu o seu imediato controle. Haverá que esperar até meados dos anos 1930, para que a utilização de sulfamidas e a fabricação industrial da penicilina produza os primeiros efeitos práticos no combate às grandes doenças de tipo infeccioso¹⁰⁰.

A doença e a morte eram no Portugal oitocentista um acontecimento quotidiano, e só os avanços da medicina e a vulgarização de certas práticas higiénicas acabarão por alterar a forma como semelhantes fenómenos passaram a ser vistos, o que será uma vitória do século XX.

A percepção da tragédia da morte aumentava nos meios de maior concentração populacional, e assim se justifica a ideia corrente de que nos centros urbanos, sobretudo nas cidades, se morria muito mais, o que não era inteiramente correcto. Por um lado, porque parte das mortes ocorridas nas cidades lhe eram estranhas. A existência de edifícios hospitalares, de asilos, albergues e outras instituições de acolhimento e caridade atraíam os mais pobres e os mais debilitados, não raro moradores fora dos centros urbanos, mas que neles acabavam os seus dias. Por outro lado, nas cidades residiam as figuras mais conhecidas da sociedade portuguesa e não podemos esquecer que a notoriedade dos atingidos determinava também a importância com que era encarada a sua morte, sobretudo quando ela se enquadrava numa conjuntura de crise de mortalidade geral¹⁰¹.

Um dos exemplos mais flagrantes dessa diferencialidade foi assumido pelo responsável pelo relatório publicado sobre a epidemia de febre amarela, que eclodiu na cidade de Lisboa no ano de 1857. Dizia ele que o que mais espantara a população alfacinha fora o facto de a doença ter ceifado algumas figuras públicas do mundo da política, da sociedade e das artes, no que diferia do percurso habitual dos muitos surtos epidémicos que constantemente aí deflagravam.

Como vimos no Quadro 37, os níveis da mortalidade normal mantiveram-se elevados ao longo da centúria, apesar do recuo de 19.6 por cento verificado nos valores da taxa bruta nacional na última década, a que correspondeu um ligeiro aumento da esperança de vida, à nascença, da popu-

100 Só em 1921 Albert Calmette e Camille Guérin descobrem a vacina da tuberculose, a utilização de sulfamidas data de 1935 e a produção industrial de penicilina é do período 1928-1942. (Henrique David, *ob. cit.*, pp. 269-270.

101 Teresa Rodrigues, «O quotidiano da morte no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)», conferência proferida em Lisboa, 1996, na Universidade Lusófona, no âmbito da homenagem a Octávio da Veiga Ferreira.

lação portuguesa. No entanto, inúmeros condicionantes interferiam e pontualmente alteravam estes indicadores: as diferenças de vida no campo e na cidade, a maior actividade laboral da mulher em certas zonas, as desiguais percentagens de jovens, adultos e idosos em determinados universos populacionais e conjunturas política e/ou economicamente instáveis¹⁰².

A mortalidade diferencial

Ao decompor a Taxa Bruta de Mortalidade de acordo com os vários grupos etários, encontramos os dois factores que condicionam os resultados obtidos para os diferentes anos. Referimo-nos ao total de óbitos, mas também às proporções que representava cada grupo de idades em relação à população no seu todo. Este aspecto não deve ser esquecido, porque só depois de conhecermos eventuais alterações no modelo de mortalidade ou na estrutura etária dos residentes podemos retirar conclusões seguras a partir dos resultados das taxas brutas.

Em todo o caso, o comportamento da mortalidade nas várias idades tendeu a aproximar-se de um modelo único. No início do século, tal como acontecia há muitos anos atrás, a mortalidade infantil ceifava cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os sete anos de idade. Os dados recolhidos por Fernando de Sousa para o ano de 1802 permitem conhecer as taxas de mortalidade desse grupo etário em diferentes comarcas do Reino, apesar da notória má qualidade dos totais disponíveis¹⁰³ (Quadro 38).

Depois o ritmo da morte atenuava-se, atingindo valores mínimos nos indivíduos entre os dez e os quinze anos. Esta descida era mais ténue nos locais onde a diarreia e as enterites eram uma grande causa de morte. De seguida a curva iniciava uma tendência ascendente, mais intensa nas áreas onde a tuberculose começava a evidenciar-se, atingindo os grupos etários entre os vinte e os quarenta anos. A mortalidade feminina era também nessas idades empolada, devido aos óbitos provocados por complicações durante a gravidez e o parto, sendo acompanhada pelos homens nas mesmas idades quando deflagrava qualquer conflito militar. Na sua ausência, esta variável voltaria a subir, muito rapidamente após os quarenta anos, atingindo sobretudo estes últimos. Após os cinquenta anos, a intensidade da morte tornava-se muito forte.

102 Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, pp. 76 e segs.

103 In *A população portuguesa em finais de Antigo Regime*, pp. 287-288.

QUADRO 38

Mortalidade Infantil no início do século XIX, em várias comarcas

Comarcas	TMI	Comarcas	TMI
Aveiro	188.1	Miranda	414.1
Avis	126.4	Moncorvo	362.8
Barcelos	217.9	Penafiel	89.7
Braga	105.0	Portalegre	196.7
Bragança	160.8	Porto	78.1
Castelo Branco	357.0	Tomar	184.1
Elvas	180.5	Valença	159.8
Guimarães	197.7	Viana	97.9
Lamego	124.1	Vila Real	256.8
Leiria	246.1	Vila Viçosa	322.2

Este modelo era já bem conhecido em meados de oitocentos, como sugerem diversas publicações da época. Em artigo vindo a lume no *Archivo Universal* no ano de 1859 estabelece-se a ordem de grandeza do fenómeno da mortalidade ao longo da vida. De acordo com o redactor, «uma vigésima parte das crianças nascia já morta, outras morriam ao nascer, e antes de completarem um ano muitas mais» – ao todo cerca de um oitavo das mortes gerais. Em seguida descia o número de óbitos, atingindo-se o mínimo na adolescência e «quando o homem está na força da idade». Após os sessenta anos a morte voltava a «assumir os seus direitos com mais intensidade, quanto maior fosse a decrepitude». Existem diferenças entre meios rurais e urbanos, onde se morria mais, mas também se nascia mais. Outro factor diferencial residia no nível socioeconómico, que, dadas as condições da época, pouca influência teria nos primeiros anos de vida, ao contrário do que viria a ocorrer em relação aos indivíduos nas idades mais avançadas¹⁰⁴.

Com efeito, apesar da vigência deste modelo, a condição socioeconómica e o local de residência proporcionavam a cada indivíduo diversas probabilidades de sobrevivência. Nas cidades morria-se com facilidade e muito cedo, mas era também aí que se verificava maior disparidade de situações, por existirem grandes diferenças entre os grupos que compunham a sociedade urbana. Como vimos¹⁰⁵, Lisboa e Porto possuíam bairros com condições sanitárias muito diferentes. As zonas nobres eram ocupadas pelos mais

104 *Archivo Universal*, pp. 315-317.

105 Cf. Capítulo III, 2, últimas páginas.

abastados, com melhor resistência física, devida a uma dieta alimentar mais rica. Essas áreas tinham condições especiais para isolar e tratar eventuais afectados por algum tipo de doença contagiosa. À medida que as cidades cresciam, estreitava-se a relação entre imigração, pobreza e mortalidade de crise, já que as doenças de foro epidémico passaram a incidir preferencialmente nos bairros pobres, onde era mais gritante a promiscuidade, a falta de aquecimento, de água e de esgotos.

No mundo rural as diferenças sociais actuavam de forma menos perceptível, sendo mais estreita a dependência face ao passar das estações, embora também aí existissem desigualdades, causadas por diferentes tipos de alimentação e de exposição às inclemências do ambiente¹⁰⁶.

Com efeito, a morte apresentava um carácter cíclico. Todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos etários e sociais. No campo assinalavam-se dois grandes picos de mortalidade, um invernal e um estival. O frio juntava-se à habitual escassez alimentar, provocando nos indivíduos de idade, mal agasalhados e mal nutridos, infecções de tipo broncopulmonar. Num segundo momento, sobretudo entre Julho e Setembro, com um máximo em Agosto, decorria o que alguns designavam por *massacre dos inocentes*. O enfraquecimento da lactação e dos cuidados maternos na época alta das fainas agrícolas, a ingerência de produtos alimentares impróprios e de águas contaminadas favoreciam a propagação de surtos epidémicos por vezes violentos, como no caso das febres de origem tifóide. As vítimas eram as crianças, mas não só elas. A doença aliava-se a preços especulativos e à escassez de produtos básicos, provocando bruscos aumentos no nível normal da mortalidade em indivíduos de todas as idades. Nesta visão esquemática, a época benigna decorria entre finais da Primavera e inícios do Verão, sendo Junho por norma o mês de menos mortes.

Nos centros urbanos, a relação entre o homem e o meio efectuava-se de forma ínvias, por interferência de aspectos vários, que alteravam o comportamento da morte tal como ela se definia nas sociedades agrárias. Por outro lado, era menor a percentagem dos primeiros e últimos grupos etários, já que a imigração privilegiava a vinda de gente em idade activa, diluindo as oscilações sazonais, por que eram grandes responsáveis as camadas mais jovens e as mais idosas.

Até final do século XIX a medicina debatia-se numa extrema confusão, em termos de diagnóstico, tratamento da doença e, por maioria de razão,

106 Morria-se na sequência das grandes variações térmicas a que se sujeitavam os trabalhadores rurais, ou mesmo por causas directamente ligadas às condições do trabalho nos campos, como no caso dos arrozais (Cf. Jorge Crespo, *A História do Corpo...*).

no momento da morte, o que nos impede de avaliar em termos estatísticos sérios a importância das grandes causas de morte nas sociedades do passado. No entanto, existem informações suficientes para as conhecer em termos de população portuguesa, nem que seja apenas a nível qualitativo e por ordem de importância.

As autoridades competentes só pontualmente se interessaram pela recolha e divulgação estatística desse tipo de dados, para o que terá contribuído o facto de nunca ter existido uma acção coordenada entre política central e autoridades locais, nem mesmo para resolverem as questões ligadas à criação de infra-estruturas que minorassem as probabilidades de morte dos mais desfavorecidos.

Durante a primeira metade de oitocentos, os problemas ligados à saúde colectiva mantiveram-se confinados a uma perspectiva globalmente teórica, donde só se saía por ocasião do deflagrar de alguma epidemia mais grave. «A hygiene publica tem merecido desde a mais remota antiguidade a atenção de todos os legisladores (...). Entre nós porém só quando alguma epidemia dizima e enche de terror a população, é que lembra que existem meios de prevenir as epidemias. Então traduzem-se á pressa alguns fragmentos estrangeiros, enceta-se a sua discussão, e depois, quando a epidemia está acabada, cahe tudo no esquecimento»¹⁰⁷.

Mas, à medida que avançava a centúria, observava-se por parte dos mais esclarecidos um crescente interesse pelas áreas da saúde e da hygiene colectivas, que surge em simultâneo com alguns progressos da ciência médica e que não era apenas português, mas internacional. Dessa dupla ocorrência terá resultado o início do declínio sustentado dos níveis da mortalidade das gentes nacionais¹⁰⁸.

A dificuldade de classificação das diversas entidades patológicas, devida ao desconhecimento das suas etiologias, levou a frequentes confusões diagnósticas. Assim, as mesmas doenças aparecem sob nomes distintos, enquanto outras, com formas clínicas idênticas, eram classificadas com o mesmo nome. Uma delas foi a causa de morte designada *dentes*, patologia passível de decorrer com sintomas respiratórios (tosse, dispneia, entre outras) e portanto classificável no grupo das Doenças do Aparelho Respiratório, mas também podendo pertencer ao grupo das Doenças Gerais, tendo em conta os sintomas constitucionais com que podiam decorrer (febre, astenia, anorexia)¹⁰⁹.

107 In *Archivo Universal*, n.º 5, Lisboa, Janeiro, 1859, pp. 76-77.

108 Teresa Rodrigues, *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e Crises de Mortalidade*, pp. 296 e segs.

109 Jacques Vallin e France Meslé, «Les causes des décès en France...», pp. 165-180.

As primeiras informações que possuímos a nível geral sobre as razões da mortalidade no Portugal do século XIX remontam a 1802 e constam do levantamento mandado fazer em todas as freguesias, mas do qual não existem valores totais¹¹⁰. Não obstante, as respostas recolhidas permitem assinalar os grandes grupos de doenças mortíferas, entre as quais a tísica, a malina, as apoplexias e as febres não discriminadas. No sector dos menores de idade contavam-se como factores de maior letalidade de novo as febres e também o sarampo e outras complicações na fase de denteição, seguindo-se todo um conjunto de outros males próprios da infância, quase sempre com carácter contagioso.

Várias são as provas de uma enorme persistência dessas mesmas causas. Durante toda a primeira metade de oitocentos alguns párocos registam por ocasião do assento de óbito a doença que o provocou. No entanto, só a partir de Janeiro de 1860 passou a ser obrigatória a referência à causa de morte, pelo que até esse ano esta informação nem sempre está disponível a nível paroquial. No Verão a maioria dos óbitos tinha origem em febres e complicações do foro intestinal, com efeitos dramáticos nas crianças. No Outono, os níveis da mortalidade subiam, não só devido a recaídas de doenças anteriores como a problemas originados pelas longas exposições ao sol a que no campo se sujeitavam os trabalhadores. Vinha por fim o Inverno, e com ele as mortes causadas por anginas, catarros, hepatites, peripneumonias, pleurisias e reumatismos. As infecções pulmonares aumentavam, bem como as febres de origem desconhecida.

Verifica-se o mesmo tipo de causas nas mesmas idades. Desta inevitabilidade se formara uma ideia muito clara em meados da centúria, que um relatório vindo a lume no final dos anos 50 traçou com grande clareza e com uma terminologia bastante mais científica (Quadro 39). Efectivamente, na infância as doenças mais mortíferas eram de tipo epidémico, com destaque para o sarampo, a escarlatina, a tosse convulsa e as bexigas. Outros óbitos eram provocados por anginas, escrófulas e hidropisias cerebrais. Ultrapassada essa fase perigosa, reduzia-se o leque de doenças letais. As mais vulgares passavam então a ser as febres tifóides, as dores de peito e as inflamações agudas em órgãos diversos, e no caso feminino por altura do parto. A passagem dos anos fazia crescer o perigo de morte devido a hidropisias, apoplexias, cancros e inflamações de vários tipos. No princípio e no fim da vida, a maior percentagem de óbitos estava ligada a complicações nos aparelhos nervoso e respiratório, vendo este último aumentar a sua influência relativa ao longo do século.

110 Veja-se o que no capítulo sobre qualidade dos dados se refere a esta questão.

QUADRO 39

Causas de morte da população por grupos de idades

IDADES	PRINCIPAIS	OUTRAS
- 1	Debilidade Inflamação das entranhas Disenteria Bexigas Edema dos recém-nascidos Convulsões	Inflamação dos pulmões Catarro Tosse convulsa
1 a 3	Tosse convulsa Sarampo	Angina Escarlatina Hidropsia do cérebro Convulsões Pneumonia Bronquite
3 a 10	Hidropsia do cérebro Anginas Escarlatina	Sarampo Escrófulas
10 a 20	Doenças escrofulosas	Febre tifóide Doenças do peito Hidropsia do cérebro
20 a 40	Febre tifóide Tubérculo Acidentes	Bexigas Disenteria Doenças de parto
40 a 50	Doenças tuberculosas Acidentes	Cancros
50 a 60	Febre cerebral Hemorragias fulminantes Cancro	Inflamações dos aparelhos nervoso, respiratório, digestivo Hidropsia Mortes súbitas
60 a 70	Hemorragias fulminantes Hidropsias Cancro	Mortes súbitas de coração Apoplexias Inflamações agudas e crónicas
70 a 80	Mortes súbitas Apoplexias Inflamações agudas e crónicas	Cancro Velhice
80 a 90	Cansaço dos órgãos	Apoplexias Inflamações crónicas
90 a 100	Velhice	Apoplexias Inflamações agudas e crónicas

Fonte: Archivo Universal, 1.º Ano, 1.ª Série, n.º 20, pp. 315-317.

Com efeito, ainda no final de oitocentos, as precárias condições de vida, de higiene pública e privada e as duras formas de trabalho fizeram da tuberculose uma das principais causas de morte, com especial incidência nos adultos jovens e em centros de maior densidade populacional. Basta referir o exemplo da cidade do Porto, onde em 1900-1901 dezassete por cento dos óbitos eram devidos a este mal. Essa percentagem não desceu até ao segundo pós-guerra¹¹¹.

Nada existe em Portugal, embora se saiba da causalidade de certas actividades por envenenamento lento (mercúrio e fósforo): tipógrafos, fabricantes de espelhos, operários de fábricas de fósforos. A morte por tuberculose predomina nas profissões que lidam com poeiras, como tipógrafos, litógrafos e operários das manufacturas de tabaco. Também existem certas profissões mais arriscadas (mineiros, trabalhadores dos caminhos-de-ferro...). São os acidentes de trabalho, de que ainda pouco se falava no século XIX.

Padrões regionais de mortalidade

Ao contrário do que acontece em relação à natalidade, é impossível saber em rigor o momento a partir do qual se terão verificado as primeiras descidas nos níveis da mortalidade, sabendo-se no entanto que o processo terá tido início antes de terminar o século XIX.

A mortalidade de inícios de oitocentos era mais elevada no Interior e Sul, mas, como vimos, em Portugal a maior intensidade das perdas parecia ser compensada por maiores volumes de nascimentos¹¹² (Quadro 40).

QUADRO 40

Taxas Brutas de Mortalidade no início do século XIX (‰)

Províncias	TBM
Minho	33.8
Trás-os-Montes	31.2
Beira	32.3
Estremadura	31.9
Alentejo	37.4
Algarve	42.8
TOTAL	33.3

111 João José Maduro Maia, p. 237.

112 Fernando de Sousa, *ob. cit.*, p. 356.

Porém, à medida que avançava a centúria esbatiam-se essas dicotomias. O cálculo das Taxas Brutas de Mortalidade distritais para os primeiros anos do século XX reflecte a distância relativamente curta que separava o Norte do Sul de Portugal. O mesmo acontecia em relação a eventuais diferenças entre os espaços próximos do Litoral e os do Interior. Em Lisboa e no Porto, zonas de intenso crescimento populacional, os níveis de mortalidade ultrapassavam os registados em várias unidades administrativas do interior do país. Mas continuará a ser no litoral que se registam os valores mais baixos de mortalidade, como se pode ver no Quadro 41.

Podemos classificar os distritos segundo pertenciam ao grupo de mortalidade alta, média e baixa. No primeiro incluíam-se o Porto, Guarda, Lisboa, Funchal e Ponta Delgada; no segundo, a grande maioria (Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Horta e Angra do Heroísmo); no último, os distritos de Viana do Castelo, Braga, Coimbra, Leiria e Santarém¹¹³. De acordo com estes resultados devemos sublinhar que as regiões do Minho, de Trás-os-Montes e do Alentejo foram as únicas áreas homogéneas em relação aos níveis dessa variável, o que contrastava com as fortes diferenças observadas no resto do território continental e nas ilhas dos Açores.

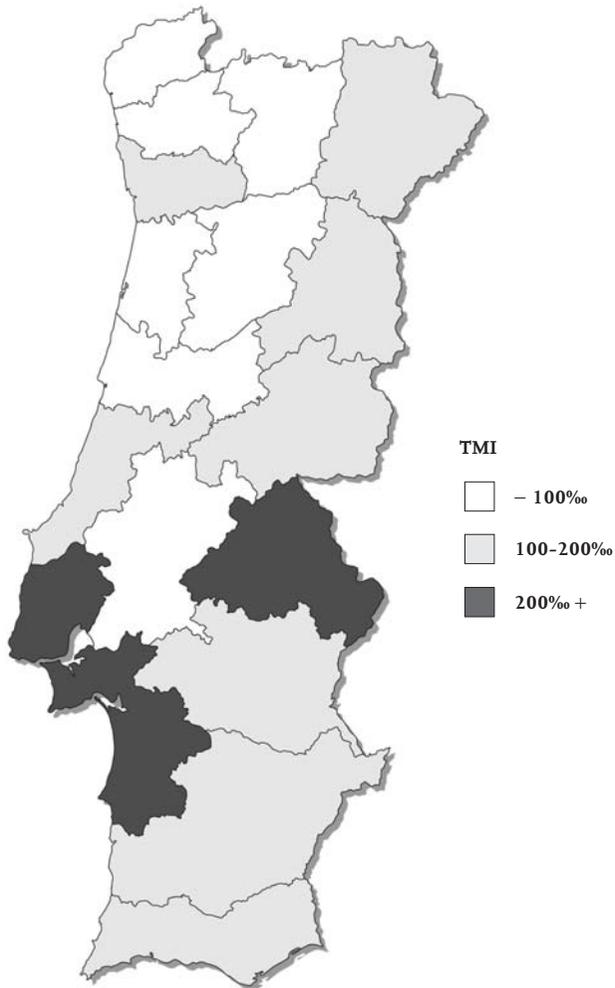
Visto em termos locais, o Portugal de final de século era marcado por uma relativa diversidade, que só uma análise à escala concelhia e na perspectiva da diferencialidade entre meio rural e urbano permitiria compreender na íntegra. No entanto, a taxa de mortalidade infantil, secundada pelo cálculo da esperança de vida à nascença, são indicadores mais seguros, e que melhor permitem avaliar o fenómeno em causa. Porém, ambos corroboram a classificação que adoptámos.

Na viragem do século XIX para o século XX, o cálculo da Taxa de Mortalidade Infantil nos vários distritos apontava para valores bastante díspares, apesar de globalmente elevados. No contexto nacional, as ilhas dos Açores apresentavam os níveis mais elevados (240 por mil), e as cidades do Porto e de Lisboa estavam entre os locais de maior mortalidade infantil. Porém, e ao contrário do que acontecia na Invicta, na capital morria-se menos que nos concelhos do distrito com o mesmo nome. É possível que a difusão de certas práticas preventivas, designadamente as campanhas de vacinação, bem como o envio dos expostos para criar fora da cidade, tenham influenciado os resultados finais, uma vez que este era um grupo de muito alto risco e com níveis enormes de mortalidade (Mapa 5).

113 Cf. Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, pp. 199-201.

MAPA 5

Níveis de Mortalidade Infantil em Portugal continental (1900)



Ao terminar a centúria, o aumento da esperança de vida das populações privilegiou as primeiras idades, e os valores da Taxa de Mortalidade Infantil, que se apresentam no Quadro 41, reflectem esses ganhos que, não obstante, tiveram também correspondência noutros grupos etários, designadamente nos mais idosos. Não podemos esquecer, no entanto, que até à Segunda Guerra Mundial a mortalidade infantil esteve sujeita a flutuações

QUADRO 41

Principais indicadores dos níveis de mortalidade da população portuguesa na viragem do século XIX

Distritos	TBM (‰)	TMI (‰)	eo (anos)
Aveiro	17.7	92.6	52
Beja	23.8	154.9	43
Braga	19.2	61.0	56
Bragança	21.7	119.0	43
Castelo Branco	24.7	162.1	40
Coimbra	17.0	88.7	53
Évora	20.5	180.5	43
Faro	21.1	157.2	39
Guarda	25.7	155.8	51
Leiria	16.6	116.4	30
Lisboa	22.8	226.9	42
Portalegre	22.1	210.3	37
Porto	23.0	171.1	49
Santarém	16.3	139.5	54
Viana do Castelo	17.3	97.7	46
Vila Real	17.8	104.6	52
Viseu	19.2	104.1	48
CONTINENTE	20.6	180.6	43

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas, INE, Lisboa.

muito vincadas, cuja origem se prendia com os efeitos nefastos de doenças contagiosas típicas do antigo regime demográfico, que se mantiveram activas em Portugal até muito mais tarde do que noutros países europeus.

Os períodos de sobremortalidade

Como já referimos, a população portuguesa era frequentemente afectada por diferentes tipos de febres endémicas e outros males, que por vezes adquiriam o estatuto de epidemias. A exposição às variações climáticas, os anos de carestia, a instabilidade social e política, a guerra e a insalubridade que acompanhava a vida urbana eram alguns dos aspectos a considerar, como causas mais ou menos próximas das subidas regulares da mortalidade, mais frequentes em certas épocas do ano.

Uma certeza, porém: «... é a classe inferior do Povo que mais particularmente está sujeita a estas consequências: sem meios suficientes para bem se curarem e tornando aos seus penosos trabalhos mal convalescidos, eles padecem frequentemente de recaídas de febres intermitentes, com quem finalmente se familiarizam, abandonando todos os meios de cura, ou somente procurando remédios particulares e misteriosos»¹¹⁴.

QUADRO 42

Epidemias identificadas em Portugal no século XIX¹¹⁴

Cólera	1833, 53-55, 1865
Febre amarela	1850, 51, 56, 57, 58 e 1860
Tifo exantemático	1810-11, 48, 51, 52, 56, 59, 60, 71, 72, 81-84 e 1897
Varíola	1869, 72, 76, 87, 97 e 1898
Febre tifóide	1850, 56, 61, 62, 64, 65, 75, 76, 80, 87, 93 e 1894
Gripe	1801-03, 36-37, 53, 58, 62, 87, 89, 90 e 1896
Difteria	1859
Rubéola	1862 e 1887
Escarlatina	1858 e 1862
Disenteria	1864 e 1877

Com origens e efeitos diversos, as crises de mortalidade que regularmente atingiram o país durante a primeira metade de oitocentos foram alteradas em muitos dos seus aspectos a partir de então. Referimo-nos, designadamente, às causas próximas que as justificaram, à sua curta duração, que contrastava com a sua maior intensidade, e ao facto do número de vítimas, infectadas e falecidas, estar concentrado num curto espaço de tempo (algumas semanas, ou no máximo em um, dois meses), o que aumentava a percepção que as populações tinham sobre os fenómenos de sobremortalidade.

Porém, as alterações verificadas entre as duas metades da centúria não obstam a que se mantivesse ou até alargasse o fosso entre os diferentes grupos sociais e os espaços envolvidos. Ao invés, quando desapareceram a partir de meados de oitocentos as grandes sobremortalidades causadas por sur-

114 António Jacinto Vidal, «Breve relação das moléstias, que costumão grassar em Vila Franca de Xira, e Póvos, suas causas, e tratamento; e das que particularmente grassarão no mês de Janeiro do Presente anno», in *Jornal de Coimbra*, vol. IV, n.º XIX (Julho, 1813), pp. 219-223. Estas questões foram abordadas por João Pedro Ferro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, pp. 71 e segs.

tos epidémicos violentos, assistiu-se ao aumento das diferenças entre indivíduos, consoante o seu local de residência, os seus rendimentos médios, enfim, a sua global qualidade de vida. Elas traduziam-se em anos, ao nível da esperança média de sobrevivência. Na cidade do Porto, por exemplo, as crises de mortalidade continuaram a visitar regularmente os residentes. As crianças, os idosos e os mais débeis eram as vítimas principais, os primeiros sobretudo nos meses mais quentes, os segundos no inverno. A Taxa de Mortalidade Infantil ultrapassou com frequência os 250 por mil¹¹⁵.

No entanto, embora com características diferentes, as sobremortalidades continuaram quase sempre a estar associadas a conjunturas adversas em termos políticos, sociais e sobretudo económicos. Muito embora, na prática, o facto da elasticidade e do grau de coesão do mercado nacional permitirem já então debelar ou minorar potenciais focos de crise, mediante o recurso à importação de alimentos essenciais para as populações afectadas e ao seu isolamento, outro factor de permanência reside no facto das mais gravosas continuarem a apresentar um perfil claramente contagioso.

A passagem do tempo tornou-as cada vez mais dependentes das características de concentração populacional, das condições de salubridade e de alojamento, bem como do nível de rendimentos dos afectados. No fundo, referimo-nos aos mesmos factores de diversidade, que já condicionavam os níveis considerados normais dessa variável. À medida que se aproximava o fim do século alteravam-se algumas regras no que respeita à mortalidade extraordinária, e as crises detectadas a partir de então deixaram de ter um alcance nacional e um grau de virulência comparável a outras épocas¹¹⁶.

5.2. Natalidade e fecundidade

O aumento progressivo do número anual de nascimentos registados pelos organismos oficiais limitou-se a reflectir o ritmo de crescimento populacional, pelo que a principal característica desta variável será a sua grande estabilidade durante todo o século XIX, marcado tão-só por um leve declínio na última década, que poderá estar ligado ao aumento de intensidade da emigração.

115 Cf. Fernando da Silva Correia, «Portugal dans l'histoire de l'hygiène», in *III Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes, Conférences et Communications*, Lisboa, 1936, p. 362. Estas datas foram confrontadas com outro tipo de informações, designadamente Teresa Rodrigues, *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Parte III.

116 José João Maduro Maia, «Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto», p. 236.

117 Exceptua-se o caso da gripe pneumónica de 1917-1918.

Com efeito, muitos foram os que consideraram o fenómeno migratório a causa mais directa para a descida dos valores médios da natalidade em finais de oitocentos. Esta tendência seria inevitável, a partir do momento em que o fluxo de saídas atingisse determinada intensidade, uma vez que provocaria alterações ou mesmo a desarticulação dos padrões familiares tradicionais. Em primeiro lugar, a emigração terá influenciado o mercado matrimonial, ao retirar-lhe parte dos homens solteiros em idade fértil, reflectindo-se nos níveis de natalidade. Numa segunda fase, a ausência do marido actuou como factor limitativo ao aumento do número de filhos do casal, sobretudo porque este, considerando as idades de maior frequência migratória, estaria ainda em fase de formação do seu ciclo de vida familiar.

Talvez por essa razão, quando confrontados com os níveis de natalidade de outros estados europeus contemporâneos, os resultados nacionais se apresentem relativamente baixos, embora possam ser parcialmente imputáveis à deficiente qualidade das séries estatísticas¹¹⁸. A Europa oitocentista apresentou níveis sempre elevados de natalidade, superiores a 30 por mil, que só virão a decrescer após 1900.

Mas este facto não era sinónimo de homogeneidade. Com efeito, em 1800, as Taxas Brutas de Natalidade holandesa e suíça rondavam os 28 por mil, enquanto a austríaca atingia os 43 por mil. Nos países do Norte o nível médio de natalidade era inferior em seis pontos ao registado na parte ocidental do continente. Ao iniciar-se o século XX estes níveis tinham recuado até 28.4 e 30.2 por mil, respectivamente. Nos estados do Sul, a taxa bruta de natalidade rondava os 32.5, enquanto para leste essas mesmas taxas se aproximavam ou mesmo ultrapassavam os 40 por mil. A Taxa Bruta de Natalidade da Rússia era estimada em 49.3 por mil.

Semelhantes diferenças eram parcialmente explicáveis pela vigência do *european marriage pattern*, modelo de comportamento demográfico fundamentado por Hajnal em 1965, que tinha como suporte o papel regulador da fecundidade nas sociedades do passado, a qual era controlada através do casamento, dados os baixos níveis da ilegitimidade então vigentes. Embora nas cidades a ilegitimidade fosse mais frequente, os valores nelas registados nunca alteraram o funcionamento do sistema. Cerca de quinze a vinte por cento das mulheres nunca casavam ou faziam-no depois dos 50 anos, sem significado em termos de fecundidade. As restantes casavam tarde, reduzindo o número de anos de actividade sexual, situação ainda agravada pela sobremortalidade

118 Gerard Pery, *Mouvement de la Population en Portugal*, p. 206. Veja-se também Maximo Livi-Bacci, *A Century of Portuguese Fertility...*, p. 29.

masculina e pela dificuldade em voltar a casar que a maioria das viúvas enfrentava.

Estudos realizados em diversas regiões permitiram concluir que apenas um terço das uniões durava mais de quinze anos, embora com grandes diferenças consoante os níveis económicos dos nubentes. Durante o curto período de duração média dos casamentos, factores diversos limitavam o número de filhos: a abstinência por motivos religiosos, certas doenças e épocas de trabalho intenso, o período pós-parto e as fases prolongadas de aleitamento, que no final do século XVIII rondariam os nove meses.

Neste contexto, era o significativo grupo de gente não casada, que podia representar entre dez e vinte por cento da população, que funcionava como mola de crescimento populacional, após cada período de crise de crescimento demográfico. Descia a idade média de celebração do primeiro casamento, por vezes alguns anos, e reduziam-se também os intervalos intergenésicos.

Desta forma, a idade à data do primeiro casamento das mulheres, a proporção de mulheres casadas e a fertilidade dos casais foram sistematicamente usados até ao início da transição demográfica para controlar os ritmos de crescimento populacional. Cerca de um quinto dos casais da Europa pré-industrial não deixavam herdeiros, outro quinto deixava apenas um.

Ainda assim, existiam diferenças de comportamento entre os vários espaços, sobretudo entre meios rurais e urbanos, causadas por diferentes estruturas familiares, por uma maior facilidade em formar novos casais e pela existência de actividades económicas alternativas à agrícola. Nas cidades o casamento era mais precoce e maior o número de filhos, embora aí os níveis de mortalidade nas primeiras idades fossem superiores. Em meios urbanos o modelo de fecundidade era também perturbado pelo envio dos descendentes das famílias com maiores posses para serem criados no campo, embora este costume não pareça ter atingido em Portugal a intensidade que registou noutros locais. O grupo dos expostos foi aquele onde essa prática se tornou mais frequente entre nós¹¹⁹.

Os níveis da natalidade

No Portugal oitocentista, a Taxa Bruta de Natalidade atingiu o seu nível máximo em meados dos anos 70 (34 nascimentos por cada mil habitantes), decresceu um pouco até 1890, após o que se acelerou a tendência global de

119 Cf. A. Flinn, *ob. cit.*, pp. 25-46.

descida (Quadro 37). Há que ter presente que a natalidade de uma região depende sempre dos níveis de fecundidade, os quais variam com a estrutura populacional específica do universo em causa. Com efeito, só a fecundidade permite destrinçar a intervenção de factores de índole diversa, de foro individual e colectivo. Entre os últimos cumpre destacar as características do sistema urbano, a mobilidade social e as formas de ascensão no seu interior, a organização familiar e certos tipos de actividade profissional feminina¹²⁰.

No último decénio do século que nos importa pareceram esboçar-se algumas alterações, que derivaram do efeito combinado de uma taxa matrimonial moderada, com a reduzida intensidade do casamento, apesar da fecundidade ilegítima nunca representar mais de 10 a 13 por cento do total de nascimentos¹²¹ (Mapa 6). Os níveis de natalidade mantiveram-se inferiores nos centros urbanos, com Lisboa a registar os valores mínimos nacionais.

Sabe-se, no entanto, que os totais anuais de nascimentos se encontram subestimados, pelo que só na segunda metade de oitocentos podemos considerar aceitáveis as séries paroquiais, a que se devem juntar as civis. Existem muitas dúvidas quanto à eventual omissão dos nado-mortos e dos que até 1860 morriam antes do baptismo. Outra fonte de problemas relacionava-se com a distinção entre nados-vivos e nados-mortos. Como as listas correspondiam aos baptismos, a nado-mortalidade só podia ser feita no obituário a partir do momento em que passou a ser obrigatória uma certidão de óbito por cada feto nascido morto, o que só veio a acontecer em finais do século. Um ensaio realizado para o quadriénio 1887-1890, onde se contabilizaram os nado-mortos falsos (os que morreram nas 24 horas seguintes ao nascimento), aponta para resultados de 1.4 por cento no Reino, 4.2 por cento no Porto e quase o dobro, 8.1 por cento, em Lisboa¹²².

Mesmo depois do decreto de 28 de Novembro de 1878, que instituiu a obrigatoriedade de declarar os nascimentos de descendentes num determinado prazo, continuou a não existir limite para a celebração do baptismo católico, o que na prática podia retardar em meses o registo da criança. Caso morresse entretanto talvez viesse a ser inscrita nos livros de óbito, mas não era seguro que o fosse. Essa margem de erro agravava-se nos centros urbanos, onde a idade média de baptismo rondava um mês¹²³.

120 Sobre estas questões veja-se M. Nazareth, *Explosão Demográfica...* e J. C. Chesnais, *La Transition Démographique...*

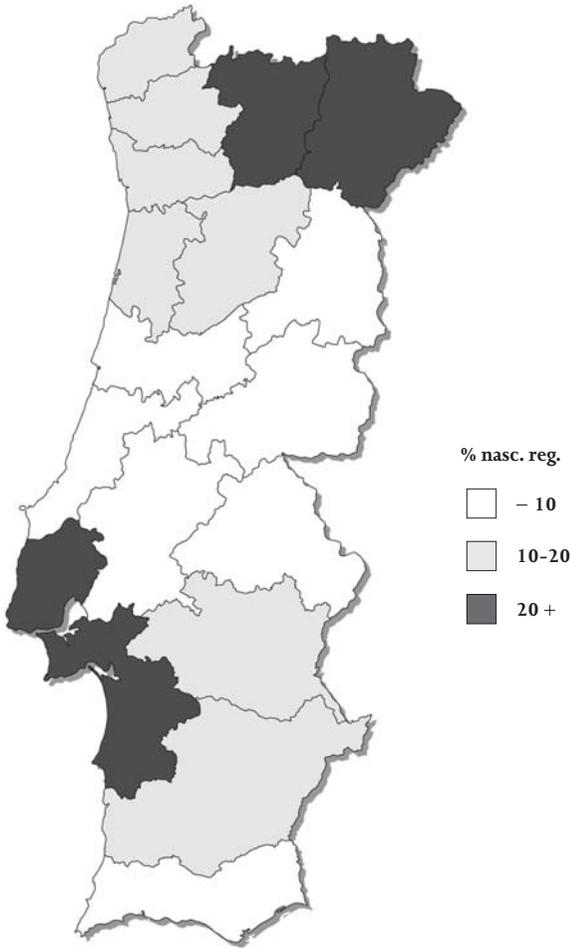
121 M. Livi-Bacci, *ob. cit.*, p. 22.

122 Cf. Massimo Livi-Bacci, *A Century of Portuguese Fertility...*, p. 29.

123 A. Almeida Garrett, citado por Ricardo Jorge in *Demographia e Higiene da Cidade do Porto*, pp. 224-227.

MAPA 6

Níveis de Ilegitimidade em Portugal continental (1890-1900)



Assim, as séries existentes até final do século contabilizaram as crianças baptizadas ou levadas à administração, uma vez que a estatística oficial continuou a socorrer-se dos totais paroquiais para estimar o movimento populacional. Um estudo efectuado para o ano de 1862 exemplifica o grau de incorreções daí provenientes. Das 127.202 pessoas baptizadas nesse ano, 62 (5 por cento) eram adultas. Dos restantes, 5208 haviam nascido em 1861, 149 em anos anteriores e 2454 em data desconhecida. Apenas 89 por cento dos baptismos correspondiam a nascimentos do ano de 1862.

Apesar de todas as limitações, podemos afirmar que no início do século XIX Portugal apresentava uma Taxa Bruta de Natalidade que, de acordo com os resultados provinciais, era influenciada pelos valores obtidos no Alentejo e Algarve (Quadro 43). Aliás, já então o Reino se dividia em dois face a esta variável. Trás-os-Montes e Estremadura registavam os níveis mínimos.

O confronto dos resultados desse ano com os do ano imediato permite outros considerandos, designadamente ao nível da existência de diferenças entre a faixa litoral e o interior. A primeira apresentava valores idênticos, enquanto a segunda via aumentarem os níveis da natalidade, alteração que a taxa de fecundidade geral confirmava, ao contrapor o Sul e Interior ao Norte e faixa costeira¹²⁴. Todos os centros urbanos com mais de dez mil residentes apresentavam taxas de natalidade inferiores às do conjunto das freguesias rurais das comarcas respectivas¹²⁵.

QUADRO 43

Taxas Brutas de Natalidade em Portugal no ano de 1801, por províncias (‰)

Províncias	TBN
Minho	33.8
Trás-os-Montes	31.2
Beira	32.3
Estremadura	31.9
Alentejo	37.4
Algarve	42.8
CONTINENTE	33.3

Mas mesmo quando vistas em termos regionais, as diferenças eram menores que as observadas a propósito da mortalidade. A taxa bruta de natalidade manteve-se ao longo do século sempre mais elevada a norte, embora fosse também aí que se situavam os distritos onde a variável apresentava resultados mínimos (Viana do Castelo e Vila Real). As já mencionadas alterações da estrutura populacional e a diminuição da população jovem, sobretudo masculina, tiveram uma importância decisiva nesse fenómeno. Além disso, como veremos, falamos de regiões onde a taxa de nupcialidade era a mais baixa do país no final do século, contrastando com percentagens elevadas de ilegitimidade¹²⁶.

124 Cf. Fernando de Sousa, *ob. cit.*, pp. 311-313.

125 *Idem*, pp. 248-257.

126 Mário Leston Bandeira, *ob. cit.*, pp. 196-198.

QUADRO 44

Níveis de natalidade da população portuguesa em 1900, por distritos (‰)

Províncias	TBN
Aveiro	31.5
Beja	31.4
Braga	31.7
Bragança	31.3
Castelo Branco	32.7
Coimbra	28.0
Évora	28.5
Faro	33.8
Guarda	33.6
Leiria	29.6
Lisboa	28.5
Portalegre	28.4
Porto	33.6
Santarém	29.9
Viana do Castelo	25.0
Vila Real	26.3
Viseu	30.1
CONTINENTE	30.9

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas, INE, Lisboa.

Assim, ao iniciar-se o século XX era possível encontrar quatro grupos diferenciados de distritos no que respeita ao fenómeno em causa, embora só alguns deles tivessem continuidade geográfica. O Alentejo e o Centro litoral sul, composto por Leiria, Santarém e Lisboa, eram os mais homogéneos, contrastando com a diversidade da zona beirã. Cinco pontos separavam Viseu, onde a natalidade era baixa, da Guarda, cujos valores eram semelhantes aos encontrados em Castelo Branco. Para norte eram enormes as clivagens entre o Porto e Braga e entre este último e Viana do Castelo. O distrito de Coimbra possuía uma das menores natalidades do Reino, que nada tinha a ver com os níveis registados nos espaços contíguos. Para não falar nas ilhas, onde as diferenças eram ainda mais evidentes (Quadro 44).

Teríamos assim, no Portugal de viragem de século, o seguinte panorama regional: com os níveis mínimos os distritos de Viana do Castelo, Horta e Coimbra; com uma natalidade moderada, embora inferior à média nacional, Braga, Vila Real, Viseu, Leiria, Santarém e Lisboa; com níveis mais elevados,

embora dentro da média, as regiões de Aveiro, Bragança, Évora, Beja e Angra do Heroísmo; e com uma natalidade elevada, o Porto, a Guarda, Castelo Branco, Faro, o Funchal e Ponta Delgada.

Outro fenómeno que adquiriu novas proporções nesta época foi a ilegitimidade e a exposição de crianças, que ao longo da centúria sofreu um aumento progressivo dos seus valores, embora fosse mais elevada nas grandes cidades e, dentro delas, nos bairros populares.

Nos últimos anos do século XVIII verificou-se um aumento significativo do número de expostos recolhidos nas duas grandes casas de enjeitados do Reino, em Lisboa e Porto. Esta prática continuará a ocorrer como forma de resolução de certos problemas sociais e económicos e chegou a ser considerada como uma das causas de travão de crescimento demográfico, já que os níveis de mortalidade deste grupo, cada vez mais significativo face ao total de nascimentos, eram muitíssimo elevados¹²⁷.

Em meados do século a ilegitimidade atingia valores máximos nacionais na cidade de Lisboa. Mais de um quinto dos baptismos registados nos livros da paróquias de Alfama, da Mouraria e do Bairro Alto era de mães solteiras ou viúvas. Ao invés, na Baixa pombalina o seu peso percentual não chegava a atingir os dez por cento¹²⁸. Mas não podemos esquecer que parte dos registos de ilegítimos nos meios urbanos pertenciam a expostos, crianças abandonadas e enviadas de zonas por vezes distantes. Esse facto influenciava os resultados do distrito de Lisboa, dada a importância da capital enquanto receptora de expostos de todo o País¹²⁹.

Ao terminar o século XIX, e no que se refere ao fenómeno em causa, Portugal apresentava-se regionalmente dividido entre Norte e Sul, apesar de uma mesma tendência de evolução, de sentido positivo (Quadro 45). Além do caso específico de Lisboa e do Porto, a ilegitimidade era globalmente muito elevada no limite norte, que compreendia Viana do Castelo e os distritos trasmontanos, onde chegava a representar quase um quarto do total de baptismos. O mesmo acontecia em Viseu, contíguo aos anteriores. No Alentejo entre 10 a 13 por cento dos nascimentos eram também ilegítimos.

127 Fernando de Sousa, *ob. cit.*, pp. 356-357.

128 Sobre a questão da ilegitimidade urbana veja-se Teresa Rodrigues, *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista*, p. 126 e segs.

129 Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano...*, p. 165.

QUADRO 45

Peso relativo dos nascimentos ilegítimos em finais do século XIX (%)

Distritos	1886	1887	1889	1896	1901
Aveiro	10.5	10.3	9.6	10.4	10.5
Beja	11.4	10.1	9.2	10.4	10.5
Braga	13.1	10.8	12.0	9.6	10.7
Bragança	20.9	16.0	20.1	20.7	21.4
Castelo Branco	5.8	4.9	4.6	4.0	4.2
Coimbra	9.7	10.1	9.1	8.9	8.1
Évora	13.1	12.6	12.4	11.1	12.5
Faro	8.8	8.0	7.7	9.3	8.6
Guarda	9.1	9.5	9.0	6.6	6.6
Leiria	6.8	5.5	5.7	6.3	6.4
Lisboa	7.7	20.0	19.4	23.5	22.5
Portalegre	8.3	9.4	8.5	7.1	7.4
Porto	14.6	14.1	14.2	17.2	14.2
Santarém	6.8	6.7	7.2	6.5	6.3
Viana do Castelo	14.6	16.5	16.2	13.8	16.1
Vila Real	19.6	20.7	21.1	27.6	24.0
Viseu	18.5	17.7	17.7	17.5	14.0
CONTINENTE	14.3	13.0	12.2	12.6	11.9

Fonte: Estatísticas Demográficas, parte I. «Dados retrospectivos», 1968, in M. Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade...*, p. 460.

Padrões regionais de fecundidade

A existência de diferentes percentagens de mulheres em idade fértil nas várias zonas geográficas que compunham o país, e as transformações sofridas a nível nacional até terminar a centúria, influenciaram os resultados das taxas brutas de natalidade. Torna-se assim mais correcto o cálculo de outro tipo de indicadores, designadamente da Taxa de Fecundidade Geral, que pondera os nascimentos ocorridos com a população feminina nas idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos, e elimina parte das distorções devidas aos efeitos de uma desigual repartição etária.

O recenseamento de 1802 permite conhecer para o início de oitocentos os valores da fecundidade geral em várias comarcas, dispersas por todo o Portugal. Os resultados apresentados no Quadro 46 vêm ao encontro das diferenças encontradas entre Norte e Sul. Com efeito, as taxas mais elevadas

pertenciam às comarcas de Portalegre e Vila Viçosa, contrapondo-se aos resultados mínimos obtidos em Viana, Aveiro, Guimarães e Porto. As mesmas diferenças opunham as comarcas de interior às próximas do litoral¹³⁰.

QUADRO 46**Taxas de Fecundidade Geral em algumas comarcas, no ano de 1802 (‰)**

Comarcas	T.F.G.	Comarcas	T.F.G.
Aveiro	95.2	Moncorvo	114.7
Avis	127.1	Ourém	108.3
Barcelos	105.4	Penafiel	120.4
Braga	114.6	Pinhel	114.5
Bragança	134.7	Portalegre	156.1
C. Branco	144.1	Porto	94.5
Elvas	129.9	Trancoso	144.2
Guimarães	102.8	Valença	111.9
Lamego	116.5	Viana	85.8
Leiria	109.0	Vila Real	155.0
Miranda	118.9	Vila Viçosa	195.7

Dadas as características específicas dos centros urbanos, as taxas de fecundidade eram aí por norma mais altas que no resto do território. Em Portugal estimava-se em 126.2 por mil em finais do século¹³¹. No caso específico de Lisboa, a intensidade migratória provocou um aumento anormal da percentagem de mulheres em idade fértil, sem que esse acréscimo tivesse correspondência com o número total de nascimentos. Esse facto reflecte-se em taxas de fecundidade baixas e contrárias à tendência manifestava pelos demais núcleos urbanos do Reino¹³².

A nupcialidade

Outro aspecto de extrema importância nas formas de crescimento populacional das gentes portuguesas foi a nupcialidade, que como já referimos

130 Fernando de Sousa, *ob. cit.*, pp. 262 e 267.

131 Teresa Rodrigues, *Lisboa no século XIX...*, p. 211.

132 Em 1801, a TFG foi calculada em 99.38 por mil, em 1853 nos 106.34 por mil, mas em 1890 voltava a ser de apenas 97.1 por mil (Teresa Rodrigues, *idem*, p. 211).

funcionava nas sociedades com um regime demográfico de tipo tradicional como mola reguladora do equilíbrio, através da fecundidade e da ligação com a originalidade das características estruturais da população portuguesa, sobretudo em regiões com maior abertura. Mas não só. Também os interditos religiosos e outras causas de interrupção temporária das relações sexuais (fome, guerra, doenças), assim como a divulgação de certas práticas contraceptivas, tinham a sua influência, o mesmo acontecendo com a idade média das mulheres à data do primeiro casamento e com a percentagem daquelas que nunca chegavam a casar¹³³.

No que respeita à nupcialidade, deparamo-nos com limitações de tratamento estatístico semelhantes às da análise da fecundidade, por se desconhecerem as idades de casamento da população. Se tal facto não nos impede de calcular as taxas brutas de nupcialidade, há que pensar que os resultados dessa avaliação não permitem acompanhar a verdadeira evolução do fenómeno. Basta, para tanto, que aumentem os efectivos em idade de casar (devido ao declínio da mortalidade ou ao aumento da imigração) para que o volume de casamentos se veja acrescido, sem que se tenham modificado os comportamentos face ao matrimónio.

QUADRO 47

Taxas de Nupcialidade em algumas comarcas, no ano de 1802 (%)

Comarcas	T.B. Nupc.	Comarcas	T.B. Nupc.
Aveiro	7.9	Moncorvo	6.2
Avis	11.2	Ourém	5.7
Barcelos	4.7	Penafiel	5.3
Braga	7.4	Pinhel	9.5
Bragança	7.6	Portalegre	8.4
C. Branco	7.8	Porto	5.9
Elvas	8.9	Trancoso	6.4
Guimarães	4.9	Valença	7.6
Lamego	9.4	Viana	6.9
Leiria	5.3	Vila Real	5.9
Miranda	6.7	Vila Viçosa	8.4

133 Sobre esta questão cf. Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano...*, pp. 108 e segs.

QUADRO 48

Níveis de nupcialidade da população portuguesa em 1900, por distritos (‰)

Distritos	TBNup.
Aveiro	6.9
Beja	8.5
Braga	7.4
Bragança	7.9
Castelo Branco	6.9
Coimbra	6.9
Évora	6.2
Faro	7.9
Guarda	6.7
Leiria	7.2
Lisboa	6.4
Portalegre	6.4
Porto	6.8
Santarém	7.3
Viana do Castelo	5.2
Vila Real	5.5
Viseu	6.6
CONTINENTE	6.9

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas, INE, Lisboa.

Toma assim especial acuidade a questão das estratégias e ritmos de casamento, que obedeciam a características um tanto diversas nas várias zonas do país. Em 1802, a Taxa Bruta de Nupcialidade raramente ultrapassava os 10 por mil (Quadro 47). Os níveis obtidos deste modo reflectem diferenças geográficas, que penalizam as comarcas mais próximas do litoral, sobretudo as do Minho e Estremadura, onde os valores eram inferiores, ao contrário do que acontecia no interior, sobretudo nas comarcas pertencentes às províncias da Beira e do Alentejo.

Mas esses resultados irão ter uma evolução negativa. Em 1900 os níveis da nupcialidade continuavam a ser baixos na maioria dos distritos, não chegando a atingir 7 por mil em termos nacionais (Quadro 48). A taxa bruta de nupcialidade desse ano corresponde mesmo a uma descida face aos totais de início de século. Em termos regionais, os valores mínimos eram registados a norte, nos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real. Mas era também aí que se observavam alguns valores elevados, como era o caso de Bragança

e de Braga. No entanto, era na região centro, composta por Leiria e Santarém, e nos distritos de Beja e Faro que a taxa bruta era mais alta, reflectindo uma vez mais as características específicas da população aí residente.

O estudo da nupcialidade pode ser feito apenas com base nos dados censitários, se lhes aplicarmos a metodologia desenvolvida por Hajnal. De fácil construção, ela permite determinar a idade média à data do primeiro casamento, a intensidade do fenómeno e os valores de celibato definitivo. O rigor das conclusões a reter após a aplicação do método é apenas condicionado pela intensidade diferencial da mortalidade e dos movimentos migratórios, sobretudo quando procuramos avaliar a evolução dos comportamentos colectivos¹³⁴.

A percentagem dos celibatários definitivos e a idade média no momento do primeiro casamento constituem os principais indicadores para analisar o modelo de nupcialidade. No início do século, o celibato definitivo em Portugal era elevado, tanto nos homens como sobretudo no sector feminino, sendo mais acentuado a norte do Reino (Quadro 49).

QUADRO 49

Os níveis de celibato definitivo em algumas comarcas, no ano de 1802 (%)

Comarcas	Homens	Mulheres	Comarcas	Homens	Mulheres
Aveiro	30	33	Moncorvo	16	25
Avis	40	39	Ourém	15	17
Barcelos	44	47	Penafiel	20	32
Braga	30	42	Pinhel	30	30
Bragança	28	34	Portalegre	11	16
C. Branco	5	18	Porto	22	37
Elvas	34	20	Trancoso	12	17
Guimarães	18	31	Valença	11	24
Lamego	21	27	Viana	12	37
Leiria	11	21	Vila Real	41	44
Miranda	35	31	Vila Viçosa	15	14

¹³⁴ A emigração de um indivíduo solteiro (quando não compensada pela emigração de um casado ou viúvo da mesma idade) exerce sobre a proporção de solteiros no mesmo grupo de idades um efeito análogo (embora de menos intensidade) ao de um casamento. A idade média à data do casamento calculada por este método será assim mais baixa ou mais elevada que a real, consoante haja uma tendência para os solteiros emigrarem em idades anteriores ou posteriores à idade média (real) ao casamento. Cf. Robert Rowland, «Sistemas familiares e padrões demográficos...», p. 27.

A nível interno, as zonas onde a percentagem de celibatários era mais alta apresentavam-se homogéneas no que concerne a eventuais diferenças entre os dois sexos, e o mesmo era verdade no caso oposto. Assim, a um baixo ou a um elevado celibato feminino correspondiam valores relativos semelhantes no sexo masculino, embora as maiores percentagens fossem registadas na coluna das mulheres.

Ao confrontarmos os resultados distritais do celibato definitivo na segunda metade da centúria, verificamos que o país continuava a estar dividido em duas metades, o Norte e o Sul, sendo na primeira região que se encontravam os valores máximos. Por seu turno, eram nítidas as diferenças entre os sexos, tendo o factor migratório jogado um papel preponderante. A percentagem da população que nunca chegaria a casar decresceu ao longo desses anos, mas partiu de níveis muito diferentes. Ainda assim, o recuo foi mais significativo no sexo masculino que no feminino, onde a descida foi de apenas um ponto percentual.

QUADRO 50**Os níveis de celibato definitivo na segunda metade do século XIX (%)**

Distritos	Homens				Mulheres			
	1864	1878	1890	1900	1864	1878	1890	1900
Aveiro	15	13	13	11	25	24	25	24
Beja	11	12	12	12	12	12	12	11
Braga	15	13	14	6	28	29	31	14
Bragança	18	18	18	15	22	20	21	20
Castelo Branco	12	10	10	9	16	14	13	12
Coimbra	12	11	12	11	21	21	22	20
Évora	18	18	18	18	18	17	16	16
Faro	8	8	8	8	11	10	10	10
Guarda	12	11	11	9	19	17	17	16
Leiria	11	10	11	9	13	13	12	15
Lisboa	21	20	21	20	23	21	20	19
Portalegre	14	13	16	13	13	13	14	13
Porto	15	13	12	11	25	25	26	23
Santarém	12	11	12	10	14	13	13	10
Viana do Castelo	16	16	16	13	29	30	31	33
Vila Real	21	20	19	18	27	25	27	25
Viseu	17	16	16	14	27	25	26	12
CONTINENTE	15	14	13	13	22	22	21	21

Com efeito, Massimo Livi-Bacci sublinhava a influência do celibato definitivo em termos de fecundidade, principalmente porque ele afectava mais a população do sexo feminino, por razões sobejamente conhecidas. No Portugal oitocentista, a proporção de mulheres que nunca chegava a casar era elevada, mesmo a nível internacional, mantendo-se nos 22 pontos percentuais ao longo das últimas quatro décadas do século XIX¹³⁵.

Nas últimas décadas de oitocentos, o peso da população celibatária aumentou apenas em Beja, mantiveram-se os valores em outros dois distritos e declinaram nos restantes as percentagens de celibatários, na sua maioria nas regiões Norte e Interior. No caso das mulheres, a descida contemplava catorze unidades administrativas, mas registaram-se subidas em duas delas e só em Portalegre se mantiveram os valores registados em meados do século, sendo de salientar que o fenómeno atingiu regiões onde esses valores já eram elevados, o que reforçou as diferenças regionais. No entanto, elas eram bastante superiores no grupo feminino.

Em certos distritos mantinham-se as coincidências entre os padrões de celibato em ambos os sexos, como acontecia em Vila Real, Viana, Viseu e Faro. A diferença entre homens e mulheres aumentava à medida que avançávamos para norte. Com efeito, em várias zonas a sul de Coimbra, os níveis do celibato definitivo dos dois grupos estavam próximos e no caso de Lisboa em 1900 existiam mais celibatários masculinos que femininos. A norte, as diferenças penalizavam sempre as mulheres, alcançando a sua expressão máxima na província minhota¹³⁶.

Alguns resultados de 1900 parecem improváveis, por serem muito díspares em relação a datas anteriores. Talvez por esse facto, as sínteses publicadas sobre este tema¹³⁷ optaram por circunscrever a sua análise ao período de 1864 a 1890. No entanto, decidimos incluir os resultados desse último, por nos parecer provável que tenha sido o aumento da mobilidade interna e externa o responsável parcial pelos enviesamentos registados¹³⁸. A mesma opção foi tomada relativamente aos valores da idade média à data do primeiro casamento, pese embora o facto desses resultados deverem ser lidos com grandes precauções.

135 *A Century of Portuguese Fertility*, pp. 40-41.

136 M. Leston Bandeira, *ob. cit.*, pp. 284-285.

137 Cf. M. Nazareth, «A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX», (in *Estudos de História de Portugal*, vol. II, pp. 393-409) e M. Leston Bandeira, *ob. cit.*

138 Designadamente pelo facto de distorcerem os resultados da aplicação do método de Hajnal, influenciável em meios de forte intensidade migratória.

No início do século XIX, a idade média com que se efectuavam os primeiros casamentos era igualmente inferior na metade sul do Reino, conforme testemunha o Quadro 51. Por seu turno, as diferenças entre os dois sexos não pareciam ainda muito vincadas, embora as mulheres casassem mais cedo em todas as comarcas, excepto nas de Vila Real e Pinhel, e com a mesma idade em Barcelos. A sul, a diferença etária entre os nubentes favorecia também o sexo feminino, com diferenças de três a seis anos.

QUADRO 51

A idade média à data do primeiro casamento em algumas comarcas, no ano de 1802

Comarcas	Homens	Mulheres	Comarcas	Homens	Mulheres
Aveiro	26	23	Moncorvo	29	28
Avis	24	19	Ourém	28	27
Barcelos	26	26	Penafiel	26	25
Braga	27	24	Pinhel	26	28
Bragança	31	27	Portalegre	25	23
C. Branco	31	26	Porto	27	26
Elvas	31	22	Trancoso	28	27
Guimarães	28	25	Valença	29	28
Lamego	29	27	Viana	26	26
Leiria	28	24	Vila Real	28	29
Miranda	27	25	Vila Viçosa	29	23

Tal como acontecera em relação ao celibato, também a idade média do primeiro casamento das gentes portuguesas declinou durante a segunda metade de oitocentos, embora estabilizasse na última década. Manteve-se, no entanto, vigente a tradicional dicotomia entre as regiões Norte e Sul. Ou seja, a norte existiam mais celibatários, sobretudo femininos, e os que casavam faziam-no em média mais tarde (Quadro 52).

Em termos nacionais, no momento do conúbio os homens eram dois a três anos mais velhos que as suas parceiras, mas é possível encontrar nas realidades distritais cambiantes vários. As diferenças etárias entre os nubentes continuavam maiores nos distritos do Sul, onde era mais precoce o casamento feminino. Eram os distritos mais dinâmicos em termos económicos, na sua maioria situados junto ao Litoral, aqueles onde o casamento se efectuava mais cedo, o que poderá ser explicado, pelo menos em parte, pela

QUADRO 52

Idade média à data do primeiro casamento na segunda metade do século XIX

Distritos	Homens				Mulheres			
	1864	1878	1890	1900	1864	1878	1890	1900
Aveiro	28.1	26.7	26.8	26.6	27.2	26.3	25.7	25.1
Beja	28.0	27.2	27.7	27.6	24.1	23.2	23.7	24.3
Braga	27.9	27.0	27.0	27.7	27.4	26.6	25.5	28.4
Bragança	29.0	28.7	29.2	28.7	25.4	25.7	26.1	26.1
Castelo Branco	27.7	27.5	27.7	27.4	25.0	24.4	24.7	24.8
Coimbra	29.0	28.3	28.3	27.2	26.9	26.6	26.2	25.9
Évora	27.8	29.0	27.3	28.2	24.1	24.3	23.9	24.8
Faro	29.2	26.8	29.3	27.1	23.8	23.5	25.0	24.0
Guarda	28.7	27.8	28.0	27.5	25.6	25.2	25.4	24.9
Leiria	29.5	29.2	28.8	28.3	26.7	26.8	26.5	24.4
Lisboa	29.6	29.7	29.0	28.4	25.2	25.0	25.1	25.3
Portalegre	27.7	27.9	26.4	27.0	23.4	23.7	23.3	23.7
Porto	27.5	26.3	26.2	26.2	26.8	24.9	24.1	24.4
Santarém	29.0	29.0	28.0	27.4	25.5	25.8	25.4	25.2
Viana do Castelo	28.6	27.9	28.1	27.8	28.0	27.8	27.6	26.5
Vila Real	29.3	28.6	29.0	27.8	26.5	26.4	26.7	25.6
Viseu	29.4	29.4	28.4	28.2	27.1	26.4	26.7	29.0
CONTINENTE	28.6	27.9	27.4	27.4	26.0	25.4	24.9	24.9

existência de actividades que não as ligadas à terra e dependentes da transmissão de propriedade¹³⁹.

5.3. Os movimentos migratórios

Chegamos por fim à variável microdemográfica que parece conter grande parte das respostas para as formas e direcções de crescimento populacional das gentes portuguesas, num período cronológico muito mais amplo que o ora analisado. A importância que assumem os movimentos

¹³⁹ Em termos gerais esta síntese sobre a questão da nupcialidade baseou-se em J. M. Nazareth, «A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX».

migratórios no Portugal oitocentista, na sua tripla vertente emigratória, imigratória e de movimentos internos, é sobejamente conhecida, bem como os obstáculos que se levantam à sua real apreensão.

Quando se fala em movimentos migratórios lembramo-nos em primeiro lugar da emigração, dada a relevância que esta vertente adquiriu no Portugal oitocentista, sobretudo nas suas últimas décadas. No entanto, a emigração não foi o único movimento significativo nesse período. Há que contar com o fenómeno do retorno de alguns emigrantes e não esquecer a existência de migrações intradistritais, interdistritais, do continente para as ilhas e o inverso, bem como as deslocações para as antigas colónias. As investigações que se baseiam nos saldos migratórios incluem uma mistura de todos estes movimentos, o que em última análise faz com que as taxas de emigração oficial nunca possam coincidir com as taxas de saldo migratório. A clandestinidade e a reemigração constituem outras limitações à leitura directa dos valores obtidos, através de uma vasta gama de cálculos de análise demográfica.

A resposta a muitas das questões que surgem a este propósito vê-se limitada pelo silêncio das fontes coevas e pelo facto da sua multiplicidade (registos de passaportes, listas de passageiros, alterações de critério na recolha de dados oficiais) dificilmente permitir obter referências quantitativas plausíveis e muito menos completas sobre o assunto. Resta-nos o recurso a algumas metodologias indirectas, como a que testámos para analisar a evolução global da população, e outro tipo de dados oficiais de que nos servimos, mau grado o seu carácter circunscrito em termos cronológicos.

Portugal foi desigualmente afectado pela intensidade dos movimentos migratórios de sentido diverso, que na sua maioria resultaram em saldos migratórios de sinal negativo, onde o número de saídas excedia o de entradas. Esta foi uma realidade anterior ao período que nos diz respeito, mas que adquiriu uma nova expressão no século XIX¹⁴⁰.

O grosso dos migrantes era formado por indivíduos solteiros, na grande maioria do sexo masculino. O fenómeno era mais comum nas idades jovens e no início da vida activa, sendo facilitado pela inexistência de laços matrimoniais. No entanto, as responsabilidades inerentes à formação ou sobrevivência económica de uma família própria podem ter funcionado, sobretudo no caso masculino, como incentivo à migração. As mulheres deixavam mais tarde as suas terras de origem, após contraírem matrimónio ou quando se impunha garantir pelo trabalho um meio de subsistência. Mas no caso femi-

140 Fernando de Sousa, *ob. cit.*, p. 295.

nino as migrações internas, sobretudo para as cidades, sobrepuseram-se à emigração, pelo menos até final da centúria, apesar do ligeiro aumento do número de mulheres registadas nos portos de saída.

As migrações internas

Em Portugal, sobretudo na segunda metade do século XIX, as migrações internas apresentaram-se estruturalmente ligadas a diferentes processos de desenvolvimento regional, enquadrados por formas de exploração agrária distinta e pelo predomínio de determinados padrões culturais, aliados a factores de natureza física, que directa ou indirectamente fomentaram a transferência de indivíduos no espaço nacional¹⁴¹.

O Portugal de oitocentos foi percorrido por grupos imensos de indivíduos que se deslocavam com finalidades diversas, quer com propósitos apenas temporários, quer definitivos¹⁴². Minhotos, beirões e algarvios tinham uma longa tradição a esse respeito, inclusive em termos de trabalho sazonal. Todos os anos, ranchos de homens trocavam as três províncias do Norte pela Baixa Estremadura e o Alentejo, onde vendiam a sua força de trabalho. Em Trás-os-Montes bandos de segadores deslocavam-se para Leão e Castela ou desciam até à Andaluzia. Do Algarve saíam também trabalhadores agrícolas para Espanha e sobretudo pescadores. Alguns destes últimos ingressavam nas frotas inglesas e na marinha portuguesa.

As migrações sazonais desempenharam um papel relevante no desenvolvimento de certas partes do país, como no Alentejo, por altura das colheitas cerealíferas e de azeitona, e no Douro, ligado ao trato e apanha do vinho. As zonas que forneciam esses migrantes sazonais em terras alentejanas eram as Beiras, sobretudo os concelhos de Coimbra, Guarda e Castelo Branco. Em Maio iniciavam-se as deslocações de indivíduos, que só regressariam aos seus locais de residência habitual no final do Verão. A norte a sazonalidade era diferente, ditada pelas necessidades específicas do trabalho no vinhedos, prolongando-se entre Outubro e Abril de cada ano. Nessa região era também possível encontrar gente vinda da Galiza. O cultivo do arroz no Ribatejo, na Península da Arrábida e na Bacia do Sado recorria também a este tipo de mão-de-obra, tal como a transumância e a pesca. Os trabalhadores provinham na sua maioria do Baixo Mondego e da zona de Aveiro.

141 Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, «Migrações internas e emigração no Portugal do século XX», pp. 39-49.

142 Cf. Bento Carqueja, *O Povo Português*, pp. 377 e segs.

O processo industrializador foi, como vimos, um dos principais responsáveis pelas mudanças observadas no século XIX, ao incentivar o deslocamento para as cidades e áreas económicas mais atractivas. Eram os jovens e os activos jovens, entre os 15 e os 35 anos, os que com maior frequência saíam das suas terras de origem. No final da centúria, as mulheres migravam mais que os homens, mas apenas a nível interno. Nos centros urbanos as mulheres solteiras tornavam-se criadas, lavadeiras, costureiras e trabalhadoras fabris¹⁴³.

A imigração enquanto fenómeno global atingiu sobretudo os grupos socioeconómicos desfavorecidos, embora existam testemunhos de outro tipo de migrantes, nomeadamente professores e estudantes universitários, aventureiros, mercadores, marinheiros, soldados, diplomatas. Muitos permaneciam nos locais de destino apenas alguns meses, outros acabavam por se fixar a título permanente.

Portugal era regionalmente muito diversificado no que toca à questão migratória. O Minho foi desde o início de século a província mais afectada, como dão conta vários autores contemporâneos. A saída era procurada maioritariamente por homens jovens e dirigia-se para fora do Reino. Mas não só. Como vimos, ela efectuava-se temporária ou definitivamente para as províncias da Estremadura e do Alentejo. Porém, o grosso dos emigrantes procurava o Brasil, com uma intensidade que variou de acordo com as ofertas de trabalho. Não era por acaso que dentro da província minhota as comarcas menos afectadas pela emigração eram as de Braga e do Porto, também elas a oferecerem empregos alternativos ao trabalho agrícola.

A Beira apresentava um comportamento idêntico à anterior província, sobretudo nas áreas mais próximas do litoral, onde a emigração suplantava qualquer outro fenómeno de mobilidade. No entanto, a sua parte interior já no início da centúria perdia efectivos para outras províncias, sobretudo para Lisboa, mas também para o Alentejo e outras partes da Estremadura. A estas deslocações, de carácter quase sempre definitivo, aliavam-se migrações sazonais para as mesmas zonas por altura das vindimas, da apanha da azeitona e sobretudo das ceifas. Outros beirões procuravam os campos do Mondego na época dos amanhos da terra.

Por seu turno, a província de Trás-os-Montes era inicialmente pouco afectada pelos movimentos migratórios. A emigração para o Brasil fazia-se já, sobretudo na parte noroeste, incluindo as populações naturais das comarcas de Vila Real, Moncorvo e Bragança. Porém, por toda a parte falta-

143 Cf. Teresa Rodrigues, «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos», pp. 45-75.

vam braços para a agricultura. Os habitantes da Terra Fria migravam para o país vizinho. Tratava-se não raro de deslocações temporárias, idênticas às que conduziam trabalhadores para o Alentejo e para a Estremadura. Os incentivos à cultura da vinha e da oliveira nos anos de viragem do século XVIII para o XIX atraíram também numerosas famílias do nordeste trasmontano.

Esse Norte, que já no início de oitocentos perdia população, a nível interno e externo, contrastava com as províncias geograficamente contíguas, a Sul. A situação na Estremadura era complexa, porque, embora fosse uma região globalmente atractiva, não o era na sua totalidade. As migrações intraprovinciais eram intensas e enorme a diversidade de situações que nelas se encontravam. As comarcas polarizadoras eram Lisboa e Setúbal, inclusive em termos nacionais.

No Alentejo a situação era uma vez mais bastante homogênea, o que se explica pelo facto de nele terem pouca relevância os fluxos migratórios. Só a partir de meados da centúria a antiga e tradicional procura da cidade de Lisboa e de Setúbal aumentou o número de indivíduos envolvidos nas rotas migratórias. Mas já em 1800 eram realizadas deslocações para o Alto Alentejo, em direcção a zonas mais ricas e dinâmicas em termos económicos, como Elvas, Avis e Vila Viçosa. A percentagem de população residente, mas não natural da província, era ainda assim significativa, formada por homens vindos do Minho e do Norte em geral, bem como de Espanha.

As características da província algarvia eram diferentes, por aí serem mais intensas as migrações. Emigrava-se para o Brasil, mas o reino vizinho era muito procurado, pela multiplicidade de funções que indivíduos ligados ao mar podiam desempenhar nas pescas e no transporte marítimo de médio e longo curso. De acordo com as informações disponíveis, os algarvios constituíam o contingente mais numeroso de portugueses em Espanha. No início do século este deveria rondar os três milhares¹⁴⁴.

Várias zonas do território nacional atraíam também gente de outras nacionalidades. A comunidade estrangeira em Portugal era constituída por europeus, africanos e asiáticos. Mas eram sem dúvida os espanhóis, sobretudo os galegos, os de maior significado demográfico.

Num total de vários milhares, mais de 22 mil no ano de 1801, esses indivíduos fixaram-se preferencialmente a norte do Douro e junto ao Litoral, designadamente nos centros urbanos do Porto, Lisboa e Setúbal. Gente muito humilde, dedicavam-se no Norte à agricultura e à construção. Nas urbes desempenhavam as tarefas mais duras e vis, tornando-se indispensáveis ao regular funcionamento do sistema urbano. Só na capital e seu termo

144 Fernando de Sousa, *ob. cit.*, pp. 295-308.

foram estimados em 12 mil, incluindo 1154 aguadeiros. Alguns milhares optavam por permanecer em Portugal apenas durante as épocas de oferta de trabalho sazonal, regressando todos os anos pela mesma altura. O remanescente dos emigrantes espanhóis reduzia-se a trabalhadores rurais vindos da Estremadura espanhola para o Alto Alentejo, junto à fronteira, e a alguns comerciantes do Sul de Espanha.

Entre os outros europeus residentes em Portugal contavam-se os naturais dos reinos de França e Inglaterra, da Flandres e das cidades alemãs e italianas. Mas a sua presença, reduzida em termos quantitativos, era visível quase só nos grandes centros urbanos do Porto e sobretudo em Lisboa, onde constituíam pequenas comunidades bastante fechadas, embora desempenhassem papéis essenciais e de destaque em termos políticos, sociais e económicos.

Nos finais de 1802 e inícios do ano seguinte efectuou-se um arrolamento dos membros das comunidades estabelecidas em Lisboa, de que conhecemos os cálculos relativos aos italianos (52.1 por cento dos arrolados), aos naturais de Hamburgo e das cidades hanseáticas (23.1 por cento), aos franceses¹⁴⁵ (18.1 por cento) e aos holandeses (6.7 por cento). Estes indivíduos viviam isolados com suas famílias e sempre com criados, muitos deles trazidos dos respectivos locais de origem. De nível médio abastado, a julgar pelo número de servidores que com eles residiam, os estrangeiros europeus em Portugal eram pouco jovens. Só um terço dos agregados tinham descendentes, nenhum filho adquiriu nacionalidade portuguesa, e raros eram os casamentos com naturais da terra. Ao terminar o século pouco se haviam alterado estas formas de convivência¹⁴⁶.

A um outro nível, os recenseamentos de 1864 e 1878 discriminam por sexos os transeuntes e estantes temporários em todos os concelhos a 1 de Janeiro dos respectivos anos, bem como os efectivos deles temporariamente afastados, dando-nos assim uma imagem ténue das movimentações internas das gentes nacionais¹⁴⁷.

145 Levantamento parcial.

146 Teresa Rodrigues, «Lisboa no século XIX». *Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, pp. 241 e segs.

147 Embora se trate de uma época de forte mobilidade, causada pela quadra natalícia e pela cessação dos contratos de arrendamento, este é um indicador que pouco tem sido utilizado e que pode dar uma primeira imagem global do fenómeno das migrações inter e intradistritais, embora aqui só as interdistritais tenham sido apuradas e apenas para o primeiro censo.

QUADRO 53**A mobilidade interna em Portugal em meados do século XIX: ausentes e transeuntes (%)**

Distritos	Ausentes ¹⁴⁸			Transeuntes ¹⁴⁹		
	H	M	Tot.	H	M	Tot.
Aveiro	4.0	1.4	5.4	0.2	0.1	0.3
Beja	5.0	1.8	6.8	1.1	0.4	1.6
Braga	2.3	1.0	3.3	0.2	0.1	0.3
Bragança	2.8	1.3	4.1	1.5	0.8	2.3
Castelo Branco	2.6	1.0	3.6	1.2	0.3	1.5
Coimbra	4.2	1.5	5.7	0.6	0.3	0.9
Évora	5.7	1.7	7.4	1.4	0.4	1.8
Faro	2.7	0.7	3.4	0.7	0.2	0.9
Guarda	3.0	1.1	4.1	1.1	0.3	1.4
Leiria	2.5	1.0	3.5	0.2	0.1	0.3
Lisboa	3.1	1.9	5.0	0.9	0.3	1.2
Portalegre	5.3	1.5	6.8	2.2	0.5	2.7
Porto	1.8	0.6	2.4	0.9	0.3	1.2
Santarém	2.3	1.1	3.4	0.5	0.2	0.7
Viana do Castelo	4.5	1.0	5.5	0.3	0.2	0.5
Vila Real	3.2	1.3	4.5	0.8	0.3	1.1
Viseu	3.8	1.9	5.7	0.7	0.2	0.9

Fonte: I e II Recenseamento Geral da População Portuguesa.

A primeira conclusão a extrair do Quadro 53 prende-se com a maior mobilidade dos indivíduos do sexo masculino, que na prática quase atingia o dobro da feminina na maior parte dos distritos. A percentagem de ausentes registava os seus valores máximos a sul e era também aí que o número de transeuntes adquiria maior significado.

Os valores adiantados permitem concluir que existia mais gente a sair dos espaços distritais do que a que neles entrava, uma vez que o número de ausentes suplantava o de transeuntes. Como seria de esperar, os locais onde essa relação era mais equilibrada eram aqueles onde, por questões ligadas ao tipo de actividade económica predominante, era acrescida a deslocação de indivíduos, como nos casos de Lisboa, do Porto e de grande parte dos

148 As percentagens correspondem ao número de ausentes/população de facto.

149 As percentagens correspondem ao número de transeuntes/população de direito.

distritos litorais¹⁵⁰. Só uma análise a nível concelhio ou mesmo paroquial permitiria extrair conclusões adicionais sobre estes montantes. Em Lisboa, por exemplo, o volume de transeuntes excedia o de ausentes, obedecendo a uma geografia coincidente com a implantação de hospedarias, estalagens e quartéis no centro da cidade¹⁵¹.

Ainda assim, eram bem evidentes as diferenças distritais, que podem ser observadas a partir dos valores oficiais apurados em 1890 e 1900 sobre a naturalidade dos indivíduos residentes em cada um deles¹⁵². Embora se verifique um aumento do número de naturais de outras regiões, os vários distritos mantinham no final do século XIX as suas posições relativas, com uma clara vantagem do distrito de Lisboa, onde quase 25 por cento dos residentes nascera fora. Este valor reduzia-se a metade no caso do Porto, segunda unidade com maior dinâmica migratória. Aos dois distritos mais populosos e dinâmicos do país seguiam-se os de Évora e de Santarém, talvez a beneficiarem da proximidade de focos polarizadores, como a cidade de Lisboa e Setúbal e, no segundo caso, também de alguns pólos de desenvolvimento industrial.

Nas restantes unidades administrativas do continente, os residentes não naturais possuíam uma importância percentual mínima, sobretudo nos de tradição emigratória, onde escasseavam alternativas profissionais para um número crescente de jovens. De qualquer forma, os resultados do Quadro 54 não permitem avaliar em termos reais o volume das migrações intradistritais, que nos poderia elucidar sobre as características reais do fenómeno migratório local¹⁵³.

A sobremasculinidade das migrações é um dado relativamente incontestado por todos quantos se têm dedicado à tentativa de esclarecer um pouco as causas e efeitos dos movimentos migratórios nas suas múltiplas vertentes. Assim, outro indicador utilizável no referente à questão da mobilidade são as relações de masculinidade das gentes portuguesas, ou seja, o peso dos habitantes de um e outro sexo.

150 Os valores relativamente elevados que encontramos em distritos como o de Bragança ou Portalegre podem estar distorcidos, dada a pouca população aí residente.

151 Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano*, pp. 182-183.

152 Nos totais se incluem os estrangeiros, embora o seu volume seja insignificante quando calculado ao nível do distrito. Os estrangeiros recenseados em Portugal residiam em centros urbanos e dentro deles procuravam as grandes cidades. O Porto e sobretudo Lisboa são nesta época os únicos concelhos onde podemos reconhecer a existência de comunidades estrangeiras. Espanhóis (sobretudo galegos), brasileiros, ingleses e franceses são os mais representados. Mas só os galegos têm algum significado em termos nacionais, pelo seu número e representatividade um pouco por todo o Portugal.

153 Cf. uma síntese curiosa de João Evangelista, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, pp. 163-174.

QUADRO 54

População nascida fora do distrito de residência no final do século XIX

Distritos	Efectivos		% por distrito	
	1890	1900	1890	1900
Aveiro	5909	9658	2.06	3.19
Beja	5975	6067	3.81	3.73
Braga	6041	11732	1.79	3.29
Bragança	2498	4384	1.40	2.39
Castelo Branco	5729	7315	2.80	3.38
Coimbra	7260	13640	2.30	4.12
Évora	9979	13637	8.63	10.71
Faro	2662	3779	1.17	1.49
Guarda	4869	6143	1.95	2.35
Leiria	6843	10813	3.15	4.53
Lisboa	130742	172349	22.10	24.97
Portalegre	6305	10022	5.65	8.11
Porto	57308	71280	10.63	12.06
Santarém	14374	18321	5.65	6.48
Viana do Castelo	3725	4609	1.81	2.15
Vila Real	4702	9350	2.00	3.90
Viseu	4464	8616	1.14	2.15
CONTINENTE	279385	381715	6.05	7.67

Fonte: III e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa.

A vantagem numérica das migrações de indivíduos do sexo masculino teve várias consequências em termos demográficos, provocando discrepâncias muito acentuadas a nível local entre o número de homens e de mulheres, sobretudo nas idades adultas em fase activa.

Os dados do recenseamento de 1801 permitem avaliá-las logo no início do século XIX, mas é indubitável que elas foram aumentando à medida da passagem dos anos. Em terras minhotas, de todas a mais afectada por movimentos migratórios de sentido múltiplo, existiam 113 mulheres por cada cem homens. Seguiu-se o Algarve, com uma relação de 109 mulheres por cada cem homens, as províncias de Trás-os-Montes (106) e da Beira (105). No Alentejo (101) e na Estremadura (100) o *ratio* entre sexos aparecia equilibrado. Aliás, no último caso o total masculino excedia ligeiramente o feminino¹⁵⁴.

Conclusões semelhantes resultam da análise dos dados recolhidos em 1864, desta feita por distrito. Faltavam homens na orla marítima até Coimbra e nas ilhas. O fenómeno alastrara pelo país, onde a superioridade relativa das mulheres casadas face ao total de homens casados fornecia outra prova de sobremasculinidade das migrações, sobretudo na sua vertente emigratória.

É possível conseguir uma estimativa grosseira sobre a influência das migrações no aumento populacional censitário, que corresponde ao valor dos saldos migratórios. Ao relacionarmos os saldos médios anuais com a população média passamos a ter a Taxa Migratória Total (Quadro 55). Através dela medimos a capacidade global de atracção ou repulsão de cada distrito, ficando a saber por cada mil residentes em quantos efectivos o saldo

QUADRO 55**Saldos migratórios distritais e Taxa de Migração Total na última década do século XIX**

Distritos	Saldos ¹⁵⁵	TMT (%) ¹⁵⁶
Aveiro	- 17981	- 1.5
Beja	- 5477	- 0.8
Braga	- 15076	- 1.1
Bragança	- 11505	- 1.6
Castelo Branco	- 10712	- 1.3
Coimbra	- 20985	- 1.6
Évora	- 719	- 0.1
Faro	- 4920	- 0.5
Guarda	- 10462	- 1.0
Leiria	- 4981	- 0.5
Lisboa	70689	2.7
Portalegre	4188	0.9
Porto	- 3006	- 0.1
Santarém	- 6103	- 0.6
Viana do Castelo	- 6919	- 0.8
Vila Real	- 12909	- 1.3
Viseu	- 27874	- 1.7
CONTINENTE	- 84752	- 0.4

155 Diferença entre o total de nascimentos e óbitos e o crescimento entre os recenseamentos de 1890 e 1900.

156 Resulta dos saldos migratórios médios anuais com a população média no período.

foi (des)favorável. Trata-se, portanto, de um valor residual, após as compensações que possam ter existido entre entradas e saídas de população, mas que não nos permite distinguir os fluxos internos dos efectuados com o exterior. A vantagem deste indicador é possibilitar uma aproximação às formas de mobilidade interna, ao seleccionar as regiões atractivas e as repulsivas em termos populacionais.

No final do século XIX, os distritos do Norte, numa linha delimitada a sul por Coimbra, Viseu e Castelo Branco, possuíam as taxas de migração total mais baixas, com excepção do Porto. Esta ocorrência resulta da grande mobilidade sentida nesta zona, causada pelo facto da região ser incapaz de reter os seus naturais. A sul desta linha merecem destaque, pela vitalidade que manifestavam, os distritos de Portalegre e Lisboa, este último com uma capacidade de atracção notável, a que não será estranha a fase de desenvolvimento muito rápido da capital, que só no decénio de 1890-1900 cresceu 16 por cento. As restantes unidades administrativas apresentavam níveis de repulsão baixos. Porto e Évora situavam-se acima da média nacional. O primeiro devido ao peso da imigração para a cidade do Porto, apesar dos valores da emigração no distrito serem elevados; o segundo porque a emigração era escassa, apesar das saídas para o Litoral e Lisboa¹⁵⁷.

Deste modo, ao terminar a centúria, Portugal dividia-se em três conjuntos de distritos no que concerne ao fenómeno migratório. O primeiro era constituído por Lisboa e Portalegre, os únicos onde predominava a capacidade atractiva, mais vincada no primeiro, que recebeu quase o triplo do excedente de vidas. O segundo era composto por cinco distritos a sul (Castelo Branco, Santarém, Évora, Beja e Faro), com fracos níveis de emigração. Nesses locais, as perdas foram provocadas sobretudo por migrações para outras zonas do país, designadamente para Lisboa. Por fim, o terceiro grupo era formado por distritos do Norte e Centro, com valores emigratórios tão elevados que, apesar do saldo natural ser muito positivo, não conseguiram evitar um balanço global de sentido negativo. No Porto as duas proporções pouco diferem, porque a maioria das saídas foram compensadas pela vinda de gente doutras regiões. O caso mais grave pertencia ao distrito de Bragança, já que muito embora a emigração fosse dominante, o movimento interno também apresentou um saldo negativo. Ou seja, o distrito perdeu população para outros distritos e para fora de Portugal¹⁵⁸.

157 Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, *ob. cit.*, 1996, pp. 42.

158 João Evangelista, *ob. cit.*, p. 164.

A emigração

O fenómeno emigratório tornou-se ao longo do século XIX a questão mais pertinente a nível nacional, dados os efeitos que produziu em várias esferas do quotidiano nos locais de partida. O número de emigrantes legais apresentou uma tendência de progressivo aumento entre 1850 e a eclosão da Grande Guerra, apesar de algumas flutuações conjunturais, como as que marcam as décadas de 1850 e 1860.

É possível distinguir no oitocentismo português três subperíodos de intensidade emigratória diferencial, que reflectem alterações de conjuntura externa, como a guerra entre o Brasil e o Paraguai, as crises socioeconómicas portuguesas dos anos 1870 e 1880 e a instabilidade política, que atingiu Portugal nas primeiras décadas da centúria.

O primeiro período a que nos referimos terminou por volta de 1870 e caracterizou-se por uma emigração de carácter tradicional, que nunca ultrapassou os 10 milhares. Não obstante, observaram-se variações substanciais ao longo dessas décadas. Na última fase de setecentos, o fluxo emigratório crescera em intensidade, estimando-se em 8 a 10 mil o número daqueles que cada ano deixavam o território nacional. Aumentava a procura do Brasil e, a nível interno, o fenómeno, até então confinado a norte, começara a avançar para sul. Porém, nos primeiros anos do século XIX, a instabilidade interna portuguesa levou à diminuição de quase cinquenta por cento do total provável de saídas. Mas logo depois se reanimou o processo, e em meados da centúria, o fenómeno voltara a envolver quantitativos da ordem dos 10 milhares por ano.

Abriu-se então um segundo subperíodo. Até 1887 as saídas anuais fixaram-se em médias que não atingiram os 15 mil emigrantes legais, recrutados sobretudo nos distritos do Noroeste e em Lisboa. Neste último caso, os valores reais foram alterados pela forma de registo das saídas do país pelo porto e por um processo migratório efectuado em várias fases, das quais a saída do país representava o culminar.

Iniciou-se a partir desse momento a terceira fase, que se prolongou para lá de 1900, durante a qual as médias anuais excederam os 20 mil emigrantes. O momento mais alto desse fluxo remete para o ano de 1895, com o registo de 44756 saídas. O fenómeno alargou-se aos distritos do Interior, embora só no último decénio atingisse o Sul. Faro, Lisboa e Porto foram excepções à norma e não acompanharam a subida geral das taxas brutas de emigração, por conterem internamente zonas atractivas em termos de mercado de trabalho e serem receptores de naturais de outras regiões. A emigração, enquanto fenómeno colectivo de âmbito nacional, alastrou como

mancha de óleo de norte para sul, sobretudo na segunda metade do século XIX¹⁵⁹.

Na realidade portuguesa oitocentista, o Brasil, sobretudo através do porto do Rio de Janeiro, continuará a ser procurado por mais de 85 por cento dos efectivos¹⁶⁰. A viver uma fase de grande expansão económica, esse território necessitou de mão-de-obra barata, que substituísse a escrava nas plantações de café e algodão¹⁶¹. A portuguesa surgiu como hipótese natural. Mas nem todos os trabalhadores eram aceites. Dos que chegavam alguns milhares eram forçados a regressar por via do repatriamento. No final dos anos 1870 seriam cerca de 7 mil os que em média voltavam ao Reino¹⁶².

QUADRO 56

O volume da emigração legal e provável na segunda metade do século XIX

Quinquénios	Médias anuais		
	Emigr. Legal	Emigr. Clandestina	Emigr. Provável
1855-59	9996	3332	13328
1860-64	5414	1805	7219
1865-69	4783	1594	6377
1870-74	12561	4187	16748
1875-79	12132	4044	16176
1880-84	16401	5467	21868
1885-89	19867	6622	26489
1890-94	24513	8171	32684
1895-900	27028	9009	36037

Ainda no continente americano, outros locais de destino de portugueses foram os Estados Unidos da América e o Canadá, bem como outros países da América Central e do Sul, como o Suriname, Saint-Kitlo e Demerara. No entanto, só o primeiro receberá gente de todos os portos emigratórios continentais e insulares. Os restantes países foram procurados por grupos mais específicos. Aos Estados Unidos da América chegaram sobretudo açorianos, a maioria dos quais do Faial, enquanto os madeirenses deram preferência à América Central¹⁶³.

159 Jorge Arroiteia, *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, pp. 17 e segs.

160 Entre 1855 e 1865 o Brasil acolheu 86% dos emigrantes legais e de 1891 a 1900, 93.1%.

161 A escravatura foi abolida em 1888.

162 Oliveira Martins, *Fomento rural e emigração*, p. 246.

163 Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, p. 43.

A partir dos anos 1880, Portugal passou a exportar população também para a Europa. No entanto, ela foi insignificante no contexto global, representando 2.8 e 1.1 por cento, respectivamente nas décadas de 1880 e 1890¹⁶⁴. O *Anuário Estatístico* de 1875 refere que até essa data a maior parte das saídas para países europeus se ficava a dever aos indivíduos que em Espanha, sobretudo na sua zona meridional, se empregavam nos campos, na extração mineira e nas pescas. Esse fluxo emigratório, a que já aludimos, não era original e envolvia com especial intensidade residentes das zonas fronteiriças, da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve, um pouco na linha do que acontecia a norte em relação à Galiza, embora no sentido inverso. Em França existiriam 1200 portugueses em 1876, e mais uma centena dez anos depois¹⁶⁵. A agricultura e a construção civil eram as áreas de trabalho preferenciais. Outros locais europeus de acolhimento foram Gibraltar, a Alemanha e a Itália, com valores residuais¹⁶⁶.

Em direcção a África, os destinos dos portugueses eram já no século XIX a África do Sul e as terras africanas então pertencentes a Portugal. Várias tentativas foram feitas para atrair e fixar indivíduos nesses potenciais novos *Brasis*, mas sem sucesso. Em meados de oitocentos, o número de portugueses no continente africano era reduzido e disperso, limitado a umas duas centenas em São Tomé, a dois milhares em Angola e Benguela e alguns mais em Cabo Verde. Na última década do século XIX, cerca de 1200 indivíduos demandavam por ano a África portuguesa, o que correspondia a 5.5 por cento do total de emigrantes legais¹⁶⁷.

À medida que a emigração atingia valores inéditos na história nacional aumentavam as pressões para que se erguessem entraves à mesma, dados os efeitos negativos de que se revestia em termos de desenvolvimento interno do país. Como consequência das políticas então implantadas aumentou a clandestinidade, bem como as redes de transporte marítimo ilegal. A emigração real nesse período foi estimada em mais de um terço que a legal (Quadro 56). Semelhante valor foi sugerido pelo confronto dos totais indicados por Rodrigues de Freitas para 1855-1865 com os do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro¹⁶⁸. O Porto e Lisboa eram os principais portos de embarque de clandestinos.

164 João Evangelista, *Um século de população portuguesa...*, p. 134.

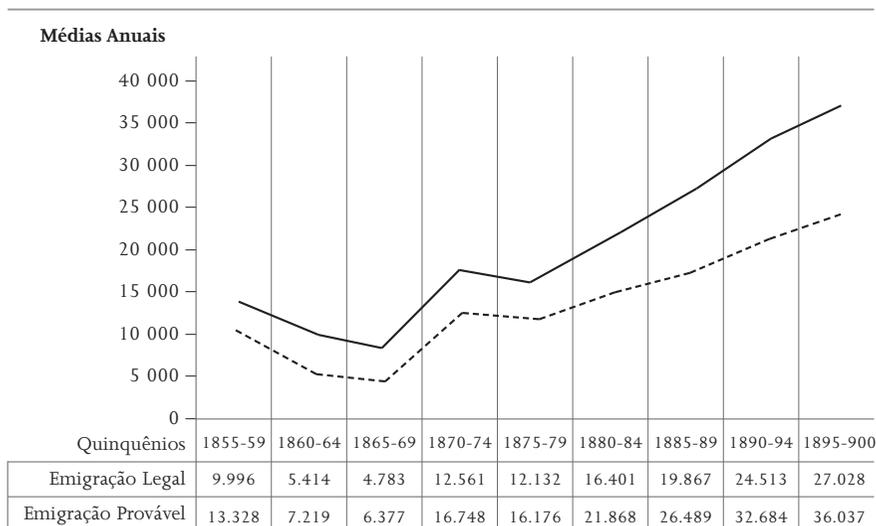
165 *Annuaire de Statistique*, INSEE, Paris, citado por Joel Serrão, *ob. cit.*, p. 59.

166 João Evangelista, *ob. cit.*, pp. 132-133.

167 J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas*, citado por Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa*, p. 79.

168 Joel Serrão, *ob. cit.*, pp. 37-38.

GRÁFICO 4

**A evolução da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX
(valores oficiais e estimativas)**


O perfil do emigrante-tipo alterou-se em função das novas realidades. O fenómeno passou a afectar cada vez mais indivíduos do sexo masculino, que deixavam para trás a família, condicionados pelos riscos e os custos inerentes à travessia. Como já referimos, a sobremasculinidade migratória estendeu-se a todos os tipos de mobilidade e terá persistido pelo menos até ao último quartel de oitocentos. Só a partir desse momento o número de mulheres emigrantes iniciou uma tendência de crescimento positivo, de que dão conta as séries estatísticas oficiais.

Por seu turno, era grande a percentagem de menores de catorze anos que aparecem envolvidos neste tipo de migração. Nos locais de destino, designadamente no Brasil, procuravam centros urbanos com alguma vitalidade económica, onde se empregavam como marçanos em estabelecimentos comerciais. A falta de trabalho nos campos explorados pelas suas famílias e a fuga ao serviço militar foram os grandes motivos apontados para este fluxo de gente muito jovem, ainda e sempre masculino, mas que representará cada vez menos face ao total de emigrantes. Gente jovem, pobre, na sua maioria analfabeta.

O mesmo tipo de ilações são sugeridas pelos resultados do Quadro 57, onde se apresenta a realidade distrital em 1890 e 1900 e que não contraria o que já aqui foi dito sobre as diferentes regiões em que se dividia o Reino,

QUADRO 57

Relações de Masculinidade aos 25-29 anos em 1890 e 1900, por distritos

Distritos	1890	1900
Aveiro	70.85	73.34
Beja	100.99	101.90
Braga	71.97	78.00
Bragança	89.48	93.70
Castelo Branco	96.01	94.91
Coimbra	73.46	73.03
Évora	112.47	105.56
Faro	97.10	95.49
Guarda	81.81	87.99
Leiria	88.27	82.74
Lisboa	116.38	107.73
Portalegre	101.16	106.83
Porto	82.52	85.36
Santarém	92.97	101.76
Viana do Castelo	62.81	65.50
Vila Real	78.18	88.91
Viseu	69.45	76.33

no que respeita à mobilidade interna e externa da população portuguesa oitocentista¹⁶⁹.

A sobremasculinidade da emigração trará como consequência imediata o aumento progressivo das remessas para Portugal, que se estende no tempo, à medida que a reunião familiar vai sendo protelada. O costume de mandar vir os restantes membros da família será substituído pelos envios regulares de ordens de pagamento. O dinheiro assim entrado em Portugal permitiu manter a realidade das regiões, mas pouco terá contribuído para as desenvolver em termos económicos, tanto mais que a percentagem de retornos nunca parece ter sido muito significativa¹⁷⁰. Em 1873 o valor das remessas atingia em média os três mil contos anuais, mas no início dos anos 1890 oscilava entre 12 e 15 mil contos. Estes montantes repartiam-se entre as pequenas poupanças e dinheiro para gastos pessoais de indivíduos ricos de visita a Portugal (53 a 58 por cento), em rendas anuais dos retornados

169 M. Leston Bandeira, *ob. cit.*, p. 532.

170 Cf. Miriam Halpern Pereira, *ob. cit.*, pp. 36-37 e 253-264.

do Brasil (25 por cento), em mesadas, pensões e outros envios em papel cambial e até em géneros (o remanescente, uns 20 por cento)¹⁷¹.

A emigração acentuou as assimetrias de crescimento económico e demográfico. Apesar do alargamento progressivo da mancha territorial correspondente aos locais de saída privilegiada, os valores do Quadro 58 comprovam que na viragem do século se mantinham as posições relativas de cada região: o fenómeno emigratório diminuía de intensidade de norte para sul e do litoral para o interior, com o distrito de Lisboa a assinalar o ponto de clivagem (Mapa 7). O Noroeste liderou incontestavelmente este fenómeno, seguido por uma zona central, com valores fracos, embora em crescendo, tal como acontecia no Algarve. Por seu turno, o Alentejo continuou a ser a zona do país menos atingida pela emigração.

QUADRO 58
Níveis de emigração portuguesa em 1900/1901, por distritos (‰)

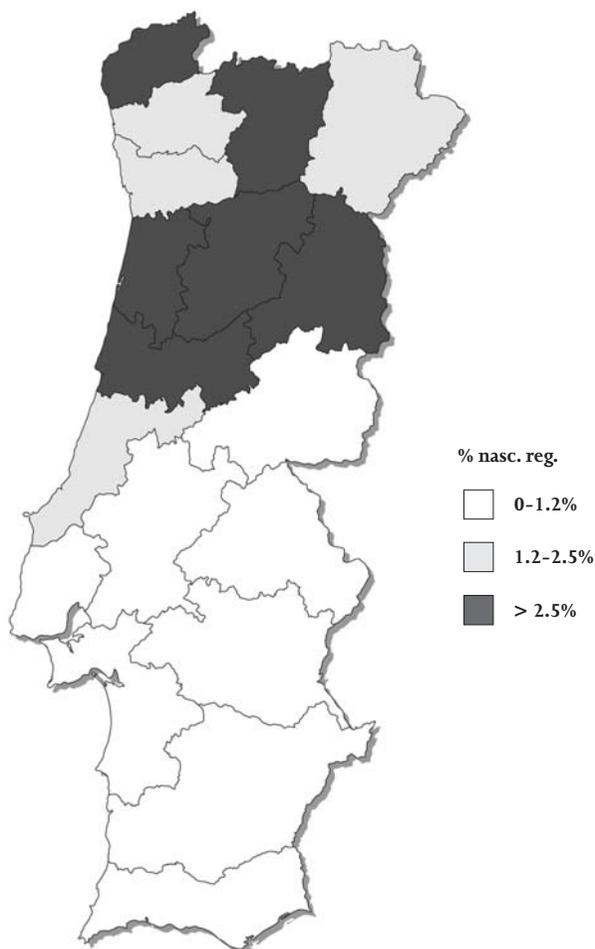
Distritos	TBE
Aveiro	4.5
Beja	0.1
Braga	2.2
Bragança	2.5
Castelo Branco	0.5
Coimbra	4.5
Évora	0.1
Faro	0.6
Guarda	3.2
Leiria	1.7
Lisboa	0.5
Portalegre	0.1
Porto	1.9
Santarém	0.4
Viana do Castelo	3.0
Vila Real	3.7
Viseu	4.7
CONTINENTE	2.4

Fonte: I e IV Recenseamento Geral da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas, INE, Lisboa.

171 Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 250.

MAPA 7

A emigração portuguesa em 1900, por distritos



O fenómeno emigratório provocou alterações significativas no mercado de trabalho do local de origem, intensificando por essa via a mobilidade interna e o reajustamento da força de trabalho nas unidades domésticas¹⁷². Ao atingir uma determinada intensidade, as desvantagens sobrepuseram-se às vantagens, agindo como travão aos ritmos e direcções do crescimento demográfico português.

172 Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, p. 99.

Conclusão

Ao longo das páginas anteriores procurámos cumprir os objectivos a que nos havíamos proposto no início deste estudo. Referíamos-nos então à necessidade (e também à possibilidade) de (re)construir uma imagem global sobre a realidade demográfica portuguesa entre 1800 e a entrada no século XX. Optámos desde logo por um critério estritamente cronológico, sustentado em termos metodológicos na questão das novas fontes disponíveis para o efeito desde 1801, embora cientes de que o período aqui tratado não corresponde a uma fase de mudança em termos da dinâmica demográfica das gentes nacionais.

Com efeito, quando confrontados com séculos anteriores, os cem anos que foram objecto de estudo são passíveis de uma análise demográfica mais circunstanciada e objectiva, que decorre da maior quantidade e qualidade das séries de registos vitais (registos paroquiais) e de contagens ou recenseamentos de habitantes.

Esta primeira tentativa de síntese sobre as características do modelo demográfico da população portuguesa no século XIX foi redigida no ano de 2000, o que explica alguma desactualização bibliográfica, na medida em que os últimos anos foram, ao nível dos estudos desta área, de profícua actividade científica. A questão torna-se menos preocupante na medida em que a publicação deste trabalho procura sintetizar os aspectos que reputámos mais relevantes para o conhecimento das formas, direcções e características da evolução demográfica portuguesa. Sem pretensões de apresentar um resultado final, conclusivo e exaustivo em termos de recolha de informação e respectivo tratamento, interessou-nos divulgar algumas fontes históricas e demográficas menos conhecidas e respectivas potencialidades, que poderão no futuro ser objecto de novas formulações.

Em termos de análise demográfica estrita o período oitocentista pode ser definido como uma fase de quase imutabilidade, embora nela se registem pequenas excepções, mesmo a terminar a centúria. As transformações ao

nível da dinâmica populacional portuguesa foram tímidas e pouco expressivas ao longo do século XIX, quando comparadas com alguns estados europeus ocidentais, mas semelhantes, embora obedecendo a uma cronologia distinta.

Na Europa contemporânea é possível assinalar a existência de uma forte relação entre diversos factores de carácter económico. Veja-se o modo como a alteração dos sistemas produtivos, impulsionada pelo redimensionar dos moldes de produção agrícola e pela industrialização, teve impactos imediatos ao nível do crescimento urbano. Em certos países esta realidade começara a consolidar-se desde a segunda metade de setecentos. Também em Portugal estes fenómenos tiveram lugar, mas o processo de industrialização foi localizado em termos geográficos, tímido e globalmente pouco expressivo. Por si só, ele foi insuficiente para modificar as formas de vivência da população portuguesa, que continuou na sua quase totalidade ligada ao trabalho agrícola, pouco vocacionado para uma lógica de mercado. Os pólos industriais geraram fenómenos de crescimento de algumas regiões específicas e será nelas, sobretudo na capital, que iremos encontrar os primeiros sinais de mudança ao nível dos comportamentos colectivos perante a vida e a morte, os afectos ou a luta desigual entre o homem e o meio. Ao terminar o século XIX, os maiores centros urbanos funcionaram como uma espécie de «tubos de ensaio» para novas formas de relação e novos moldes de convivência.

À medida que caminhávamos para o final do século melhoravam ligeiramente as condições de bem-estar social, de que é reflexo o acréscimo, sentido nos anos 90, das probabilidades de sobrevivência de certos grupos, sobretudo os de extractos económicos superiores. As mudanças de carácter económico e a tentativa de erguer um mercado nacional fomentaram a redistribuição das gentes portuguesas no território, traduzindo-se no aumento significativo da intensidade das migrações internas. Por seu turno, estas constituíram causa e consequência do crescimento dos centros urbanos. O impacto migratório alterou as estruturas etárias dos residentes, com efeitos opostos nas zonas de entrada e de saída, mas que em geral beneficiou as cidades em detrimento dos campos. Por seu turno, a emigração, fenómeno que ganha importância progressiva e inédita na parte final da centúria, representa uma forma de descompressão socioeconómica, face ao desfasamento entre crescimento populacional e desenvolvimento. A família, base da sociedade portuguesa oitocentista, regista, ao terminar o século XIX, as suas primeiras alterações de composição interna. À medida que se modificam as formas privilegiadas de actividade económica, sancionadas em termos políticos ou apenas decorrentes do quotidiano, alteram-se as relações entre e intra grupos sociais. Assinalam-se mutações nos ciclos de

vida familiar e aumentam as uniões de facto e os nascimentos ocorridos fora do casamento.

Estes sintomas são a chave para o futuro e alastram em mancha de óleo dos centros de maior vitalidade económica e demográfica para as zonas mais isoladas, em termos de acessibilidade e informação.

ISBN 972-36-0700-X



9 789723 607000